

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS, LETRAS E ARTES DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JAIR MOREIRA

**OUTRO OLHAR: A VIDA NA UNIVERSIDADE SEGUNDO DISCENTES
NEGRAS E NEGROS**

Maringá

2021

JAIR MOREIRA

**OUTRO OLHAR: A VIDA NA UNIVERSIDADE SEGUNDO DISCENTES
NEGRAS E NEGROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e práticas culturais.

Orientador: Prof. Dr. Hilton Costa.

Maringá

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

Moreira, Jair

M868o Outro olhar : a vida na universidade segundo discentes negras e negros / Jair Moreira.
-- Maringá, PR, 2021.
148 f.color., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Hilton Costa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Representações sociais. 2. Relações raciais - Universitários. 3. Construção social da identidade étnica - Ensino superior. 4. Identificação social - Educação. I. Costa, Hilton, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departament/o de Ciencias Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 306.432

JAIR MOREIRA

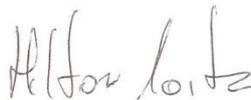
Outro olhar: a vida na universidade segundo discentes negras e negros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

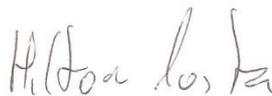
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Hilton Costa
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof.ª. Dr.ª. Marivânia Conceição de Araújo
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof.ª. Dr.ª. Débora Cristina de Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Aprovada em 26 de fevereiro de 2021

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 – PGC

DEDICATÓRIA

*Ao grande exemplo de pai 'Alcino Roberto
Moreira', e de espelho, minha mãe 'Sebastiana
Angélica Moreira', que com amor e dedicação
fizeram de mim o que sou. Amei, amo e amarei por
toda minha vida. Saudades eternas.
Minha 'Marlene' – porto seguro.*

AGRADECIMENTOS

Por vezes nessa caminhada sempre encontrei grandes almas. Pessoas que, iguais a mim, sabem o significado de lutar contra uma tempestade que parece infindável, espessa, e chega a ser cruel com algumas pessoas. Mas essa mesma tormenta mostra que a força vem de dentro, e somada a outras energias mudamos o rumo da história.

É impossível numerar todas as vidas que me deram a mão, mas algumas são imprescindíveis, a começar pelos familiares que conviveram comigo em todos os momentos em que estive presente e outros ausentes. Obrigado pela compreensão.

Ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros da Universidade Estadual de Maringá (NEIAB-UEM), pelo Pré pós NEIAB, quando em 2017, com visão inovadora, abriu inscrição para pessoas negras participarem do curso preparatório para ingressar na pós-graduação. Quantas vidas se desdobraram e fizeram este curso acontecer – detalhe: voluntárias –. Em março de 2018 dei início a uma linda caminhada entre os meus, e o sentimento de pertencer renasceu. Foram discussões, análises e interpretações, histórias de vida entre risos, lágrimas, abraços... Soma de sentimentos inexplicáveis. E tudo isso com muito comprometimento, profissionalismo e dedicação. Meu muito obrigado a todos: professores, professoras, colaboradores, colaboradoras e principalmente a coordenação nas pessoas da Professora Dra. Marivânia e do Professor Dr. Hilton Costa, que não mediram esforços para que o curso acontecesse. Vocês são vidas negras.

Agradeço, de maneira toda especial, aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC UEM) que me acolheram de maneira ímpar. Não os conhecia, mesmo assim, o que demonstraram foi que já trilhávamos os mesmos caminhos. Excelentes cientistas que me fizeram sentir em casa. A vocês meus cumprimentos e grande estima para sempre.

O que falar da minha banca. Só tive exemplo de conhecimento e sabedoria. Vejo que ciência é mais que escrita, mais que acúmulo de leituras; ciência é experiência, é acúmulo de vivência. Obrigado Professora Doutora Débora Cristina de Araujo, que não conhecia, mas os laços negros não se rompem e seu exemplo de cientista pesquisadora, cuidado e atenção no trato com o outro irá ficar na minha memória. Obrigado Professora Doutora Marivânia Conceição de Araújo – Oxalá se as universidades tivessem mais MARIVÂNIAS! –, mas como não existe clone humano, que você tenha longa vida. Obrigado Professor Doutor Hilton Costa. Não sei como o senhor é em sala de aula, mas

para mim, suas ações ultrapassam a de um professor. Suas palavras sempre bem cuidadas, ponderadas e seguras me fizeram acreditar que era possível. Por todas as palavras saídas de vossas bocas e ditas com o coração, muito obrigado. Sou fã, saibam disso.

De forma insólita, agradeço ao Professor Doutor Hilton Costa, primeiramente pela condução da orientação desde o primeiro dia, mostrando que a pesquisa era minha, a busca era minha, e eu tinha total liberdade na produção. Depois por saber ouvir, pela educação, respeito e compreensão em conduzir um aluno do zero ao que me reconheço hoje. O apoio foi fundamental em um período curto de tempo, porém com muita sabedoria repassada com orientação irrefutável. Obrigado por tê-lo conhecido e pela oportunidade de aprender e amadurecer tanto com o senhor.

Obrigado Deus pelo dom da vida e capacidade de lutar.

Gratidão!!!

*Vocês dizem:
Penso logo existo,
Para nós africanos é:
Pertenceço, logo existo!*

Sociedade Africana Agni - Costa Do Marfim.

MOREIRA, Jair. **OUTRO OLHAR: A VIDA NA UNIVERSIDADE SEGUNDO DISCENTES NEGRAS E NEGROS.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Hilton Costa – UEM. Maringá, 2021.

RESUMO

A forma como discentes negras e discentes negros percebem a vida na universidade é o cerne da presente dissertação de mestrado. A partir de entrevistas semiestruturadas com estudantes negros e estudantes negras do quarto ano dos cursos de licenciatura, dos cursos de Letras e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, procurou-se compreender como estes alunos e alunas se relacionam com a universidade e com a vida neste espaço. Nessa dimensão, foram analisadas as representações sociais, vinculações ou desvinculações constituídas por estas pessoas no ambiente acadêmico, de modo a ser possível discutir o sentimento de pertencimento ou não em tal universo. A coleta dos dados foi pela amostragem bola de neve e a análise teve caráter qualitativo, fato este que aloca este trabalho como uma forma de estudo de caso. Os resultados indicam que há entre as estudantes e entre os estudantes, o desejo unânime da não desvalorização da aprendizagem multidisciplinar. Ficou evidente que vidas negras na docência fazem diferença para as novas gerações que estão mais engajadas e conhecem seu papel como disseminador do conhecimento.

Palavras-Chave: Representações sociais. Pertencer. Vidas negras. Educação.

MOREIRA, Jair. **ANOTHER LOOK: LIFE IN THE UNIVERSITY ACCORDING TO BLACK AND BLACK DISCENTS**. Dissertation (Master in Social Sciences) - State University of Maringá. Advisor: Prof. Dr. Hilton Costa - UEM. Maringá, 2021.

ABSTRACT

The way black students and black students perceive life at the university is at the heart of the present master's dissertation. Based on semi-structured interviews with black students and black students from the fourth year of undergraduate courses, from the Letters and Social Sciences courses at the State University of Maringá, we sought to understand how these students relate to the university and to life in this space. In this dimension, the social representations, connections or disconnections constituted by these people in the academic environment were analyzed, in order to be able to discuss the feeling of belonging or not in such a universe. The collection of data was through snowball sampling and the analysis was qualitative, a fact that allocates this work as a form of case study. The results indicate that there is a unanimous desire among students and students to not devalue multidisciplinary learning. It was evident that black lives in teaching make a difference for new generations who are more engaged and know their role as a disseminator of knowledge.

Keywords: Social representations. To belong. Black Lives. Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico - 1	Qual sua carga horária de trabalho semanal?	86
Gráfico - 2	Seu deslocamento para o campus universitário se dá de que forma?	87
Gráfico - 3	Seu deslocamento para o campus universitário tem origem: ..	88
Gráfico - 4	Você estudou o ensino fundamental e/ou médio, em escola pública ou privada?	88
Gráfico - 5	Você ingressou na UEM por cota?	89
Gráfico - 6	Qual o turno do seu curso?	91
Gráfico - 7	O curso que frequenta foi sua primeira opção?	91
Gráfico - 8	Qual sua motivação ou interesse para ingressar nesse curso? .	93
Gráfico - 9	Qual o grau de satisfação com o curso, em relação às disciplinas?	95
Gráfico - 10	Qual o grau de satisfação com o curso, em relação aos professores e as professoras?	98
Gráfico - 11	Você concorda com o trato das pessoas no tocante ao marcador identitário: raça/cor?	102
Gráfico - 12	Ingressantes na UEM tem perfil diferenciado?	105
Gráfico - 13	O perfil interfere no processo ensino/aprendizagem.	107
Gráfico - 14	Identidade pessoal implica em questões sociais.	116
Gráfico - 15	No meio universitário o espaço social é praticado de maneira que contemple os diferentes públicos.	119
Gráfico - 16	Presenciou situação em que não negros, não negras tiveram atendimento diferenciado por parte dos educadores.....	122
Gráfico - 17	É possível trabalhar a organização dinâmica do ensino, voltada para a inclusão social no campus universitário, de forma a contemplar uma discussão mais homogênea?	124
Gráfico - 18	Em quais atividades você vê negros (as) trabalhando na universidade?	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – PENSAR VIDAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE.....	22
1.1. REPRESENTAÇÕES NEGRAS E IDENTIDADE SOCIAL: TEATRO DA VIDA.....	22
1.2. SENTIMENTO DE PERTENCER AO MEIO SOCIAL.....	28
1.3. A TEATRALIDADE E REPRESENTAÇÕES DO EU NA VIDA COTIDIANA: vivência de pessoas negras na Universidade.....	33
1.4. AS RELAÇÕES RACIAIS E A EDUCAÇÃO.....	42
CAPÍTULO II – CAMPO DA PESQUISA.....	51
2.1. IMAGENS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ: negras visões	51
2.2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS CURSOS DE LICENCIATURA PARA PESQUISA DE CAMPO	59
CAPÍTULO III – EXPERIÊNCIAS VIVIDAS: apresentação e análise dos dados	79
3.1 PERTENCER, REPRESENTAR E EXISTIR: vivências negras na Universidade Estadual de Maringá	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE.....	145

INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a esta dissertação de mestrado teve início muito antes de 2019, quando dando aulas para pessoas negras, foi possível perceber que o sentimento do não pertencer àquele espaço em que se encontravam, era grande. As perguntas direcionadas aos alunos e alunas eram as mesmas, tanto para os não brancos (as) quanto para os brancos (as), e as respostas, por sua vez, eram dadas pelos alunos e alunas brancas e alunos brancos, nitidamente, revelavam a intenção de participar, de mostrar que eram importantes para aula. Por sua vez, as respostas das alunas negras e dos alunos negros soavam como um suplício. O que aparentava era o desejo de acabar logo a aula para saírem daquele espaço social. A leitura realizada desta situação era que para esta parte do corpo discente concluir os estudos soava como uma obrigatoriedade, não transparecendo uma preocupação com o ensino/aprendizagem.

Tais inquietações alimentaram o desejo de fazer o estudo que agora se apresenta aqui, discutir como alunas negras e alunos negros percebem a universidade. Desta forma, se chegou à representação social na universidade algo que, remete a campos muito delicados, pois faz lembrar questões como políticas públicas, educação inclusiva, o papel da universidade como espaço social e de sociabilidade interna e externa, fazendo com que seu público se aproprie de teorias que contribuem com o crescimento pessoal e profissional para si e para os outros. Isto significa que trabalhar os fenômenos envolvendo o espaço social contemporâneo é complexo a tal ponto que permite dizer que essa abordagem tem a pretensão de levar a reflexões sobre o ser humano que está em constante mudança. No entendimento de Émile Durkheim (1970), essas questões têm a ver com as representações coletivas, que necessitam ser entendidas como harmoniosas, filosóficas e dialógicas, pois estão intimamente ligadas à psique com menor ou maior grau de solidez.

Durkheim (1970) relembra que as representações coletivas, são as associações formadas por homens e mulheres, ou seja, são as reuniões entre os indivíduos que têm como finalidade expressar um desejo coletivo de determinado grupo com propósitos comuns. A partir dessas associações, ou reuniões, os mais diversos fenômenos sociais se manifestam, levando a reflexões e instigantes temas a discutir ou analisar e, assim, formular as construções teóricas. Essas construções teóricas, no diagnóstico de Durkheim, darão o norte ao que é conhecido por espaço de pertencimento, ou seja, criarão vínculos entre pessoas que passarão a participar da mesma linha de convívio como, por exemplo, uma nação, um grupo social, uma família, entre outros. Este pertencer leva a

descobrir sentimentos (grifo nosso) que podem estar adormecidos no mais profundo do ser, e quando explorados em um espaço comum, como a comunidade, mesmo sabendo que as representações podem ser teatralizadas, levando a pessoa a querer também fazer parte daquele espetáculo.

Giovanni Romano (1996) fala que é cada vez mais importante o ser humano ter consciência da contribuição de todas as pessoas, como partícipes na construção da identidade de um povo, de uma sociedade, bem como da organização sociedade como um todo. Portanto cada ser humano é importante nesta construção, isto é, virá em auxílio às outras pessoas, uma vez que não há sociedade feita por um único elemento. Assim pensada, a sociedade é a interação de indivíduos mediados por uma linguagem e um suporte por eles escrito individualmente, e isso significa tornar comum uma identidade. A pessoa é capaz de trabalhar com sua história, modificando, complementando ou burilando-a, passando a exercer o papel de coautor desta, porém em concomitância com outras pessoas estão ao seu redor (ROMANO, 1996).

Ao trabalhar a construção da própria história, o ser humano parece estar trabalhando a definição de sua imagem e, assim, a identidade individual numa relação com o outro, para que também este outro absorva seu papel enquanto parte de um conjunto. Michel Maffesoli (1995) argumenta que, partindo desta visão de engajamento, o ser humano já não é mais o mesmo, suas atitudes assumem novos papéis na teatralidade do dia a dia. O indivíduo se aproxima do outro por conexões e estas sugerem uma nova dramaticidade inerente ao indivíduo contemporâneo. Ele passa a estar o tempo todo atuando, representando nos mais diferentes suportes e espaços.

Segundo Maffesoli (1995), os espaços sociais se tornaram lugares democráticos em que se pode absorver e transmitir conteúdos, compreender o espaço cidadão e suas ligações. Isto tem a ver com o reaprender enquanto participante de uma linguagem social diferenciada. As falas se apresentam de maneira teatral. E, aparentemente, nem sempre vivem o que falam ou escrevem, mas precisam se posicionar, uma vez que suas preocupações giram em torno do presente, do momento (MAFFESOLI, 1995).

É relevante dizer que a teatralidade (grifo nosso), este espetáculo no meio social, pode se apresentar em níveis distintos, cheios ou vazios de sentido. Um exemplo são as manifestações, tendo como pano de fundo a política, que têm peso social significativo, e procuram expor seus desejos, suas indignações ou tentar fazer valer sua voz. Em se falando de manifestação, de voz, de expressão, que, como dito, se apresenta de maneira teatral, a pesquisa procura destacar que nos espaços sociais, o discurso não é mais o

mesmo que havia outrora. Existem outras falas, influências discursivas advindas de um público heterogêneo. Os códigos que vêm dando suporte para esses representantes, apesar de disponibilizarem a possibilidade de se falar em diferentes linguagens, permitem perceber uma questão predominante, que é o desejo de se fazer presente, representado, ou ser notado.

Assim, a produção desta dissertação teve como intento buscar saber: Como as discentes negras e os discentes negros vêem e percebem a UEM? Quais discentes? A escolha foi por discentes dos cursos de licenciatura. Tal opção como se verá adiante se sustenta no argumento que as particularidades da formação de docentes – a preparação para ofício docente instrumentaliza (ou deveria) as pessoas para terem uma visão mais aguçada de si mesmas e do mundo a sua volta – configuraria um espaço interessante para verificar como discentes negras e discentes negros vêem e percebem a vida universitária.

Com a pesquisa buscou-se identificar como se dá este conceito de pertencimento, pensando na realidade do século XXI em que a cada dia, o indivíduo torna-se menor, ou como diz Zygmunt Bauman (2005) líquidas as certezas, as crenças e as práticas, pausando as interações entre os grupos e, por conseguinte deixando de exercer seu papel individual. A partir dessa ideia de pertencer a um grupo, fazer parte de uma sociedade em que as relações sociais também o represente, buscou-se responder o objetivo geral que foi: investigar a auto representação do e da discente negro e negra na Universidade Estadual de Maringá – UEM, nos cursos de licenciatura, tendo como recorte temporal junho de 2019 a junho de 2020.

A metodologia se fez necessária para entender que existem passos no processo de investigação científica que demandam ser seguidos e, a fim de dar entendimento lógico ao estudo, fala-se especificamente dos métodos na pesquisa. Antonio Carlos Gil (1999), diz que fundamentais são os procedimentos para se alcançar o objetivo desejado, ou melhor, a ideia é tornar claras as bases escolhidas para o estudo investigativo, buscando esclarecer os procedimentos metodológicos e a natureza dos mesmos, passos estes que possibilitam ao pesquisador o alcance que poderá ter com seus experimentos.

Segundo Gil (1999), o método procura contribuir também para a explicação dos fatos ocorridos no percurso, no caminhar do estudo, o que é válido como instrumento confiável e permite ao pesquisador ter precisão no estudo. No caso desta pesquisa, fatos sociais foram trabalhados a partir do método fenomenológico. Esse método para Edmund

Husserl (1859-1938 *apud* GIL, 1999)¹ procura determinar uma base segura no que se refere a proposições para todas as ciências, uma vez que as afirmações ditas nas ciências empíricas são de senso comum, inocentes, fracas e mesmo ingênuas.

A suprema fonte de todas as afirmações racionais é a "consciência doadora originária". Daí a primeira e fundamental regra do método fenomenológico: "avançar para as próprias coisas". Por coisa entende-se simplesmente o dado, o fenômeno, aquilo que é visto diante da consciência. A fenomenologia não se preocupa, pois, com algo desconhecido que se encontre atrás do fenômeno; só visa o dado, sem querer decidir se este dado é uma realidade ou uma aparência: haja o que houver, a coisa está aí. Nas pesquisas realizadas sob o enfoque fenomenológico, o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é dado (GIL, 1999, p. 14).

O princípio fenomenológico não trabalha com deduções. Uma vez que se está falando de Ciências Sociais, a ideia é mostrar o que o sujeito traz, a sua realidade e como este sujeito percebe o mundo, o que vivencia, qual seu lugar, o que se sabe dele, quais são seus questionamentos e suas evidências. (BOCHENSKI, 1962 *apud* GIL, 1999). Ou seja, de acordo com o Edmund Husserl (1859-1938) a realidade é entendida a partir das manifestações advindas da consciência humana. De acordo com Maria Aparecida Viggiani Bicudo (2011) é possível entender que a fenomenologia procura dar sentido ao objeto que é vivenciado pelo sujeito, pois essa ciência, tem por princípio mostrar a realidade da coisa, procurando compreendê-la, interpretá-la, comunicá-la, excluindo o que é subjetivo e, dizer que não há realidade única, mas sim tantas quantas forem possíveis de ser interpretadas.

O método fenomenológico trabalha com técnicas não estruturadas na coleta dos dados, que podem influenciar na interpretação analítica qualitativa. Porém Gil (1999), citando Husserl (1859-1938), lembra que se faz necessário deixar de lado as suposições, crenças ou teorias e, procurar as experiências repassadas pelo público-alvo, ou seja, o exterior pode sim influenciar, mas para este momento da pesquisa, o principal é compreender a vivência do objeto pesquisado, seu dia a dia, seus princípios e conceitos. Gil (1999), diz que essa interpretação é engendrada na perspectiva social norteando sua

¹Para Husserl esse método investigativo contempla o fenômeno, a consciência, o rigor das coisas. O assunto na visão do filósofo pode ser melhor aprofundado consultando: EDMUND HUSSERL. **A ideia fenomenológica**, 2018.

compreensão e comunicação, pois o ator é o ponto principal na construção desse conhecimento.

Sendo assim, essa pesquisa, que trabalha no viés da fenomenologia, tem como tipo o estudo explicativo, uma vez que dedica uma atenção especial para com a vida dos envolvidos na investigação. Augusto Nivaldo Silva Triviños (1987) diz que as arguições focadas na explicação apresentam razões voltadas às ocorrências sociais, trazendo para o campo de estudos a conscientização de determinados fenômenos, podendo ser estes de contexto socioeconômicos, culturais ou pessoais, entre outros.

Para José Köche (2011), o pesquisador é impulsionado a compreender as coisas como ponto de partida, e essa busca pela compreensão o leva a desdobrar-se sobre os princípios explicativos, servindo como base, no que se refere ao entendimento do todo, a ordem da natureza pesquisada. Para Köche (2011), não é uma simples caracterização, mas sim uma organização trabalhada em prol da ciência sustentada.

Através desses princípios, a realidade passa a ser percebida pelos olhos da ciência não de uma forma desordenada, esfacelada, fragmentada, como ocorre na visão subjetiva e a crítica do senso comum, mas sob o enfoque de um critério orientador, de um princípio explicativo que esclarece e proporciona a compreensão do tipo de relação que se estabelece entre os fatos, coisas e fenômenos, unificando a visão de mundo. Nesse sentido, o conhecimento científico é expresso sob a forma de enunciados que explicam as condições que determinam a ocorrência dos fatos e dos fenômenos relacionados a um problema, tornando claros os esquemas e sistemas de dependência que existem entre suas propriedades (KÖCHE, 2011, p. 29).

Isso posto, pode-se afirmar que a pesquisa explicativa tem como base o aprofundamento no tocante à realidade estudada, com a intenção de deixar claras as argumentações e o porquê dos acontecimentos. Essas identificações das causas/ocorrências estudadas necessitam ser analisadas, interpretadas e registradas, recorrendo, no caso da pesquisa ora discutida, a análise qualitativa.

Em concordância com Köche (2011), é necessário lembrar que a coerência é parte integrante da sistemática do conhecimento, fundamentado em leis e teorias comprovadas, eliminando as contradições com explicações lógicas racionais, unindo as diferentes teorias científicas por meio de uma percepção sincrética. O rigor científico nas análises é ponto crucial para eliminar erros nas explicações dos enunciados, reconhecendo que é possível haver outras interpretações, outros pontos de vistas. (KÖCHE, 2011).

No parecer de Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (2009), ao refletir em pesquisa explicativa, a identificação dos fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos é determinante para a obtenção dos resultados, com uma apresentação detalhada e minuciosamente descrita. O estudo de natureza explicativa requer informações detalhadas, pertinentes e de relevância, para que sua análise seja executável, tendo como função fornecer conhecimentos que facilitem a interação com o acervo, o estudo, de maneira qualitativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Triviños (1987) observa que este tipo de estudo tem ligação com as observações interpretativas aprofundadas e exaustivas, uma vez que o estudo de caso evoca conhecimento desenvolvido de uma realidade delimitada. Em sendo o estudo de caso um dos mais relevantes, trabalha-se com dados empíricos investigando-se uma ocorrência atual de contexto real, autêntico. Nas pesquisas sociais a ideia é trabalhar situações da vida real, as quais contribuirão com exposições complexas que forneçam ao leitor, dados que permitam uma visão ampla da realidade de determinadas manifestações e, assim atestam o valor da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. De acordo com o pensamento de Triviños (1987), a fenomenologia dá privilégio a análise levando em consideração os significados que envolvem os sujeitos e, a partir desse momento pensar “[...] os sujeitos sobre suas experiências, sua vida, seus projetos. Na busca do que estava aí, muitas vezes, invisível, os pesquisadores procuravam detectar os significados que as pessoas davam aos fenômenos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 130).

O discurso de Triviños mostra que a entrevista semiestruturada procura empregar os dados coletados, permitindo a partir destes, engendrar novos pensares, vislumbrando perspectivas de análise que poderão auxiliar na interpretação do material coletado, com a intenção lógica de dar respostas ao problema levantado. Triviños (1987) afirma que a entrevista semiestruturada, que parte de questionamentos fundamentais, tendo apoio teórico e hipotético, apresenta-se como um dos principais meios que o investigador, investigadora tem para coletar dados, pois ela, ele, a entrevistada ou entrevistado, dignifica o investigador, investigadora e dá oportunidade para que o entrevistado ou entrevistada tenha liberdade e a espontaneidade imprescindível que tornará a investigação mais rica.

Quanto à estrutura do roteiro da entrevista, é necessário recordar que esta foi resultado da teoria e do caso social investigado, que juntos proporcionaram suporte ao corpo da dissertação, bem como a escolha das pessoas entrevistadas. O processo se

desenvolveu mediante *feedback*, e os pontos que ficaram obscuros ao pesquisador, tomaram essência nas narrações, para o alcance dos propósitos levantados no estudo.

Com a entrevista semiestruturada foi possível obter históricos orais da vida de discentes negros e negras da UEM do último ano de graduação dos cursos de licenciatura, tendo como coleta de dados a amostra bola de neve, uma técnica de amostragem não probabilística (BECKER, 1993), ou seja, não busca a demarcação do que é provável acontecer, mas tem foco na seleção dos participantes e das participantes da pesquisa, sendo ferramenta útil para estudar grupos de determinadas categorias.

Nos estudos de Howard Saul Becker (1993), fica evidente a contribuição desse tipo de pesquisa no campo das Ciências Sociais, pois a técnica bola de neve tem como premissa trabalhar grupos determinados. Assim, para as entrevistas há condições de se arrolar participantes a contar de relações pessoais, e esses podem indicar outros indivíduos a participar também da pesquisa, já que, em muitos casos, um dos problemas é o de engajar participantes. Dessa maneira, “[...] um indivíduo o apresenta a outros, sendo seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve para a pesquisa qualitativa” (BECKER, 1993, p. 155).

Os participantes desse tipo de pesquisa fazem parte do mesmo público-alvo, com características que possam somar na coleta de dados, formando assim uma rede de referências. Para Becker (1993), esse tipo de técnica contribui de maneira somatória para com o histórico de vida dos atores envolvidos na investigação científica, minimizando a distância entre classe social, o grupo étnico, lugar a que pertencem, entre outros, obtendo um panorama mais amplo e uma percepção dos participantes no estudo.

Com a *amostragem bola de neve* foi possível melhorar o conhecimento sobre o tema pesquisado, bem como confirmar a probabilidade da realização do estudo por meio da percepção do público-alvo, alunas e alunos dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Maringá. Assim a análise, segundo o entendimento de Triviños (1987), tem uma amostra ilustrativa das características da população estudada, e essa abordagem trabalha os dados em busca do seu significado com a perspicácia das ocorrências da conjuntura, procurando responder à questão inicial.

É comum se pensar que o Brasil, olhando pelo lado político, é um país de terceiro mundo, que se preocupa com o conservadorismo da conjuntura social da elite que o caracteriza, que tem uma visão particular da realidade, das anomalias e que as Ciências Sociais, apresentando suas reflexões, descobertas e intromissões, vem justamente mostrar uma positividade no que se refere ao desenvolvimento da educação, da ciência e da

pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Isto significa que a pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais não trabalha com especulações. Ao contrário, ela é prática, objetiva, clara, e contribui de maneira decisiva com o pensamento científico, atingindo seu objetivo, que é a interpretação da realidade que se propõe apresentar.

A análise da dissertação valeu-se das amostras colhidas em campo para dar sustentação às discussões teóricas sobre representações negras, identidade social, sentimento de pertencer, vidas negras e seu espaço. E, sabendo da questão a ser solucionada, o estudo teve como proposta o recorte temporal abrangendo o período de junho de 2019 a junho de 2020, para, assim, contemplar as informações necessárias às conclusões do estudo circunscrito na atualidade dos fatos.

A pesquisa, indo a campo, trabalhou entrevistas com alunas e alunos do último ano de graduação, entrevistas estas que tiveram início no mês de junho de 2019, com os cursos de Ciências Sociais e Letras. No final do segundo semestre do ano de 2019, o pesquisador fez contato com a coordenação de outros cursos a serem pesquisados, marcando o início dos trabalhos para o primeiro semestre de 2020 para, posteriormente entrar em contato com as coordenações universitárias respectivas.

Ao retornar as aulas do Mestrado, mais precisamente na primeira semana do mês de março de 2020, o pesquisador procurou os departamentos dos cursos, sendo informado que por não terem sido iniciadas as aulas de graduação, os departamentos encontravam-se fechados. Na semana seguinte – dia 16 de março de 2020 –, a Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado, encaminhou o comunicado oficial da Reitoria da UEM sobre a suspensão das aulas presenciais da pós-graduação, por tempo indeterminado, bem como o fechamento do campus por conta do Plano de Contingência da Fiocruz diante da pandemia da doença causada pelo SARS-CoV-2 (COVID-19). Diante da situação, o pesquisador ficou sem contato com os departamentos dos cursos, impossibilitado de dar continuidade às entrevistas já iniciadas no ano anterior, que seriam retomadas no primeiro semestre de 2020, para a conclusão da pesquisa de campo no segundo semestre de 2020. Porém, a partir dos contatos realizados em 2019 com os alunos e as alunas, que foram 06 (seis) discentes: 03 (três) mulheres e 03 (três) homens dos cursos de Ciências Sociais e Letras, foi possível obter um bom material de entrevistas gravadas, ocasionando respostas aos objetivos elencados.²

²As alunas entrevistadas e os alunos entrevistados tiveram seus nomes preservados, respeitando o anonimato, para tanto foram utilizados pseudônimos, com nomes africanos reais.

Tomando por base as informações que contribuíram com as observações colhidas em campo, foi possível a construção da pesquisa dissertativa de acordo com os dados abaixo relacionados.

O capítulo 1, intitulado *Pensar vidas negras na universidade*, aborda as representações sociais, em especial, a formação das identidades, as possibilidades da constituição das mesmas. Em seguida procura-se notar como as representações sociais interferem no desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao um meio social, de modo a ser possível chegar a ideia da teatralidade das representações do eu na vida cotidiana, no caso como pessoas negras atuam em sua vivência universitária. Fecham este capítulo alguns aspectos da relação entre as relações raciais e a educação.

O capítulo 2, denominado *O campo da pesquisa*, apresenta uma descrição da Universidade Estadual de Maringá, local onde a pesquisa se efetivou. Conjuntamente, a esta descrição faz-se presente, dentro do que foi possível levantar, a forma como as discentes negras e os discentes negros percebem a instituição. Na sequência do capítulo figura a justificativa da opção por entrevistar discentes de cursos de licenciatura.

O capítulo 3, nominado, *Experiências vividas: apresentação e análise dos dados* investigou as vivências negras na Universidade Estadual de Maringá por meio das discussões oriundas da pesquisa de campo, explorando sua visão do espaço acadêmico enquanto lugar de formação, qual seu grau de satisfação, de entendimento sobre inclusão social, sua identidade pessoal e social, seu sentimento de pertencer àquele meio social. Como se dão as representações do eu na vida das pessoas negras na UEM e como suas estratégias auxiliam na familiaridade com as dinâmicas da vida universitária.

Alunos e aluna do curso de Ciências Sociais: Jafari (homem), significa digno; Bomani (homem), significa guerreiro; Zuri (mulher), significa linda.

Alunas e aluno do curso de Letras: Jendayi (mulher), significa agradecida; Ayana (mulher), significa flor; Danso (homem), significa seguro.

CAPÍTULO I – PENSAR VIDAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE

1.1. REPRESENTAÇÕES NEGRAS E IDENTIDADE SOCIAL: TEATRO DA VIDA

O tema da pesquisa procura discutir identidade e relações sociais, a partir do espaço de pertencimento de vidas negras na sociedade moderna. Deste modo, preocupado com a realidade estudantil nesse século XXI, a pesquisa focou vidas negras na Universidade. E por que espaço de pertencimento? De acordo com Zygmunt Bauman (2005, p. 32) que “[...] nós, habitantes do líquido mundo contemporâneo, somos diferentes. Buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades em movimento [...]”. Ou seja, de acordo com o autor, existe o sentimento de fazer parte de um lugar, de uma comunidade ou de um grupo, quando nos identificamos com esse meio que transmita certa continuidade da vida, ou continuidade da pessoa que representa essa vida.

Ao pensar sobre suas vidas, as alunas e os alunos negros e participantes da pesquisa se posicionam lembrando que vidas negras fazem parte da construção de um povo em todas suas particularidades. Ainda que não deveria haver diferenças no tocante à cor, raça ou gênero uma vez que são vidas contribuindo para a multiculturalidade, o fato é que na prática todos esses elementos são mobilizados para o estabelecimento das mais diferentes formas de hierarquização. A aluna Ayana entende a importância dessa multiculturalidade quando disserta:

Vidas negras estão contempladas na construção das sociedades. Uma sociedade não existe apenas com um ou dois elementos, ela necessita de todos que possam contribuir com sua estrutura. Assim os negros, os brancos, os índios, são componentes essenciais. Assim são as vidas negras, elementos essenciais para outras vidas.

Também a discente Jendayi argumenta firmemente:

[...] faz parte da natureza do ser humano. Vidas negras são ações reais do dia a dia do povo, auxiliando de maneira direta ou não no processo de crescimento. Pensando no seu povo ou pensando no todo, o importante é a contribuição que essas vidas dão.

Em perspectiva aproximada declarou o aluno Bomani, ao considerar que pensar vidas negras é complexo:

[...] sempre existem outras questões envolvendo-nos. Nossas vidas são marcadas por momentos tristes e as questões raciais sempre vêm à tona. Mas vidas negras são isso, resistência, persistência, luta, garra, o melhor sinônimo para batalha é vida negra.

Essa compreensão de si, em grupo de pertença, nem sempre compôs o discurso de todas as pessoas participantes da pesquisa. Diferentemente de Jendayi, a percepção do aluno Danso oscila entre o reconhecimento da identidade negra e a associação dessa identidade a mais uma entre tantas outras:

[...] não existem morenos, morenos claros, morenos escuros..., existem vidas. E a partir dessas vidas existem pessoas negras, ou seja, é mais que uma palavra, é uma construção de anos, séculos [...].

Mas seja em maior ou menor grau, um aspecto que prevalece entre as três pessoas citadas é que a sociedade não está preparada ou não quer se posicionar quanto à realidade das diferenças e sua importância para o todo.

Sabrina Moehlecke (2002), tratando a questão de ser social, apresenta a ideia de que é necessário tirar a impressão da existência de algo associado ao radicalismo. A intenção de Moehlecke (2002)³ é reiterar que qualquer manifestação positiva em prol de mudança, busca trazer algo a favor de alguém ou de alguma causa, com ações diretas. Isso é fundamental para a promoção do ser humano como um todo. Assim, a pesquisa tem como objetivo fazer uma leitura envolvendo a arte das representações sociais na vida cotidiana de pessoas negras dentro da universidade. Sempre que possível, faz-se necessário falar da simultaneidade das crenças, dos pensares e saberes que permitem a interação entre os seres humanos em suas ações sociais, num conjunto designado a um determinado grupo de pessoas, tendo como pano de fundo essa perspectiva diferenciada, ou seja, o pertencimento social.⁴

Para compreender o processo de formação social, é apresentado na pesquisa o representante desta formação, ou seja, o ser humano, este protagonista que, para Tim

³Para aprofundar a questão, pode-se consultar a referência: MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: história e debates no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 197-217, 2002.

⁴Maiores discussões a esse respeito estão presentes no livro de Mikhail Bakhtin. **Para uma Filosofia do Ato Responsável.** São Carlos: Pedro & João, 2010.

Ingold (1998), antropologicamente, tem pensamento diferenciado, mas também pode ser visto como tantas outras espécies existentes. O autor argumenta que o ser humano não é tão distinto assim dos outros seres vivos. Se disser que o humano é um ser pensante e que isso o distingue de outros, não estaria esse pensamento completamente correto, pois se excluíssem muitos seres vivos e o espaço físico seria somente do ser humano, o que não é verídico. O que se vê é a coexistência e, para o autor, a formação faz parte de um todo, pois cada criatura tem sua importância originária e sua vida confere sentido à sua existência, fazendo com que exerça seu papel na jornada da vida.

Pode-se então dizer que o ser humano desenvolveu culturas e isso o diferencia dos demais seres vivos. No entendimento de Roque de Barros Laraia (2001) e Eliane Sebeika Rapchan (2010), as questões atuais socioculturais e as relações entre sociedades distintas e sua evolução individual e conjunta, permitem compreender as associações possíveis praticadas pelo ser humano, ou seja, os sentimentos pelos seus iguais e familiares, pelos animais, pelos seus bens pessoais, coletivos etc.. Só isso já provaria que os seres humanos não são tão diferentes entre si, pois, basicamente, buscam se associar, organizar-se e criar blocos para que se sintam confortáveis e protegidos. Isto é comportamento social, em seus distintos e específicos padrões. A essa dimensão associa-se, por meio de Pierre Bourdieu (2007a), a noção de *habitus*:

Trata-se, portanto, de recompor o que foi decomposto, antes de mais nada, a título de verificação, mas também para encontrar, de novo, o que há de verdade na abordagem característica do conhecimento comum, a saber, a intuição cria sistematicidade dos estilos de vida e do conjunto constituído por eles. Para isso, convém retornar ao princípio unificador e gerador das práticas, ou seja, ao *habitus* de classe, como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, construir a classe objetiva, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, às vezes, garantidas juridicamente - por exemplo, a posse de bens ou poderes - ou incorporadas, tais como os *habitus* de classe - e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios (BOURDIEU, 2007a, p. 97).

Bourdieu (2007a) declara que as ciências implicam apresentar trabalhos e discussões a respeito do modo de viver, ou formas de vida em determinadas sociedades específicas; eis o processo que diferencia o ser humano dos demais animais, ou seja, a questão cultural padronizando a vida. Cultura representa a forma de vida de determinado

povo ou de determinada sociedade, bem como o processo de transferência das informações que o (a) particulariza (escola, trabalho, igreja, universidade...).

Essas transferências de informações são as relações entre os indivíduos, entre os grupos sociais, e têm a linguagem como meio principal para a geração do entendimento, podendo ou não ter a concordância unânime. O que realmente interessa é que cada grupo possua características próprias, porém com pensamentos que os agreguem, ideologias que os aproximem, discursos parecidos ou que possam ser comungados em determinados momentos (JANET, 1929).

Pierre Janet (1929), em suas pesquisas, demonstra que o histórico social da humanidade, ao longo dos séculos, preocupa-se com os preceitos e padrões prescritos pelo próprio indivíduo, pois este, sendo gregário, tem predisposição para viver em comunidades ou em grupos. Isso o faz o ser social, mesmo com ideias diferentes, conceitos e criações diferentes. As manifestações advindas dessa convivência não são meramente ocasionais, ao contrário, elas fazem parte de um quase ritual. São vivências impregnadas nos indivíduos desde o nascimento, inatas ao ser e fazem parte da sua natureza. Segundo Janet (1929), se o ser humano é criado para viver em comunidade, então em que momento foi deixado de lado a formação social intrínseca? Quando o próprio ser humano começou a olhar para dentro de si acreditando que ele é ou seria o centro, o único, criando assim o individualismo? (JANET, 1929).

É sabido que cada indivíduo tem sua personalidade, mas ela é mutável. Tais mutações ocorrem justamente para que a vida social, nesse processo criativo individual, faça a distinção que identifica o ser pensante. Para Janet (1929, p. 266), o ser humano é “[...] uma criação particularmente social. Nós nos inventamos diuturnamente graças à sociedade que nos fez e que pode, igualmente, nos desfazer”. Isso é uma característica própria do ser humano, que cria novas ações e papéis com a finalidade de contribuir para com o grupo e o meio ao qual pertence. E, caso esse papel não cumpra sua função, essa mesma sociedade pode, se assim o quiser, intervir no resultado das ações individuais em nome do todo.

Mas os atravessamentos de violências físicas ou simbólicas também marcam a constituição da identidade de cada indivíduo. E uma dessas violências é o racismo. A discussão sobre identidade permeou as respostas dos sujeitos dessa pesquisa, sobretudo em relação ao reconhecimento de que não há, de modo geral, valorização cultural das vidas negras no contexto brasileiro. A aluna Zuri evidencia que

*[...] se sociedade é um conjunto, sua identidade, num primeiro momento, é a representação desse conjunto. Ela mostra o seu retrato, como pensa, como se desenvolve, como trabalha, como cuida de seus participantes e representantes. Assim a identidade social é a repetição das ações daquele conjunto, daquela sociedade. Mas é importante lembrar que essa mesma sociedade é feita de pessoas, e essas pessoas trazem para o meio social particularidades de suas vivências. Isso me parece muito claro, agora o que me faz pensar quanto respondo esse questionamento é: quando deixamos de dividir conhecimentos e passamos a ser um mais importante que o outro? É possível chamar de identidade social um espaço em que uns **são** para o grupo, e outros simplesmente não existem, foram apagados e são apenas números que formam uma grande massa? Se identidade social é o ganho das diferenças convivendo juntos, cadê os excluídos nessa junção de ideias e pensares e saberes e vidas?*

O aluno Jafari responde, ao falar em identidade:

Identidade são valores, então a identidade social está voltada para valores sociais, como por exemplo, as demonstrações de uma cultura local, regional, ancestral, ou o convívio pacífico diário de um determinado povo, o respeito a cultura do outro, a crença do outro, a ideia do outro, e mais, o outro enquanto sujeito participante daquela sociedade. Novamente nos esbarramos no velho e conhecido preconceito. Ele impede de o que falei antes aconteça, pois como alguém que não aceita as diferenças, irá entender que a crença do outro é dele e não minha, merece respeito tanto quanto a minha. Que a origem do outro também é diferente da minha, que o sagrado para o outro pode não ser para mim, mas tudo bem, é dele e ponto final. As relações sociais são o que tem de mais importante em um grupo para seu crescimento, desde que respeitadas as diferenças. Caso contrário é apenas uma representação de sociedade e não uma verdadeira sociedade. Representação no sentido negativo, uma farsa em que poucos são valorizados como sociedade.

Como já ressaltado, identidade não é algo pronto, ela se constrói ao longo da vida. No caso da população negra brasileira, Munanga (2003) argumenta que, entre as lutas do movimento negro está à busca pelo reconhecimento da identidade dessas vidas negras, incluindo nisso o respeito às culturas de origem africana, as crenças, bem como a ressignificação de vidas. Munanga permite pensar que o grande desafio é a reconfigurar a identidade cultural do povo negro diante de séculos de falas, escritos e discursos posto a diminuí-lo. Compreender sua personalidade, suas histórias, seus valores desenvolver o orgulho nas pessoas negras, sobretudo nas diaspóricas o orgulho consciente de suas raízes.

Para o caso da identidade brasileira e da identidade afro-brasileira Munanga afirma que:

Além da identidade nacional brasileira, que reúne a todas e todos, estamos atravessados/as por outras identidades de classe, sexo, religião, etnias, gênero, idade, raça, etc., cuja expressão depende do contexto relacional. A identidade afro-brasileira ou identidade negra passa, necessária e absolutamente, pela negritude enquanto categoria sócio-histórica, e não biológica, e pela situação social do negro num universo racista. (MUNANGA, 2012, p. 6-7).

O elemento posto a oferecer maior complexidade à situação reside no que Brasil a identidade negra está diretamente articulada à construção de uma identidade que foi forjada como nacional. Diz o autor:

Enquanto processo, essa identidade se constrói paralelamente à identidade nacional brasileira plural, num país cuja mestiçagem é inegável. Podemos, por isso, considerar esse processo de construção da identidade negra como a negação da mestiçagem que alguns consideram como maior símbolo da identidade nacional? Num país onde não existe um discurso articulado em torno da identidade “branca” ou “amarela”, poder-se-ia considerar o discurso sobre a identidade negra como um racismo ao avesso? As duas perguntas constituem o centro da análise que pretendo fazer sobre o tema da palestra anunciada. (MUNANGA, 2012, p. 7).

Munanga segue o seu raciocínio afirmando:

Falar de identidade negra no Brasil supõe a existência de outras identidades, além da nacional. O que nos remete ao contexto de um país multicultural e multirracial, ou seja, ao multiculturalismo. [...]
O ponto de partida do multiculturalismo é a existência, no seio de uma mesma sociedade, mesmo estado, nação, território geográfico, etc., de mais uma cultura, uma comunidade (religiosa, linguística, cultural, étnica, etc.). Além dessas comunidades que produzem culturas comunitárias, supõe-se a existência de uma única cultura nacional que se sobrepõe às outras. Esta negação de outras comunidades e suas culturas pode engendrar conflitos culturais ou identitários, chegando, em alguns países, a provocar processos de separação ou de autonomias políticas dentro de um mesmo Estado Federativo. Em outras sociedades, a exemplo do Brasil, as comunidades, embora não reivindicuem a separação e a autonomia política, querem que suas culturas, histórias e visões do mundo sejam reconhecidas publicamente e integradas à história nacional e ao processo educacional nacional. (MUNANGA, 2003, p. 7).

As longas passagens de Munanga fazem-se necessárias para destacar a complexidade da questão. A diluição da identidade cultural afro-brasileira em uma cultura nacional ato este que pode ser considerado um elemento posto dificultar o estabelecimento de vínculos de pertencimento tanto ao grupo específico quanto a nação. Isso se daria pelo fato das pessoas, por vezes, não conseguirem desenvolver identificação nem com o grupo específico nem com a nação.

Com propriedade Munanga assevera:

O discurso identitário da elite ou classe dominante é diferente do discurso das classes dominadas ou subalternizadas. Quando os negros, através de suas entidades sociais, falam de sua identidade que deve passar pela negritude, a elite através de seus intelectuais orgânicos os criticam dizendo que eles querem dividir o Brasil, pois “nossa” identidade é única e mestiça [...] Essa crítica tem a ver com o fato de não existir um discurso político sobre a identidade branca apesar de esta existir tacitamente, pois todos têm consciência das vantagens que a branquitude lhe oferece nesta sociedade. (MUNANGA, 2012, p. 8)

Com efeito, não é descabido destacar que a produção de conhecimentos fora dos parâmetros estabelecidos pelo discurso das elites e classes possa vir a gerar conflitos. A população negra quer fazer parte da história do Brasil como população negra ativa e não como um grupo que se dilui, desaparece em prol da formação nacional. A produção de conhecimento divergente das correntes dominantes é favorecido, em grande medida, pela presença de pessoas de fora dos grupos tradicionalmente dominantes nos centros de produção do conhecimento como, por exemplo, as universidades.

Foi possível observar quando dá realização do trabalho de campo, na Universidade Estadual de Maringá, falas das alunas e dos alunos que participaram da pesquisa sobre o impacto das discussões realizadas no interior da instituição dentro e fora das salas de aula tiveram para suas vidas, bem como a presença delas e deles fez de alguma forma a universidade a se repensar.

1.2. SENTIMENTO DE PERTENCER AO MEIO SOCIAL

Procurando destacar a formação social, que tem ligação íntima entre indivíduo e sociedade, recorre-se à palavra pertencer, que remete a laços reais como, por exemplo, família, igreja, lugar em que se vive (comunidade), espaço escolar, universitário, que são relações estreitas e valores formais (BOURDIEU, 1996). Assim, pertencer no

entendimento de Anna Buttimer (1982) e Yi Fu Tuan (1983)⁵ tem relação com a perspicácia, com o saber ou prática e com a relevância. Isto é, significa que para ser parte de um determinado espaço. É necessário saber onde se está e/ou de onde se veio, e assim os lugares têm seus valores próprios, que dão o tom do pertencimento por meio de experiências vividas.

Ademais, falar em lugar abrange o conhecimento intrínseco do indivíduo, retratando o quanto pertencer está ligado ao seu íntimo, e relaciona esse indivíduo aos que o rodeiam, independentemente se a fala tem a ver com pessoas ou coisas. Segundo a visão de Werther Holzer (1997, p. 79), o sujeito, enquanto pessoa, elemento físico, necessita dessa troca e ele “[...] coloca-se em contato com o exterior e localiza o outro, comunicando-se com outros homens e conhecendo outras situações”. A respeito disso, Sandra Regina Lestingue (2004) acredita que sentir-se parte é uma maneira de também se apresentar, dizer que é contributivo com as vibrações ali presentes, com os feitos realizados e com as conquistas ou transformações ocorridas, dando determinado valor ao meio em que está inserido.

Grada Kilomba (2019) lembra que vidas negras sempre foram demarcadas nos espaços, isto é, determinando-lhes o não-pertencimento a lugares que não reconheciam seu valor e sua voz. Isso alimenta o processo, segundo a autora, da violência contra o sujeito negro em vários aspectos físicos ou psíquicos como, por exemplo, ao dizer para uma pessoa negra: “Mas você é do sul mesmo? Não é nordestina?”. Exemplos assim enfatizam a invisibilidade da pessoa, negando-lhe seu senso de pertença e de identidade e reafirmando que aquele não é, de fato, o seu lugar (KILOMBA, 2019). Ayana, acadêmica do curso de Letras, declara:

[...] existe uma desigualdade entre brancos e negros, isso não há como negar, e ela nos nossos dias persiste com tamanha grandeza que chega a assustar. Assim, acredito que para enfrentar essa realidade é necessário compreendermos qual é a função minha, sua, qual é nosso papel na construção dessa tão sonhada sociedade de iguais. E antes disso, para que eu possa desempenhar esse papel preciso saber que pertença a uma sociedade que caracteriza o racismo e o pratica, portanto, se para pertencer a sociedade é necessário eu desenvolver estratégias (parece coisa de guerra, mas é uma luta mesmo), assim farei. Acredito que é a melhor resposta, que todos saibam que pertença

⁵Para aprofundar nas questões envolvendo dinamismo de vida, buscar as referências: BUTTIMER, Anna. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. E TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

ao meio social e que a educação é o caminho para pertencer à sociedade excludente [...].

É possível perceber que os lugares ou meios sociais, e no caso deste o estudo, o espaço universitário, tem por objetivo proporcionar o acolhimento para que se desenvolva a ampliação de conhecimentos. Isso ficou bem explícito nos discursos dos participantes da pesquisa, pois a realidade acadêmica é transformadora já que agrega aos conhecimentos científicos a cultura dos diversos grupos ali presentes. Caso isso não ocorra, a instituição de ensino não cumprirá seu papel na íntegra, que é a formação do sujeito. Kilomba (2019) comenta que o sujeito negro fala, mas nem sempre é ouvido em seus discursos. Isso porque as estruturas das relações estão postas para o branco, e as instituições caminham nessa mesma linha de pensamento.

O termo pertencer faz parte da vida dos seres humanos o tempo todo, desde o nascimento até a morte, tendo como finalidade o desenvolvimento constante de um mundo social partilhado, as produções, reproduções ou construções realizadas por seus habitantes de forma contínua e recorrente. De acordo com Rosana Carneiro Tavares (2015), isso pode ser entendido através dos laços que vão se formando ao longo da existência do sujeito e definindo os comportamentos grupais e suas ligações mais estreitas, tornando cada ser humano um membro efetivo de uma coletividade, no que se refere aos deveres sociais, condutas e preceitos. Cabe dizer que este sentimento tem suas variantes no desenrolar da vida, pois quando criança se busca fazer parte de um determinado grupo que os una pelos prazeres lúdicos, na adolescência, o sentimento que une os grupos é o de descobrir-se, enquanto o adulto procura equilíbrio, solidez e estabilidade e na velhice, os grupos se unem em torno das memórias, serenidade e quietude..., ou seja, são as semelhanças que unem os seres humanos em prol de um bem comum (TAVARES, 2015). Para o acadêmico Jafari, pertencer nos dias atuais está muito difícil, pois no Brasil a negação do racismo faz parte da alta cúpula do governo, sendo necessário afirmar e reafirmar uma existência que está posta, a identidade negra crescente.

[...] no Brasil quantos negros somos? Quantos brancos são? As estatísticas estão aí, se isso não é negar a realidade, não sei mais o que é. O racismo faz parte de nossa história ao longo dos anos, e isso é importante lembrar para que ao cobrarmos o espaço de pertencimento, possamos ter legalidade no que propomos e amparo no que dizem as leis. Se todos são iguais, por que não temos os mesmos direitos no que se refere a pertencer a determinados espaços? [...]

Essa noção de não pertença que marca a trajetória de pessoas negras em espaços acadêmicos mostra o quanto pertencer tem a ver com processos de reconhecimento e de inclusão. Quando isso não ocorre, não se estabelece uma aliança. A opinião de Ana Carolina de Souza Vaz e Bianka Pires André (2015) é de que uma vez que quando todos falam a mesma linguagem, ‘são iguais’ socialmente, há uma aliança do grupo, uma ligação que os sustenta como sociedade formal. Esse sentimento de pertencer não vem de fora para dentro, ao contrário, nada é imposto, é um encontro de identidades.

Se a ideia é o enriquecimento do meio social por meio da diversidade do conhecimento, há muito tempo as contribuições das vidas negras vêm realizando seu papel. E Mário Theodoro (2008, p. 97) afirma que as vidas negras brasileiras, já no ano de 2007, superavam os não negros e não negras em número, segundo o censo da época,

Em 2007, a população negra superou a população branca e, no Brasil, 49,8% da população brasileira se identificava como sendo preta ou parda. Isso, no entanto, não é inusitado na história da demografia da cor no Brasil. O Censo de 1890, possivelmente o primeiro com boa cobertura da população brasileira, apontava que 56% dos brasileiros eram negros. A próxima contagem de cujas informações dispomos é o Censo de 1940, no qual a população negra tinha caído a meros 35,8% da população brasileira total. Esta impressionante queda nada tem de misteriosa: conforme documentado por Levy (1974), de 1890 a 1930, mais de três milhões de europeus brancos imigraram para o Brasil. Isso equivale a 36% da população brasileira em 1890, que era de pouco mais de 14 milhões de pessoas, e foi o suficiente para mudar totalmente a composição racial da população brasileira.⁶

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), apresentou dados em que, no período de 2012 a 2018, ou seja, num intervalo de 07 (sete) anos, a estatística dos brasileiros que se declararam pretos ou pardos teve um aumento em todas as regiões do país. O levantamento do IBGE diz que “[...] dos 207,8 milhões dos moradores do país em **2018**, se declararam pardos 46,5%, pretos 9,3% e brancos 43,1% [...]”, isso significa que 55,8% dos brasileiros são descendentes de africanos,

⁶Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a população negra no Brasil foi crescendo vertiginosamente e Finalmente, na PNAD de 2007 – a mais recente disponível – quase metade da população brasileira se classificava em uma dessas duas categorias. (THEODORO, 2008, p. 98). O assunto pode ser aprofundado consultando: THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p. 15-43. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899Livrodesigualdadesraciais.pdf>

inclusive fora da África, o Brasil hoje é o país com maior número de descendentes africanos.⁷

Joana Célia dos Passos, Tânia Tomázia do Nascimento e João Carlos Nogueira (2016) argumentam que não há como dizer que a população negra não faz parte do espaço social, ocupando e influenciando-o. Por exemplo, a língua portuguesa com todas as suas variações tem muito dos troncos linguísticos africanos, mesmo que não sejam discutidos tais elementos de linguagem mais amiúde nos meios estudantis de ensino.

Segundo os autores, está evidente que cada população tem suas particularidades, e é justamente por este fato que agregar conhecimentos pré-existentes é elemento básico na formação identitária. As heranças dos grupos ancestrais formam a sociedade e esta sociedade imprime características à nação. Passos, Nascimento e Nogueira (2016) enfatizam que esse patrimônio cultural citado anteriormente, é consequência da produção intelectual que é compartilhada na sociedade e, assim, produz valores que são agregados a esse estreito desejo de pertencer a um determinado grupo social.

Destarte é possível dizer que o reconhecimento de pertencer marca profundamente o período contemporâneo vivenciado pela população negra, aflorando o entendimento de como esses espaços são importantes e contributivos para a resistência, bem como para a ressignificação cultural e social das vidas negras. Para exemplificar, os autores citam os Quilombos como espaços de força e resistência, as religiões como cultos ao sagrado e as danças como expressão da vida (PASSOS; NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2016).

Para Munanga (1988), o sentimento que liga as vidas negras entre si deveria ser o de contribuir para a preservação da identidade e a importância da vivência socioeconômica, racial, ideológica, cultural, histórica e emocional. O autor lembra que embora existam distinções de políticas, de colonização e de formação de classes sociais, o espírito do desejo de pertencimento ultrapassa barreiras, mostrando que é possível trabalhar a inclusão de diferenças. O citado autor completa a ideia afirmando que o processo educacional no Brasil é um espaço em que esses pensamentos podem e devem ser trabalhados e defendidos a fim de que se integrem à história nacional, lembrando que a Lei 10.639/03, a qual será discutida nos capítulos posteriores, defende uma educação inclusiva e da visibilidade às diferenças.

⁷A questão pode ser aprofundada consultando a página do **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Censo 2019**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>.

1.3. A TEATRALIDADE E REPRESENTAÇÕES DO EU NA VIDA COTIDIANA: vivência de pessoas negras na Universidade

Para se falar em representações⁸, primeiro é necessário ter a noção da complexidade desta palavra. As discussões entre os cientistas dão conta desta difícil realidade sociológica, uma vez que a própria história apresenta um juízo das divergências sociais ao longo dos anos. Grandes guerras, revoluções, debates, projetos e ideologias diversas buscaram e buscam entender este conceito. Amparado no pensamento de Gilberto Velho (1978), um dos vieses condutores da realidade da sociedade moderna no que se refere à representação, está ancorado na formação dos grupos, seus desafios e assimetrias, bem como nas difusões causadas por essas performances do dia a dia. Esses desdobramentos impactam, de maneira contundente, nos diferentes grupos sociais, uma vez que ideologias são passadas de pessoa para pessoa, de grupo para grupo etnograficamente e, segundo o autor, difundidas por meio de seus saberes e práticas.

De acordo com Velho (1978), ao falar em sociedade moderna e sua organização que identifica o eu cotidiano, o conceito de representação torna-se transparente quando se observa as pessoas e suas maneiras de se manifestar, como, por exemplo, as regras de etiqueta ao se dirigir ao outro, a adequação ao meio, o aguardar ou não o seu tempo e sua vez, ou seja, existem visões diferentes do mundo de ponto de vista dos diversos atores em uma mesma situação social. Porém o sistema leva à continuidade das interações e estas permanecem, uma vez que a participação social não é passiva, isto é, permite críticas que independem até mesmo da hierarquia.

Trabalhando a ideia de representação do eu, a constatação teatral da vida é de que o cotidiano dita regras, porém o particular de cada um não deixa de influenciar nessas representações. Por exemplo, a questão das relações afetivas acompanha a vida das pessoas em todos os momentos. Seja nos grupos de trabalho, lazer, afetivo, educacional entre outros, o eu sempre está presente influenciado pelo momento, articulado a uma noção de teatralidade. Sobre isso a aluna Jendayi apresenta que

[...] a teatralidade faz coro com nossa vivência. Vem de casa para a rua, vai do trabalho para casa, dos laços entre amigos para os mais

⁸As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2014, p. 33).

particulares. É uma constante troca de experiências e vivências reais. Umhas boas, outras nem tanto, algumas afetam nossa rotina, outras parecem brincadeiras para passar o tempo, e algumas são eternas, como esse período em que entramos na universidade adolescentes e saímos com um sentimento de responsabilidade diferente. [...]

No parecer do aluno Danso, pensar teatralidade é pensar em representação no sentido mais profunda da palavra, isto é

[...] representar é próprio do ser humano, é uma questão de sobrevivência. Se eu souber agir, passo meus dias sem afetar de maneira negativa, a ninguém, agora se não souber ou não quiser, se minha maneira de agir for intencional, eu posso ajudar a destruir ou construir uma pessoa ou um grupo, tudo depende de como quero e o que quero [...].

E o discente Bomani, no que lhe toca apresenta a teatralidade como sendo marcas da atuação social:

A vida cotidiana é muito interessante, pois hoje estamos de um jeito, amanhã de outro, ou, ao acordar de um jeito, no decorrer do dia mudamos, e assim vamos nos apresentando para o outro. Também os que estão a nossa volta passam pelas mesmas e outras mudanças. Isso tudo é representação. Não há uma intenção preestabelecida, predefinida. O que acontece são ações reais agindo no meu ser real, mas que tem alterações de acordo com o que acredito ser necessário para mim.

A necessidade da teatralidade está ligada ao habitual que o sujeito desenvolve de acordo com sua praxe, em razão de sentimentos desenvolvidos para seu bem-estar social, econômico, físico ou emocional. Seria uma maneira de se proteger prevendo o que pode acontecer, pois os atores que estão à sua volta também se blindam para sua segurança. Essa sociedade atual apresenta diferentes falas dos atores que andam envoltos nas posições ocupadas por cada um, negociando interesses que divergem uns dos outros, porém contempla também mecanismos que os acomodam.

Os cientistas sociais, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos etc. estão constantemente entrando em áreas antes invioláveis, levantando dúvidas, revendo premissas, questionando. É claro que isso varia em função de possibilidades - origem social, tipo de formação, orientação teórica, posição ideológica, entre outras. Mas, mesmo em se tratando de indivíduos e correntes mais ligados ou identificados com tendências conservadoras, ou até reacionárias, o próprio trabalho de investigação e reflexão sobre a sociedade e a cultura possibilita uma dimensão nova da

investigação científica, de consequências radicais - o questionamento e exame sistemático de seu próprio ambiente (VELHO, 1978, 127-128).

A fala do autor apresenta uma ideia de que o ser humano se acostumou a encarar essa paisagem social seguindo a ótica dos seus atores, suas hierarquias, categorias, distribuição de poderes, mas não significa que se compreenda na íntegra as suas relações. Teorizando o conceito, Velho (1978) alerta que se busca conhecer o indivíduo, e por este são traçadas ideias para o grupo. Porém, segundo o autor em epígrafe, a sociedade brasileira é formada por pessoas diferentes e por interrupções e intercorrências dentro dos grupos. Quanto às representações do eu, estas se dão de acordo com as interações culturais e historicamente definidas, mesmo entendendo as limitações do ser humano, de suas combinações e aspirações.

De tal forma, Sueli Aparecida Carneiro, ao tratar da questão de relações raciais no Brasil, lembra da contribuição do lugar da educação para se ter como referência o papel do outro e compreender essa relação de poder e saberes constituídos no contexto de vida social atual, ao qual cada um pertence,

Isso nos inspira a apreciar conceitos para, exploratoriamente, conceber a irredutibilidade da negritude para inscrever-se efetivamente no 'paradigma do Outro' que está dado. Propomos, porém, que, no caso da negritude, a sua irredutibilidade consiste no seu deslocamento para uma alteridade que a institui como a dimensão do não-ser do humano. Se o Outro é aquele através do qual o eu se constitui, o Outrem será aquele intrinsecamente negado pelo ser, o limite de alteridade que o ser concede reconhecer e se espelhar. De que nos serviria essa distinção? Para compreender pactos em que houve oportunidade para que algum e qualquer outro, pudesse ser incluído na sociedade brasileira, e que recorrentemente o negro é rejeitado, situação da qual a nossa história é prenhe de exemplos. (CARNEIRO, 2005, p.27).

Assim sendo, as relações existentes têm suas particularidades e uma delas corresponde às inter-relações sociais mediadas pela identidade social, a partir do reconhecimento de um espaço conquistado, tendo como meta suprir desejos e anseios individuais e coletivos. Nesse contexto, o cotidiano da vida do eu, e particularmente do eu negro, do eu negra, perpassa por questões de raça, cultura, gênero, como bem lembra Carneiro (2005), e esse reconhecer-se faz dessa pessoa representante social um ser único, pois, acima de tudo, ele ou ela tem seus desejos e metas. Portanto, compreender sua importância no contexto social elimina seu rebaixamento no confronto com o outro.

Essa reflexão dá notabilidade à cultura, que é um bem universal em se tratando de valores (CARNEIRO, 2005), já que é elemento fundamental na busca pelo reconhecimento do ser nesse período atual.

Ao discutir cultura, Bauman (2008, p. 34) esclarece que as formas sociais e a cultura de vida moderna são reinterpretadas permanentemente, sem que haja um fim conclusivo,

[...] são descrições da realidade social, mas instrumentos de sua análise e – ao que se espera – de sua compreensão. Seu propósito é fazer com que nosso retrato da sociedade que habitamos ‘faça sentido’. Para atingir esse propósito, eles deliberadamente postulam mais homogeneidade, consistência e lógica no mundo social empírico do que a experiência diária torna visível e nos permite captar. Suas raízes se fixam profundamente no solo da experiência e das práticas humanas cotidianas. Mas para conseguir uma melhor visão de tais práticas, assim como de suas causas e motivos, precisam de uma distância que lhes permita abraçar o campo como um todo demodo que a visão das práticas humanas se torne mais abrangente e mais clara para o analista, revelando também, espera-se, as causas e os motivos de suas ações aos próprios atores.

Essas relações chegam a ser cruéis. Apresentam-se como transações mercadológicas, levando o ser humano a crer e agir como mercadorias, distorcendo ou negligenciando sua formação humana como se fossem um conjunto homogêneo, produzidos em massa. Compra-se igual, come-se igual, frequentam iguais lugares para serem iguais. E, como alerta Bauman (2003) em uma de suas obras *Amor Líquido*, as pessoas modernas não procuram criar laços, deixando de agir como seres humanos e reproduzindo apenas o que vivenciam. São céleres e fazem por instinto, não se relacionam por tempo duradouro, ou seja, apenas representam, deixando transparente a fragilidade dos vínculos e da cumplicidade enquanto seres sociais. Ao apresentar uma fala sobre a sociedade moderna, não se pode deixar de citar as pessoas que agem o tempo todo em diferentes contextos, atingindo diferentes resultados para públicos diferentes, no caso do público específico da pesquisa – a vivência de pessoas negras na Universidade.⁹

⁹Ao falar do espaço deste público, Lívio Sansone (2003, p. 103) reitera que “[...] há uma história de influência recíproca entre o consumo ostensivo e as expressões culturais negras, através da qual o consumo de certo estilo pode tornar-se parte integrante da negritude. Assim, a despeito de muitos discursos sobre a negritude, que enfatizam a pureza cultural, os ‘laços ancestrais’ e a oposição ao comércio como inerentes à identidade negra, a relação com a ‘modernidade’ e a mercadologização é complexa, além de tão antiga quanto a criação de culturas negras no Novo Mundo”[...].

Essa estrutura globalizada da sociedade é coparticipante no processo de relação de poder e representação social coletivas. A sociedade moderna tem sua construção baseada nas diferenças dos traços de seu povo. Assim sendo, o grupo dominante imprime seus fenotípicos, que se reproduzem e se manifestam os demais participantes (MUNANGA, 2003). O mesmo autor explica que o povo negro, sabendo que é parte estruturante dessa sociedade moderna, está cada vez mais envolvido com reivindicações de direitos a fim de resgatar sua imagem, sua autoestima e respeito, pois é sabido que práticas das diferenças são alimentadas com o aval do não negro.

Em um território tão grande como é o do Brasil, é impossível pensar em uma única identidade. Ela é e sempre será múltipla, pois como, bem lembra o autor, o eu cidadão afro-baiano tem seus particulares, da mesma forma que o afro-mineiro, afro-carioca, o paulista, o maranhense, ou o afro-gaúcho. Pois ainda que tendo atravessamentos identitários marcados pelo racismo, cada região produz sua religiosidade, comidas típicas, trajes, histórias, culturas, musicalidade, danças e uma linguística própria que os aproxima e os identifica.

E por falar em cultura, torna-se necessário lembrar que os espaços educacionais têm o dever de trabalhar a questão da inclusão social. São nesses espaços que o multiculturalismo aparece e, no entendimento do autor, as discussões precisam ser introduzidas, despertando assim a educação cidadã (MUNANGA, 2003) e a universidade é ou deveria ser o espaço propício para que isso ocorra.

Ramón Grosfoguel (2016) argumenta que as relações entre as pessoas estão envoltas em alguns questionamentos, em como as mesmas se posicionam no espaço social no qual estão inseridas e na forma com que trabalham esses questionamentos, na condição de partícipes ativos de um grupo social. Segundo o autor, a propagação dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta tem privilegiado os ocidentais e, por conta disso, também contribui para a definição do que se entende por veracidade, do que se percebe por realidade, e as universidades são ambientes que, por sua natureza, são propensos às mudanças nesses conceitos. Se um “eu” aceita o conhecimento de outro como única forma válida de saber, esse “eu” pensante deixa de existir. E isso destrói as manifestações de um povo, tirando-as de cena, o que não condiz com espaços democráticos do saber.

Com a finalidade de contribuir para o entendimento da inclusão social e pensando em vidas negras no espaço universitário, Munanga (2015, p. 24-25), afirma que,

[...] a definição bipolar dos brasileiros em raças negra e branca nasce das políticas de ação afirmativa em debate e ignora a história do Movimento Negro Brasileiro. Pensar que o Brasil sofre pressões internacionais ou multilaterais para impor as políticas de cotas, é minimizar a própria soberania nacional e ignorar as reivindicações passadas e presentes do Movimento Negro. Este, mesmo sem utilizar as palavras cota e ação afirmativa, sempre reivindicou as políticas específicas que pudessem reduzir as desigualdades e colocar o negro no mesmo pé de igualdade que o branco. O problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente. No entanto, o racismo no século XXI não precisa mais do conceito de raça, pois se fundamenta sobre novas essencializações.

Logo, o pensamento de Munanga (2015) é de que o problema não se limita à construção da identidade racial, mas sim a trabalhar uma educação coletiva, pensada num coexistir igualitário. Munanga (2015) defende a necessidade da implementação de políticas que venham ao encontro não somente do sistema educacional, mas também dos diversos setores que possam contribuir com a construção da democracia brasileira, bem como da identidade nacional plural.

A compreensão da identidade e as relações sociais de estudantes as negras e os negros na universidade, as conjecturas a respeito da construção de sua identidade, bem como suas consequências sociopolíticas têm por princípio apresentar manifestações positivas em prol de mudança e fazer algo em favor de alguém ou de alguma causa, com ações diretas. Isso é fundamental para a promoção das vidas negras. A sociedade, assim pensada, contempla a interação de indivíduos mediados por uma linguagem e um suporte por eles escrito, e isso significa tornar comum uma identidade. A pessoa é capaz de trabalhar com sua história, modificando e complementando-a, e assim torna-se coautor dessa história.

Ao trabalhar a construção da própria história, o homem/mulher está trabalhando a definição da sua imagem e, para Maffesoli (1995), trabalha a identidade individual nessa relação com o outro, para que também esse outro absorva seu papel, enquanto membros de um mesmo conjunto. Partindo desta visão, o sujeito já não é mais o mesmo e suas atitudes assumem novos papéis no dia a dia, uma vez que se aproxima do outro por conexões e estas conexões sugerem uma nova dramaticidade, inerente ao ser humano contemporâneo (MAFFESOLI, 1995); esse ser humano está o tempo todo atuando e representando seu papel social nos diferentes suportes e espaços. Sobre isso, o aluno Bomani reflete:

[...] acredito que o espaço social tem muito a ver com o meio em que eu me encontro. Se for no trabalho, minhas ações estão voltadas para questões econômicas, se for em casa, voltadas para família, no lazer, para diversão, na UEM pensando em aprender. Vejo que existe sempre um objetivo em primeiro lugar [...].

Jafari, aluno do curso de Ciências Sociais revela o desejo de compreender melhor como opera sua atuação em espaços, especialmente em espaços sociais coletivos:

[...] gostaria de entender bem mais, afinal, faço parte desse jogo. Mas eu vejo que as relações entre as pessoas têm seus espaços bem definidos, bem claros, mesmo que a ação tenha caráter coletivo e este pensar reflita no espaço comum [...].

Não diferente, a Acadêmica Zuri manifesta-se ao lembrar,

Sempre ouço falar que meu direito termina no momento em que começo o do outro. Os espaços são da mesma forma, não se pode invadir o espaço do outro, a vida do outro. O que se pode é compartilhar com a permissão do outro. Também não se pode ignorar sua existência. É uma teia muito bem traçada que nos completa.

Os alunos e as alunas demonstram compreensão sobre o que é atuar e como representam seus papéis. Em suas falas mostram-se atentos ao que lhes é pertinente e ao que cabe falar, talvez se prevenindo, se resguardando justamente por estar como atores em um espaço social educacional que também cumpre seu papel enquanto representação social.

Os espaços sociais tornaram-se lugares democráticos nos quais se pode absorver e transmitir conteúdos e compreender o espaço cidadão e suas ligações. Isso tem a ver com o reaprender enquanto participante de uma linguagem social diferenciada. As falas, nestes espaços, apresentam-se de maneira teatral, independentemente do público, gênero, ideologia, cor ou raça. E aparentemente as pessoas nem sempre vivem o que falam ou escrevem, mas precisam se posicionar, uma vez que suas preocupações giram em torno do presente. (MAFFESOLI, 1995).

Observando o que diz Munanga (2004, p. 53-54), ao fazer referência à representação nesse período contemporâneo, é possível identificar as diferentes falas, posicionamentos e o pluralismo cultural brasileiro,

Estamos de acordo que o Brasil é uma nova civilização, feita das contribuições de negros, índios, europeus e asiáticos que aqui se encontraram. Apesar do fato colonial e da assimetria no relacionamento que dele resultou, isso não impediu que se processasse uma transculturação entre os diversos segmentos culturais como se pode constatar no cotidiano brasileiro. Nessa nova cultura, que não chega, a meu ver, a se configurar como sincrética, mas que eu qualificaria como uma cultura de pluralidades, partilhadas por todos, é identificável a contribuição do índio, do negro, do europeu de origem italiana, portuguesa, alemã etc. e do asiático. Por exemplo, a música baiana (axé music) é cantada e dançada em todos os cantos do Brasil. Na sua estrutura pode haver elementos de outras procedências (jamaicanos, americanos etc.) que dariam a ela um certo conteúdo sincrético. Mas em termos de identidade que não é sinônimo de pureza, trata-se de uma música afro-baiana, apesar de ser cantada por todos os brasileiros sem discriminação racial. Perante o mundo é uma música brasileira e, portanto, um dos elementos da identidade brasileira a ser integrado numa cultura brasileira plural e não sincrética. (MUNANGA, 2004, p 53-54).

A integração das diversidades, no contexto nacional é diferenciada, mesmo com tantas influências e, para o autor, existe sim a produção cultural das minorias, mesmo inibida. Munanga (2004) propõe que esse processo tímido pode ter sido prejudicado pelas ideologias instituídas, quando pensado no que seria ideal para o país, pois o desejo de ascender socialmente é trabalhado de maneira incansável nos meios sociais, o que não é diferente nos espaços estudantis. O processo de ascensão social passa pela ideia de que reconhecer-se é empecilho para a socialização de vidas negras com vidas não negras. (MUNANGA, 2004).

Também Lilia Schwarcz (2012) entende que é um facilitador trabalhar uma massa que não se expressa, cuja cultura é ocultada, e o povo é marginalizado, o que os impossibilita fazer parte de uma sociedade que cria obstáculos para impedir o desenvolvimento dessa população. No caso do presente estudo, as vidas negras.

Para essa autora, quando se discute a questão racial no Brasil, percebe-se que a mesma está, aparentemente, ligada à cidadania e que, ao pensar em raça, pensa-se o coletivo e não o individual. Isso pode ter ligação com o querer anular a realidade a respeito das diferenças e das desigualdades que existem ou, naturalizar essas diferenças entre as vidas negras e as não negras, com o aval da ciência. (SCHWARCZ, 2012)¹⁰.

Florestan Fernandes (2008) contribui com este entendimento trazendo uma reflexão: como é possível oferecer à sociedade um povo e inseri-lo no sistema de relações

¹⁰Para aprofundar o assunto: SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

econômicas e sociais sem prepará-lo, educacional, profissional, econômica e psicologicamente? Há uma necessidade de se dar condições de assimilação a essa classe, caso contrário essas vidas negras estarão à margem do processo de crescimento econômico, dando andamento aos desajustes sociais, bem como ao abandono e à vulnerabilidade social. (FERNANDES, 2008).

A resistência se fez presente novamente, de maneira decisiva e contundente, no discurso de Célia Maria Marinho Azevedo (2004, p. 29),

Frente a estas expectativas disseminadas de inversão da ordem política e social, vingança generalizada contra os brancos, os ouvidos educados não só ouviram como também começaram a falar e sobretudo a escrever, registrando todo um imaginário em que se sobressai a percepção de um país marcado por uma profunda heterogenia sócio-racial, dividido entre uma minoria branca, rica e proprietária e uma maioria não-branca, pobre e não proprietária.

As palavras da autora se apresentam como uma história, num primeiro momento, voltada para uma classe de minorias mandando em uma classe de maiorias. Poucos ricos possuindo grandes propriedades, dominando pobres sem propriedades. Mas, pelo que se percebe, a história não parou no século XIX e ultrapassou os anos e os séculos. Para Azevedo (2004) os grupos resistentes também continuam lutando pelo bem comum. Mesmo em espaços elitistas, como são as universidades brasileiras, é possível identificar esses movimentos de resistência. Um deles, na Universidade Estadual de Maringá, é o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (NEIAB-UEM), um espaço que acolhe, ouve e orienta estudantes negros e negras quanto seu papel nos espaços sociais, além de atuar em questões atuais do campo educacional, envolvendo os governos Federal, Estadual e Municipal. A partir dessas discussões, posições podem ser tomadas por parte dos discentes e das discentes em prol dos excluídos nas suas comunidades particulares.

Em conformidade com Theodoro (2008), o enfrentamento aos processos de exclusão racial por que passa a população negra no Brasil perpassa pela necessidade de se trabalhar políticas públicas voltadas para a diminuição das desigualdades sociais no país, as exclusões sociais nos serviços públicos, bem como melhores condições de vida dessa classe social,

[...] visando proporcionar aos gestores e formuladores de políticas públicas, assim como aos interessados pelo assunto, um conjunto de trabalhos que aprimorem o conhecimento da problemática da

desigualdade racial e ajudem no desafio de seu enfrentamento (THEODORO, 2008, p. 9)

As reflexões a respeito expõem os problemas nacionais e levantam discussões sobre como trabalhar essa realidade no presente, lembrando que se tem uma herança do passado que influenciou e continua a influenciar questões na atualidade. A discriminação está presente toda vez que uma pessoa tem, devido ao seu pertencimento étnico-racial ou outro marcador de identidade, seus direitos privados, ou é impedida de exercê-lo, seja na educação, trabalho, ou no trato no dia a dia, pois se fala no Estado democrático de direito e este necessita ser aplicado a todos, independentemente de gênero, raça, cor ou idade.

Se essa realidade de dominação não for discutida exaustivamente, não há perspectiva de mudança cultural. Theodoro (2008) mostra que são necessárias tais discussões, pois programas estão disponíveis para tal. Por exemplo, no ensino fundamental e médio já foram implementadas políticas que valorizam a cultura negra no ensino de História¹¹; na vida cotidiana das universidades, os debates se apresentam em assembleias discutindo cotas, bonificações referentes à inclusão do estudante negro e da estudante negra e promoção da igualdade e de direitos da comunidade negra. O autor comenta que esses debates dão continuidade no que diz respeito à riqueza de diversidades no campus universitário. Emesmo sendo tímidas, essas falas ganham notoriedade no país por meio de seus atores universitários no que concerne à promoção da igualdade racial (THEODORO, 2008).

1.4. AS RELAÇÕES RACIAIS E A EDUCAÇÃO

Pelo explanado até aqui, é possível verificar que a questão da desigualdade racial no Brasil marca as trajetórias da população negra, inclusive nos espaços acadêmicos. Porém, ao trazer uma discussão a respeito do tema, a proposta é despertar iniciativas que possam dar sustentabilidade à preocupação da necessidade efetiva de intervenção pública. Em suas pesquisas, Mário Theodoro (2008) ressalta que há discussões voltadas para a democratização e igualdade, porém

[...] poucas dessas experiências tiveram continuidade, ou foram objeto de reflexão ou avaliação. Paralelamente, as ações implementadas

¹¹Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira (Art. 26A e 79B da LDB).

estiveram (e estão) desarticuladas entre si ou mesmo de uma estratégia ou plano de redução das desigualdades raciais. Tampouco tendem a estar consolidadas institucionalmente na forma de programas, com metas fixadas e escalonadas ao longo do tempo, planejamento de ações ou orçamento. (THEODORO, 2008, p. 138-139).

Bem que essa luta é um processo e, como diz o autor, existem experiências significativas de enfrentamento da questão racial, bem como se avolumaram as mobilizações sociais pensadas para fazer cumprir direitos. Como exemplo, pode se citar seminários, oficinas de capacitação de agentes, produção de material institucional e política nacional de saúde da população negra. Ou seja, mesmo com as dificuldades, buscam-se somar esforços para garantir a essa população o direito constitucional, e não somente nos espaços criados para esses debates, mas nas áreas de saúde, segurança pública, moradia e educação, dentre outras, pois a realidade é bem mais complicada do que se mostra e, em razão disso, demanda envolvimento local, estadual e federal.

Entendendo a contribuição ímpar enquanto sujeito ativo vivenciando o espaço acadêmico na universidade, os discentes e as discentes participantes do estudo mostraram-se cientes de seu papel na construção da educação atual. Na fala do aluno Danso essa realidade é bem declarada:

[...] sendo negro e estudante universitário, vejo que meu papel ou contribuição nesse espaço social precisa mostrar que o acesso de negros e negras a universidade está melhor, não o ideal. A realidade dos negros e negras no país é diferente se vista separadamente por regiões. Existem muitos negros e negras que se quer concluem o ensino fundamental e médio por não terem condições de chegar ao colégio. Parece brincadeira, mas não é. E se eu enquanto negro não falar, não mostrar que essa realidade faz parte do meu país, quem falará por mim e pelos meus? Os brancos? [...].

Compreendendo que o espaço universitário é um lugar de múltiplos conhecimentos, de crescimento intelectual e pessoal, bem como interpelações variadas. Por isso, faz-se necessário discutir a respeito do que não se encontram nos livros didáticos como, por exemplo, a realidade atual política. Essa realidade inclui o crescimento dos grupos excluídos, entre eles os negros e as negras. A discente Zuri deixa claro seu ponto de vista quando expressa que:

A desigualdade é uma situação recorrente no Brasil. A diferença no trato entre brancos, negros e negras é tão grande que chega a ser vergonhosa. Nós negros sabemos disso, porém existem os que recusam essa verdade, é como se quisessem, não posso afirmar, cobrir o que acontece, tornando invisível o sofrimento da grande parcela de negros

e negras no país. E se o espaço de educação não cumpre com seu papel, o que este espaço social fez por mim. A universidade, a meu ver, precisa ser mais pontual no trato com os assuntos relativos a discriminação racial envolvendo negros e negras, pois o país caminha rapidamente para um apagão nosso. Conseguir não vai, mas podemos perder muito se nada for feito.

Nesse viés, a perspectiva de Theodoro (2008) aproxima-se do debate aqui proposto quando o autor argumenta a respeito da necessidade de ações reais, da urgência de políticas públicas que contemplem os excluídos, os que estão à margem da sociedade e sofrem com a desigualdade e seus sinais visíveis.

[...] exige[-se] uma enorme capacidade de mobilização e sensibilização, pois implica a integração de atores, instituições e institucionalidades que articulem os diferentes níveis de governo e as diferentes agendas setoriais. De fato, os municípios são os responsáveis imediatos pelo planejamento das ações, assim como pela gestão dos recursos humanos. Considerando-se que o PCRI¹² focaliza suas ações na sensibilização dos operadores desses serviços públicos, assim como nos gestores públicos, tem-se que o município converte-se em uma instância de importância estratégica na execução das ações, ao mesmo tempo em que a descentralização converte-se em um desafio para a efetivação do Programa. Pode-se dizer que a reversão da desigualdade no acesso a serviços e benefícios ofertados pelas políticas sociais deve se efetivar dentro dos municípios, mas esse processo depende, em larga medida, da ação indutora do governo federal, transformando o objetivo do combate às desigualdades raciais e ao racismo em prioridade nacional (THEODORO, 2008, p. 144-145).

A perspectiva do autor direciona o debate para a necessidade de cumplicidade dos órgãos constituídos. Tendo amparo legal e envolvimento efetivo por parte dos governos municipais, estaduais e federal, essa dura realidade da desigualdade racial, que tem origem e consequências no racismo, velado ou não, pode ser mudada. Theodoro (2008) recorda que o governo federal em 2005 e 2006, em nível nacional, buscou implantar, por meio do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), ações afirmativas nas universidades públicas que pudessem promover o acesso de estudantes negros. No que lhe diz respeito, o Ministério da Educação (MEC) entrou em ação, promovendo a capacitação de docentes da área de História e Cultura Afro-Brasileira, somando esses esforços ao Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos, do

¹²O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) foi uma iniciativa de um conjunto de atores, mobilizados em torno da necessidade de ampliar a capacidade do setor público para identificar e atuar contra o acesso desigual de grupos raciais a serviços ofertados, durante dois anos (2005-2006) (THEODORO, 2008, p. 157).

Ministério do Trabalho (THEODORO, 2008). Lembra o autor que, à época, outros órgãos se juntaram nessa luta contra o acesso desigual aos serviços ofertados, provendo conhecimento por meio de cursos e oficinas de capacitação aos profissionais da área da saúde, junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Com o fim do programa, a continuidade dos processos encabeçada pelo Ministério da Saúde, mesmo que tímida, veiculou a questão por meio de cartazes, vídeos e cartilhas, tratando do racismo institucional. Percebe-se que há dificuldade em se discutir o tema, e ações mais categóricas necessitam ser debatidas e analisadas, como, por exemplo, o trabalho desenvolvido pelo MEC em apoio à implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Segundo Tarso Fernando Hertz Genro (2004, p. 6):

[...] Em 2003, foi sancionada a Lei 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Africana'. A presente publicação, parceria entre o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, tem o mérito de trazer ao conhecimento de todos os setores interessados da sociedade, questões, informações, bem como os marcos legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de acordo com a homologação, em 18 de maio de 2004, do Parecer 03/2204, de 10 de março, do Conselho Pleno do CNE aprovando o projeto de resolução dessas diretrizes. Amplia-se, assim, o debate sobre tema de alta relevância na agenda do Governo Federal.

É importante ressaltar que a assinatura da mencionada Lei, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, teve como protagonistas os movimentos sociais, encabeçados pelo Movimento Negro e suas lutas. Esses atores trabalham em prol da cultura negra e do resgate da sua contribuição em diversas áreas e em especial nas áreas sociais, econômicas, políticas e educacionais na história brasileira.

Por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é possível trabalhar conteúdos voltados para questões étnico-raciais amparadas em lei, e as instituições de ensino podem orientar seus profissionais quanto ao planejamento e execução da programação das aulas com conteúdos afro-brasileiros. Se exemplos como esses não se configuram, para Bourdieu (2007b), segundo Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (2007), a escola deixa de ser lugar de justiça e igualdade, passando a ser um espaço sem uma posição, sem pacto firmado com seu público, com seus alunos e suas

alunas. Segundo o entendimento dos autores a respeito das pesquisas de Bourdieu, isso tem a ver com o sistema social dos indivíduos e seu processo de formação educacional.

E por que essa discussão? Para recordar a contribuição do capital cultural e os frutos que podem ser gerados a partir desse conhecimento. O espaço escolar é o ponto inicial para a formação dos indivíduos que serão disseminadores de conhecimento e mudanças de comportamento. Ricardo Frankllin Ferreira e Amilton Carlos Camargo (2011) procuram alertar para uma realidade que se desenha na educação: se a cultura que os alunos e as alunas trazem consigo a partir do seu espaço social, religião, origem familiar, amigos, credos, crenças, influências culturais dentre outros, lhes é tolhida, como podem então participar do processo criativo e contributivo para o diferencial social?

Amauri Mendes Pereira (2000), em um dos capítulos de sua dissertação de mestrado, capítulo este intitulado *Escola – espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra*, argumenta que é importante saber separar as situações de cunho discriminatório e preconceituoso no dia a dia das escolas. Essas ocorrências só alimentam o preconceito e a promoção de um franco e amplo debate desses temas na escola acrescenta, ao meio educacional, conhecimento e aprendizado, uma vez que o objetivo é o crescimento da comunidade escolar em todos os seus aspectos.

De acordo com Maria Lúcia Rodrigues Muller (2003 *apud* ROMÃO, 2005), no século passado, que não está tão distante assim, existia uma preocupação do branqueamento na educação¹³. Segundo a autora, no que se referia a professoras negras e professores negros, a ideia era atualizar a educação pública, trocando inclusive a nomenclatura de Escola Normal para Instituto de Educação em 1932 (MULLER, 2003 *apud* ROMÃO, 2005). Houve, de acordo com a autora, grandes investimentos de recursos financeiros para tal fim, mas os trabalhos científicos cujo conteúdo versava sobre conquistas valiosas com temática racial ficaram relegados a um segundo plano, sendo discutida em sala de aula simplesmente a condição das vidas negras relacionadas a datas históricas.

¹³“Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Na realidade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro”. (BENTO, 2002, p. 3). Maria Aparecida Silva Bento. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 3. Disponível em: <<http://www.media.ceert.org.br/porta1-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

Para Maria Aparecida Silva Bento (2002) existe um silêncio ou omissão no que se refere ao racismo e ao papel do branco em seu combate. A falta de debates em torno dessa realidade colabora com afirmações de que o problema é específico das vidas negras. Quando são lançadas reflexões sobre a questão racial no Brasil, busca-se debater exclusivamente sobre a população negra, como se o problema e sua resolução fosse só dela. (BENTO, 2002).

Observa a autora que esse silêncio em torno dos debates envolvendo questões de submissão do povo negro apresenta-se como uma dissimulação ou acordo da branquitude¹⁴ em manter-se protegida desses questionamentos. Reconhecem os problemas sociais envolvendo desigualdades raciais, porém não acreditam que essas desigualdades tenham ligação com discriminação (BENTO, 2002). Pode-se então perguntar: negros e negras no Brasil colonial foram escravizados e escravizadas por quem? Estariam os brancos ausentes nessa história? Isso fortaleceu o surgimento de um sentimento positivo no cotidiano da vida da elite branca brasileira, que a eximia de qualquer feito ou responsabilidade, uma vez que era merecedora da condição social que ocupavam. Bento (2002) conclui explicando que, hoje, o silêncio e a omissão das pessoas brancas na luta antirracista revela a desigualdade social pela trajetória e o não compromisso com debates a respeito dos direitos das vidas negras.

Com o advento da Lei nº 10.639/2003 que, em seu Artigo 1º, já em vigor, incluiu o estudo da História da África e dos Africanos, Theodoro (2008) defende que esse instrumento valoriza as discussões que vão ao encontro das revisões históricas, colocando os alunos e alunas a par da realidade e contribui com o esclarecimento de alguns conceitos, bem como trabalha, mesmo que de forma acanhada, o combate a essa realidade, contribuindo com uma nova visão no que concerne à questão do preconceito e da discriminação racial. Condizente com Carina Moreira (2019, p. 2),

O movimento entre sintoma do hoje e ressignificação do ontem, nos traz, tanto do ponto de vista teórico como artístico, alguns desafios no que diz respeito à visão social, cultural e econômica que trazemos do negro em nossa formação, passando pela situação de uma colônia baseada na economia escravista, até os problemas e embates raciais que enfrentamos cotidianamente em nosso país.

¹⁴ A autora define branquitude como sendo “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento” (BENTO, 2002, p. 1).

Novamente, é possível ver uma luta sendo travada para que essa nova contribuição traga conhecimento sobre a realidade atual. Ou seja, falar abertamente da realidade social traz ganhos quanto aos conhecimentos advindos da população negra que, assim, pode também ampliar a própria visão de mundo relacionada à sua cultura e vida social. No quesito vida social, a ideia é dizer sobre a necessidade de valorização da cultura africana e afro-brasileira, presentes nas relações sociais, as mesmas que são fortalecidas ao longo dos anos nos núcleos familiares, de amigos e escolares, entre outros (MOREIRA, 2019).

Essas interações, no julgamento da autora, demonstram como o ser humano é rico em diversidade. E isso faz com que as histórias oriundas desses fatos sejam também enriquecidas por meio da diversidade. A presença negra, que contribui de maneira inegável, como já mencionado, pelos mais diversos aspectos, demonstra a dimensão do enriquecimento cultural pela interferência do negro e da negra na formação dessa identidade. Sua origem variada acarretou em diferenças estruturais no Brasil como, por exemplo, no que compete ao idioma oficial e à cultura de modo geral. Há uma necessidade de conscientização do brasileiro no tocante à contribuição da raça negra na cultura nacional que precisa ser discutida e estudada de forma incessante e permanente. Mesmo com circunstâncias desfavoráveis, é imprescindível dizer da grandiosidade dessa população que marca a sua existência, lutando contra os desmandos e ideias de inferioridade impostas, em busca de respeito e espaço (MOREIRA, 2019).

Ao falar de capital cultural, Bourdieu (2007b) argumenta que este está intimamente ligado ao ser humano na sua íntegra, bem como a capacidade deste de assimilação de conhecimentos. O autor explica que não há acúmulo para além da capacidade de cada pessoa. Desta maneira, o que se precisa fazer é buscar apropriar-se do que lhe é passado, criando hábitos educacionais e desenvolvendo-os com dedicação ao trabalho intelectual, que será incorporado aos indivíduos. Consoante a essa posição, faz-se necessário trabalhar em duas vertentes: a primeira consiste em apoderar-se do objetivo, que é de trabalhar o capital cultural implícito, adquirido no seio familiar; a segunda tem a ver com o acúmulo de conhecimentos adquiridos, ao longo dos anos, no meio social.

Bourdieu (2007b) declara que existe um princípio de conservação e aprovação de herança cultural que valida às desigualdades sociais, elegendo os ditos “melhores” para dar continuidade ao crédito de talentosos ou superdotados, mostrando o conservadorismo sendo reproduzido, ano após ano. Entende o autor que isso serve para excluir alunos e alunas; porém, à luz da sociologia, todos os discentes contribuem para o sucesso educacional quando visto que as posições são as argumentações das argumentações

(BOURDIEU, 2007b). Isto é, compreender que as diferenças de pensar e se manifestar serão elementos contributivos para o crescimento do capital cultural que promove uma sociedade sedimentada e, assim, expandir as práticas culturais para a realização do ser humano, dentro e fora do espaço educacional.

Como apresenta Theodoro (2008), ao trabalhar em sala de aula a valorização das vidas negras, nutre-se uma educação menos etnocêntrica e um padrão único, e mais inclusiva, promovendo o fortalecimento da identidade dos estudantes negros e negras.

Sobre o capital humano, Marcelo Paixão (2008, p. 46) mostra as armadilhas argumentativas muitas vezes presentes em análises rasas sobre a desigualdade racial:

[...] a teoria do capital humano para o entendimento das assimetrias raciais entre brancos e negros, tendo por eixo principal a variável educacional, pode conter uma curiosa contradição. Se é verdade que as desigualdades raciais são produzidas socialmente pelas desigualdades em termos de anos de estudo; elas acabam sendo explicadas por fatores de caráter estritamente social, ou seja, a pobreza. Ora, então podemos chegar à seguinte conclusão: as assimetrias nas condições econômicas dos negros e dos brancos são explicadas pelas disparidades nas escolaridades médias de cada grupo. Porém, essas diferenças raciais de escolaridade são explicadas pelas assimetrias nas condições econômicas dos jovens negros e brancos e de seus respectivos pais. Então, quando se trata de explicar as desigualdades raciais, essas seriam geradas pelas desigualdades no acesso à escola, que é, por sua vez, gerada pela assimetria nas condições de vida (e pela pobreza), que, por seu lado, é explicada pelas desigualdades no acesso à escola.

O autor entende que as discussões no Brasil caminham em círculos que não levam à raiz do problema e ao justo motivo das diferenças e desigualdades sociais e das disparidades que existem quando se fala dos espaços educacionais e do desenvolvimento desigual entre populações brancas e negras. Lembra o autor que grandes estudos sobre essa temática foram realizados e mesmo esses não aprofundaram a grandeza da questão racial na construção das desigualdades sociais do país. Essa desigualdade não está no rendimento educacional, mas sim na discriminação racial. (PAIXÃO, 2008).

Munanga (2012, p. 11-12) informa que os professores e professoras necessitam ver com seriedade o que está acontecendo:

Vocês, professoras e professores, por favor, observem seriamente os comportamentos na sala de aula entre vocês e seus alunos e suas alunas, negras e negros, entre vocês e seus alunos e suas alunas, brancos e brancas, os comportamentos entre alunos negros e alunos brancos, os comportamentos entre os alunos negros entre si. Creio que além dos

preconceitos inegáveis, vocês poderão descobrir alguns comportamentos comuns a todos os alunos negros que podemos considerar como uma característica de sua identidade psicológica coletiva. Mais do que isso, tentam entender porque essas diferenças. Por exemplo: o riso negro, o olhar negro, o abraço negro, a postura negra nos espaços frequentados majoritariamente pelos brancos, nos espaços frequentados majoritariamente pelos negros. O que está por traz da letra da música que fala de um sorriso e de um abraço negro?

O racismo alicerçado causa grande desigualdade no país e nos espaços educacionais ele é ordenado pela falta de representação negra. Não que não haja pessoas negras em sala de aula, o que não há são discussões pertinentes que fortaleçam a presença dessas vidas negras ali. Essa falta de representatividade também pode ser reforçada pelos materiais didáticos, ou como são expostos nos livros, uma nota de rodapé, uma data comemorativa com a foto de um grande líder do passado já morto, um poema recitado. São pinceladas muito sutis, cumprindo seu papel.

CAPÍTULO II – CAMPO DA PESQUISA

2.1. IMAGENS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ: negras visões

Maringá é uma cidade bem estruturada e planejada que, numa área territorial de 487.012 km², abriga uma população, segundo estimativa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 423.666 habitantes, e uma escolarização alta entre crianças e adolescentes, atingindo 98,4%. Ou seja, um índice muito bom para o número de habitantes. (IBGE, 2019).

A cidade é tida como um dos principais pólos da educação superior do Paraná e, citando Fernandes (2008, p. 188), as Universidades “[...] reorganizam o espaço econômico e cultural, sob o desenvolvimento [...]”, e assim, contribuindo com a questão do desenvolvimento, a educação é ponto indiscutível e a cidade de Maringá, como pólo de uma macrorregião, soube aproveitar sua localização e suas relações recíprocas, em se falando de política nacional, considerando questões geográficas, regionais, históricas, recursos da região, com vista a efeitos futuros.

Na visão dos alunos e das alunas entrevistadas e entrevistados, a educação é ponto inquestionável para o crescimento das pessoas e o meio em que vivem. O grupo social particular, por exemplo, família, e o grande grupo ao qual pertença, como exemplo pode ser citado o espaço social do trabalho, lazer ou educacional. O discente Danso acredita que o espaço social envolvendo a educação, e particularmente a UEM, contribui com o ampliar dos horizontes.

[...] um curso superior nunca é só o que traz no título, o aluno pode de acordo com sua escolha, explorar a respeito das propostas que esse curso oferece; a partir da escolha que fizemos somos responsáveis pelo nosso futuro. As oportunidades são muitas [...]

De acordo com a fala do aluno é possível perceber que a seriedade ao escolher o curso de graduação, vai ao encontro de seu futuro, sua vida profissional e seu círculo social. Tão preocupada quanto o discente anterior, a estudante Ayana argumenta que estava segura quando da escolha para prestar o vestibular, do curso pretendido:

[...] para mim a identidade com o que estudo é muito importante. O curso é minha extensão, seja na UEM ou fora dela. Acredito ser um retrato do que estudo e do futuro profissional que me tornarei [...]

Essa forma de visualizar o mundo emerge da vivência no espaço universitário. O campus, o corpo docente juntamente com a grade curricular oferecida pelo curso leva os alunos e as alunas a refletirem a respeito de sua função de estudante. Longe de serem agentes passivos estas pessoas, pelo contrário, são ativas e enriquecem o meio social estudantil, familiar, do trabalho entre outros, ampliando expectativas em suas vidas.

Até a criação da Universidade Estadual de Maringá – UEM, localizada na Avenida Colombo, número 5790, zona 7, no ano de 1969, o atendimento, com relação ao ensino superior na cidade, era realizado por três estabelecimentos estaduais: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966 (UEM.BR, 2019). Esses espaços educacionais, à época, ofereciam os cursos de Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências do 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas.

A história do ensino superior na região de Maringá apresenta que, em 1964 houve uma campanha pela fundação de uma Universidade que pudesse atender as necessidades do interior nesse quesito, tendo sido constituída uma comissão para discutir os trâmites legais. A ideia foi abraçada pela política estadual que procurava interiorizar a educação de nível superior uma vez que no estado havia apenas a Universidade Federal localizada na capital. Em 1968, o município de Maringá elegeu uma comissão para discutir o assunto da criação da Universidade Estadual de Maringá – UEM, tendo sido elaborado um Anteprojeto em Lei, que foi encaminhado ao governador Paulo Pimentel. No ano seguinte, o então prefeito municipal, Adriano José Valente, criou um grupo de trabalho para instalar a UEM reunindo os poderes municipal e estadual, com êxito e, em novembro de 1969, foi delimitado o campus. Para a implementação das obras, foi contratado o arquiteto Jaime Lerner (UEM.BR, 2019).

Com a criação da Lei Estadual nº 6.034, datada de 06 de novembro de 1969, foi autorizada a criação da então Universidade Estadual de Maringá (UEM), unindo-se a ela as já citadas faculdades. A mesma lei instituiu também as Universidades de Londrina e Ponta Grossa. No ano seguinte, 1970, o Decreto Estadual nº 18.109, de janeiro daquele ano, criou a fundação de direito público que deu origem à Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM), que só foi reconhecida como tal em 11 de maio de 1976, de acordo com o Decreto nº 77.583 do Governo Federal, após a ocupação gradativa do campus, que se deu no período de 1970 a 1976, com a implantação de 15 cursos de

graduação: Matemática, Química e Administração em 1971; Engenharia Química e Engenharia Civil em 1972; Estudos Sociais, Educação Física, Pedagogia, Ciência Biológicas, Ciências Contábeis e Física em 1973; Farmácia-Bioquímica em 1974; Processamento de Dados e Zootecnia em 1975. Já reconhecida, em 1977 foi criado o curso de Agronomia (UEM.BR, 2019) e, em 1991 a Universidade Estadual de Maringá foi transformada em Autarquia através da Lei Estadual nº 9.663 de 16 de julho de 1991.

De acordo com Anderson Bosso da Col; Gislaine Rosa da Silva e Marcelo Alessandro da Silva Gobbato (2013), a Universidade Estadual de Maringá conta hoje com mais de 70 cursos de graduação, bem como de pós-graduação (Especialização, Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorados) em diversas áreas, somando 134 cursos, alcançando mais de 30.000 (trinta mil) discentes, sem considerar nesse número os alunos e as alunas atendidas pela Modalidade de Educação à Distância. Como exposto, a UEM é referência no país e fora dele, assim, além de atender à cidade de Maringá, atende todo o Estado do Paraná além de outros estados, países e continentes (NOTICIAS.UEM.BR, 2019). Como não poderia deixar de ser dito, o campus universitário também atende à população de Maringá e região por meio de diferentes projetos de extensão nas áreas do Direito, Psicologia, Agronomia, Letras, Medicina, Odontologia, entre outros. No campo de publicação e divulgação das produções científicas, a UEM tem sua própria editora, a Editora da Universidade Estadual de Maringá (EDUEM), implantada em 1992, uma livraria universitária criada em 1996 e a Rádio Universitária FM (prefixo 106,9 MHz) (UEM.BR, 2019).¹⁵

Para atender a população universitária somando alunos, alunas, professores, professoras, funcionárias e funcionários do setor administrativo, territorialmente a UEM conta com,

[...] 494.033,40 metros quadrados (ou 49,40 hectares², ou ainda 20,41 alqueires³). Isto é, a área inicial contemplada pelo Decreto nº 106/69 que era de 20,39 hectares paulistas, passou a ser de 156,99 hectares ou 64,88 alqueires paulistas. (DA COL; DA SILVA; GOBBATO, 2013, p. 19).

¹⁵Dados mais detalhados podem ser consultados no endereço disponível em: <UEM – 50 ANOS. SOBRE A UEM. Disponível em: <<http://www.uem.br/a-uem>>.

A cronologia e a descrição da UEM objetiva demonstrar a relevância deste espaço educacional, o local onde se efetivou a presente pesquisa. A UEM representa um importante pólo no campo de ensino, mas também contribui com investimentos em várias áreas, tendo sido classificada no ano de 2019 (segundo ano consecutivo), como a melhor universidade estadual do Paraná segundo o Ministério da Educação e, como a 2ª colocada em um *ranking* mundial de igualdade de gênero nas publicações científicas, uma vez que 54% (cinquenta e quatro por cento) dos artigos científicos publicados pela UEM são de autoria feminina. Sem esquecer, no entanto, que o município, por conta da universidade, recebe alunos e alunas de todo o Estado do Paraná e de outras regiões do Brasil como, por exemplo, dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e também do exterior, de países como Colômbia, Paraguai e do Continente Africano entre outros (NOTÍCIAS.UEM.BR, 2019). Em complemento, na qualidade de Instituição que procura sempre inovações no campo do ensino/aprendizagem, em 14 de dezembro de 2009, o Conselho Universitário da UEM criou a Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)¹⁶, com atividades gratuitas destinadas a pessoas com mais de 55 anos.

Quanto às políticas públicas, pensando na população indígena, existe uma reserva de vagas no sistema de cotas sociais, 20% (vinte por cento) para esta população, não esquecendo também que em 2019, a universidade aprovou o sistema de cotas raciais para o vestibular, tencionando implantá-lo a partir do vestibular de inverno de 2020 (UEM.BR, 2019). Como acontece em todo o país nas instituições de ensino, na UEM o Programa de Avaliação Seriada (PAS) é ferramenta complementar, em que é feita uma avaliação ao final de cada ano letivo do ensino médio, pontuando as estudantes e os estudantes e, a partir dessa aferição, dispensando alunos, alunas do vestibular para ingresso na instituição (UEM.BR, 2019). É sabido da procura por estudar em instituições públicas, primeiro pela qualidade, histórico, respeitabilidade e evidência de profissionais especializados, bem

¹⁶A criação do Programa Universidade da Terceira Idade deu-se através do AE-020/Reitoria/92, tendo sido inaugurado em 1993, inicialmente vinculado ao Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ. O Prof. Américo Piquet Carneiro pôde ver seu projeto sendo executado, porém, no ano de 1992, a UnATI perdeu o seu grande idealizador e fundador. A continuidade do Programa ficou a cargo dos profissionais que pertenciam ao grupo de estudos, e o Professor Dr. Renato Peixoto Veras assumiu a direção da entidade. Sandra Regina Sahb Furtado; Neusa Cardin da Silva. **Caminhos da história e da memória: a Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ**, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232008000200275&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 1º de julho de 2020.

como, e não menos importante, por ser um estudo gratuito, isso significa que a qualidade do estudo é um dos pontos chave no quesito organização institucional.¹⁷

Para a Assessoria de Comunicação Social (ASC), com todas essas qualificações, a Instituição de Ensino Superior – IES, aqui trabalhada, não poderia deixar de contemplar uma realidade que é palco de discussões, debates políticos e foco de estudantes negros e de estudantes negras por todo o país: “as cotas raciais e sociais”.

As políticas afirmativas são ações constituídas para promover diminuição das desigualdades sociais. A Declaração dos Direitos Humanos de Genebra¹⁸, em seus artigos ao contemplar a igualdade entre mulheres e homens, no quesito dignidade e direitos, sem distinção baseada em raça, cor, idade, gênero, orientação sexual, deficiência física ou mental, idioma, religião, opinião política, origem nacional ou social, bem como posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição entre outras (lembrando que existem questões eurocêntricas de direitos humanos que estão nas entrelinhas e não são debatidas¹⁹). Uma das formas de se combater estas desigualdades pode ser pela promoção das políticas afirmativas. A intenção é fazer valer o direito igualitário, tendo como finalidade a redução das desigualdades econômicas, sociais e educacionais que assolam o país. (ASC.UEM, 2019).

A Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) da UEM revela que os últimos dados levantados a respeito dos discentes matriculados para frequentar os cursos de graduação, e que se autodeclararam de acordo com a cor, são apenas 20,37% negros, sendo 17,39% pardos e 2,98% pretos, números também baixos, porém repetidos nas últimas inscrições de vestibulares da UEM (ASC.UEM, 2019). Pode-se observar que, tanto a Diretoria de Assuntos Acadêmicos quanto a Comissão de Vestibular Unificado da IES, apresentam dados em que os alunos, alunas ou futuros alunos negros e alunas negras, estão em segundo lugar na sua autodeclaração de cor, um percentual bastante expressivo no

¹⁷**UEM é a segunda no mundo que mais publica trabalhos científicos com autoria de mulheres.** ASC – Associação de Comunicação Social – Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23776:uem-e-a-segunda-no-mundo-que-mais-publica-trabalhos-cientificos-com-autoria-de-mulheres&catid=986&Itemid=101>. Acesso em 1º de julho de 2020.

¹⁸**I. DIREITOS DE IDENTIDADE E CIDADANIA.** Do Artigo 1 ao Artigo 6. **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO.** Constituições ao 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Documento nº E/CN. 4/1998/NGO/3. Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas - Genebra (com revisões). Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/cladem.htm#:~:text=I.&text=Todos%20os%20seres%20humanos%20t%C3%AAm,nascimento%20ou%20qualquer%20outra%20condi%C3%A7%C3%A3o.>> Acesso em: 1º jul. 2020.

¹⁹DUSSEL, Enrique. **20 Tesis de Política.** 2. ed. Mexico: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para La Educación de Adultos en América Latina e Caribe, 2006.

universo acadêmico. Um público que precisa ser lembrado como égide de representação significativa, relevante e indispensável para que o espírito democrático possa ser preservado.

A UEM, travando essa batalha, mostrou com excelência o valor da persistência em uma luta a fim de ter crédito os direitos do cidadão,

[...] a partir do Vestibular de Inverno de 2020, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) contará com sistema de cotas para negros em seus processos seletivos de ingresso na graduação. A aprovação da implantação e regulamentação do Sistema de Cotas Raciais foi feita hoje (20), Dia Nacional da Consciência Negra, em votação de reunião plenária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP). (ASC.UEM, 2019).

Segundo a Assessoria de Comunicação Social (ASC) da UEM, essa inclusão no processo seletivo para ingresso na universidade, foi aprovada por Conselheiros da IES, num total de 98, em que “[...] (4 foram contrários, 7 se abstiveram e 35 estavam ausentes), no Auditório 13 do Departamento de Economia, Bloco C-34. O resultado foi apresentado pelo reitor, Julio César Damasceno, que ficou com os olhos marejados durante o evento. Os presentes no local aplaudiram a decisão de pé!” (ASC.UEM, 2019). E a distribuição ficou aprovada da seguinte maneira:

- 60% das vagas serão destinadas à ampla concorrência.
- 20% das vagas serão destinadas às cotas sociais (já existentes).
- 20% das vagas serão destinadas às cotas para negros: destas $\frac{3}{4}$ vão para negros de baixa renda; e $\frac{1}{4}$ ficam reservadas para negros sem esse recorte social. (ASC.UEM, 2019).

Isso mostra uma grande vitória em favor de se fazer cumprir as políticas afirmativas sobre vidas negras no campo universitário e sua obstinação no combate às angústias vivenciadas pelos negros e pelas negras. A IES mostra-se também solícita aos dissabores experimentados por candidatos negros e candidatas negras ao buscarem ingressar na universidade. Para o discente Jafari ainda existem grandes sinais de racismo na universidade, mas com ações de políticas públicas voltadas para os estudantes e as estudantes negros e negras, muita coisa mudou.

[...] eu vejo maiores possibilidades para o ingresso de pessoas negros nos espaços universitários. A luta não pode parar, mas uma vitória necessita ser divulgada amplamente, comemorada [...]

O acadêmico Bomani lembra:

[...] as diferenças são muito grandes, assim, trabalhar para que haja equilíbrio é a meta, mas o início é estar aqui, na Universidade, falando com todos, sendo eu no meio de muitos, e não mais um. Se sou representante de muitos negros, que possa ser o melhor possível para eles e para mim. [...]

Conforme Bento (2002) no Brasil as desigualdades que atingem a população negra ocorrem em diversas áreas, por exemplo, saúde, trabalho, educação... E falando em educação, um bom começo é lutar para a ampliação da presença das negras e dos negros na Universidade, seja por meio de cotas sociais ou cotas específicas para os negros e as negras.

Outras contendas somam-se à realidade para com as vivências negras na universidade, e o Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF, RESOLUÇÃO Nº 1, de 17 de junho 2004, faz-se presente,

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 9.131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento (CNE/CP, 2004, p. 31).²⁰

²⁰BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1º, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário da Oficial da União**. Brasília, DF, 19 mai. 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Jendayi, aluna do curso de Letras, em suas argumentações, comenta que como ela, outras amigas e amigos foram influenciados a cursar universidade e estar nesse meio social faz com que ela pense nas conquistas e importância de sua presença:

[...] fazer parte do espaço universitário me faz ser mais uma preta ocupando meu espaço. Para a família é um orgulho, para os amigos, um exemplo [...]

Zuri, uma das discentes do curso de Ciências Sociais relata:

[...] eu desejava estar aqui, no meio universitário em que as discussões são mais centradas, amadurecidas. Acredito que estando aqui minha fala chegue a lugares que sem essa conquista, talvez não chegasse. Não consigo pensar em crescimento pessoal sem o espaço educacional [...]

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) contemplam necessidades de crianças, jovens e adultos, em suas particularidades, no que se refere às relações étnico-raciais no país, levantando aspectos relevantes para a efetiva promoção de uma sociedade democrática. Luiz Flávio Gomes (2000) diz que revigora a memória diante da Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, ao garantir, em seu Art. 3º, inciso IV, a promoção do bem de todos, afastando aspectos como preconceitos relacionados à raça, cor, gênero ou idade.

Tais Diretrizes apontam que o Estado é o provedor e a quem é conveniente trabalhar o incentivo às políticas de reparações lembradas pela Constituição Federal Brasileira de 1988 no Capítulo III, referente à educação em sua Seção I, Art. 205 e 206,

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...]

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 os espaços educacionais precisam se atentar para os direitos constitucionais, e a UEM, não diferente, tem o dever de cumprir seu papel enquanto lugar educacional, dando crédito a esses direitos e rompendo com sistemas meritocráticos que acirram as desigualdades e geram injustiças. Essa realidade injusta pode se apresentar quando há preconceitos e privilégios, porém, ao se trabalhar a educação com a visão voltada para todos os povos, oferecendo garantias de igualdade, requisitos inseridos nas DCNERER (2004), as convicções educacionais convivem, mostrando a essência de sentidos.

2.2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS CURSOS DE LICENCIATURA PARA PESQUISA DE CAMPO

A escolha pelos cursos de licenciatura para a investigação que aqui se apresenta se deu em uma encruzilhada de motivos. Com efeito, um dos motivos centrais é de ordem pessoal, por ter cursado uma licenciatura. As memórias acerca de se ter optado por uma licenciatura passam pelo desejo de ensinar. Um desejo que não vem, obviamente, acompanhado de um dimensionamento da responsabilidade que atividade docente cobra das pessoas que nela ingressam. As referidas memórias sobre o porquê da escolha pela licenciatura fazem lembrar o desconhecimento que se tinha da grade curricular, apenas havia o desejo de ser docente, de vir a trabalhar com educação, sem se saber o que era preciso conhecer para exercer a função.

Uma vez no inserido em um curso de licenciatura, com o passar dos anos, dentro da UEM, um negro ocupando seu espaço, foi possível entender melhor a complexidade e a importância dos cursos de licenciatura, notadamente, o seu papel construção da sociedade. Existem linhas a serem seguidas e um papel político bem definido da educação. Pensar ofício docente para além de ter alunos e alunas à sua disposição para abarrotá-los de conteúdo, ou ainda, acreditar ser o detentor da verdade e a partir desta, acreditar que se está ensinando. Há uma organização pensada em trabalhar a cidadania nos seus diversos aspectos. Assim, novos motivos da encruzilhada vão se colocando.

A escola deve ou deveria contribuir para a participação na vida pública, trabalhando na busca pela formação de alunos e de alunas pensantes e que possam tomar decisões no processo de consecução de seus direitos e deveres. Ser educador, ser educadora é ou deveria ser alguém ciente da realidade brasileira do século XXI, pessoas

atentas e reflexivas para aquilo que se desenha no horizonte, contribuindo com a visão da cidadania participativa embasada na Constituição Federal de 1988.

Sobre esse assunto Lílian Carvalho (2017), propõe que o modelo de currículo atual tem um grande potencial que pode ser utilizado no campo político-social, razão pela qual, ao trabalhar as grades curriculares, a atenção necessita ser redobrada, uma vez que estão envolvidas interações e classes de grupos sociais distintos, bem como visões de mundo também diferentes. Referindo-se ao marco conceitual apresentado, Carvalho (2017) comenta que os valores e as concepções sociais no campo da educação são reprodutores de códigos e hábitos que reiteram conhecimentos; estes conhecimentos, renovados, podem influenciar ou modificar os grupos sociais e políticos, lembrando que existe toda uma dinâmica institucional circundando estes parâmetros curriculares.

Carvalho (2017) justifica que o método educacional vai além das dinâmicas curriculares pensadas na escola “em sala de aula” e existem práticas legais que dão legitimidade ao processo dos agentes, como por exemplo, trabalhar valores, realidade social, debates, gênero, democracia entre outros, que enriquecem a prática escolar. Problematicar o conhecimento e não deixar ausentes discussões relevantes que eventualmente não estejam contempladas na composição curricular, faz parte do universo da comunicação, do debate, e contribuem com quebras de paradigmas na busca por construção do respeito, do diálogo e da justiça (CARVALHO, 2017).

Ao falar em construção do cidadão, Célia Aparecida Estevo Rubim (2018) alega que a educação tem papel essencial no desenvolvimento da pessoa; trabalhar a consciência crítica do ser humano estimula mudanças consideráveis no seu meio. De posse do conhecimento científico, a educação sólida contribui para o crescimento das relações sociais, culturais e políticas, justificando seus conteúdos (RUBIM, 2018).

José Sacristán (2000) declara que é preciso compreender que o professor e a professora assistem aos discentes e as discentes não só nas questões curriculares, num papel bastante complexo, mas também nos processos dialéticos, para que, no conjunto de pensamentos e informações, as alunas e os alunos tenham resultados concretos a partir da amplitude dos conteúdos apreendidos. Além disso, Sacristán pondera que,

Entender a mediação dos professores no conhecimento que os alunos aprendem nas instituições escolares é um fator necessário para que, em educação, se compreenda melhor por que os estudantes diferem no que aprendem, nas atitudes para com o aprendido e até a própria distribuição social do conhecimento (SACRISTÁN, 2000, p. 177).

Indubitavelmente o papel da professora, do professor, ao fazer essa mediação entre o corpo discente e a cultura por meio do conhecimento empírico da aluna, do aluno, e o ganho do conhecimento escolar atribuído ao currículo, é decisivo no processo pedagógico. É o docente e a docente quem filtra, impedindo possíveis distorções que possam ocorrer no caminhar educacional. Até porque, nesse período contemporâneo, a interação entre significado e significante e a prática destes conceitos, está nas mãos do professor e da professora, eixo condutor em busca da realidade. (SACRISTÁN, 2000).

A profissionalização da professora, do professor, ou seja, os cursos de Licenciatura, de acordo com a opinião de Sacristán (2000), vai para além de uma figura que zela pela execução das normas. O docente, a docente como citado anteriormente, é mediador, mediadora ou, se preferir dizer assim, é adaptador para as circunstâncias que se apresentarem. E, no contexto geral, este profissional é quem tem o dever de pensar na contextualização da realidade, dos valores a serem disseminados, nas configurações fáticas e suas atualizações.

Para Dermeval Saviani (1996, p. 1):²¹

O professor é, antes de tudo, um educador, isto é, formador de homens. Esta verdade simples que está na raiz da atividade docente tendeu, porém, a cair no esquecimento em benefício do aspecto mais visível da função docente que passou a ser entendido como a forma mesma do próprio ser do professor. Assim, à medida em que o magistério se institucionalizava através da constituição e expansão dos sistemas escolares, cristalizava-se essa compreensão restritiva do papel do professor. Daí a separação entre instrução e educação e o conseqüente entendimento de que a tarefa da escola se limitava à instrução (Condorcet, 1989:56-72), definindo-se o professor como instrutor (*instituteur*, em francês). Estamos aí diante de uma ilustração da fundamental questão epistemológica segundo a qual a aparência não apenas esconde a essência mas pode tomar o lugar da própria essência.

De acordo com o julgamento de Saviani (1996), faz-se necessária uma cumplicidade entre professora, professor, alunas e alunos na busca pela formação do ser humano, da maneira mais abrangente possível. O docente e a docente acertadamente,

²¹Trazer Dermeval Saviani falando do docente é uma preocupação quanto ao reconhecimento pelo momento em que a educação brasileira está passando no tocante a realidade política que tem necessidade sim em ser discutida, uma vez que não há como separar esses conceitos. Falar em educação implica em pensar a formação dos professores nas universidades e o partilhar do conhecimento adquirido junto aos alunos e as alunas. Assim, se o professor tem como princípio contribuir com o ensino/aprendizagem, os alunos e as alunas são coparticipantes na mudança de comportamento social que os cercam. A política educacional necessita ser pensada, repensada e debatida nos bancos escolares, pois caso contrário, os alunos e alunas atuais estarão apenas replicando o material didático constante nos livros.

transmitem seus conhecimentos não no formato cristalizado, mas sim propondo caminhos para se chegar ao bom termo entre o que é passado e o que se tem de empírico e o que se vivencia no dia a dia, usando como base a ciência. Por outro lado, o discente e a discente tomam a fala do educador, educadora como instrução para uma educação qualificadora, ou seja, os conhecimentos transmitidos pelos docentes e pelas docentes devem servir de instrumento propulsor na busca por novos aprendizados.

Os alunos e as alunas, por sua vez, de posse desses conhecimentos partilhados pelos professores e professoras, os enriquecem com sua vivência, compartilhando em seus meios sociais: escola, família, trabalho, lazer, entre outros. A formação na licenciatura tem essa característica, transmitir conhecimentos na busca pela formação dos discentes e das discentes que aperfeiçoam o que recebem de acordo com o momento em que vivem e o meio ao qual pertencem.

Saviani (1996) também alerta para uma realidade que, infelizmente, está presente nos bancos escolares: a reprodução da aparência e não da essência. Isto pode ser entendido como um remédio balsâmico para um determinado momento, uma proposta não inclusiva, mas reprodutiva; não vivenciada, mas sim repetida tantas e quantas vezes quantas forem necessárias. Mas e o conteúdo crítico, as discussões que levam a novas perguntas e novas descobertas na formação do cidadão? Acreditando que o sentido para o termo ‘cidadão’ não contempla uma homogeneidade, pois ninguém é igual a ninguém, a ideia, então, seria formar pessoas que assumissem seus papéis com discursos diversos, mas com conhecimento de causa para o bem comum. (SAVIANI, 1996).

Sabendo da necessidade dos cursos de graduação buscarem maior participação tendo uma natureza pluridisciplinar, Saviani (2008) argumenta que na graduação, a questão cultural cognitiva se impõe frente ao modelo pedagógico-didático, pois o conhecimento vai além da assimilação teórica. A qualificação dos alunos e alunas na graduação necessita estar impregnada por todo o conhecimento adquirido no processo de formação dos mesmos e, ao invés de estreitar esse conhecimento a ideia seria ampliar a visão agregando valores múltiplos e não apenas apresentar respostas à docência como uma prática educativa. Isso contribui para que alunas e alunos possam exercer seu papel, que é experimentar, pesquisar e se familiarizar com o tradicional, servindo como exemplo para novas descobertas (SAVIANI, 2008).

Nesse mesmo sentido Bourdieu (2007b) propõe que trabalhar o social implica em discutir valores específicos, com elementos divergentes, de posições sociais também divergentes, em seus espaços e suas distintas relações numa soma de indivíduos que acaba

resultando em outras relações, que são trocas. Essas deliberações estão presentes na licenciatura e proporcionam as discentes e aos discentes da graduação um universo de exploração, numa soma de conhecimentos, extraindo de cada um, o que, individualmente, há de mais precioso para o conjunto de benefícios, sempre sob mediação do princípio da dignidade da coletividade. Sabendo que a licenciatura faz parte do grau ou do título universitário que dá direito ao exercício do magistério e está nas mãos das discentes e dos discentes já formados, esse continuar do ensino-aprendizagem. Isto significa perpetuar o legado transmitido, inovando ou atualizando os conhecimentos de acordo com seu público, a partir das mudanças históricas. Novos motivos da encruzilhada vêm a lume.

Ao pensar assim, condiz com a fala de Nilma Lino Gomes (2003), quando declara que as transformações sociais, bem como os cenários políticos e os cenários ideológicos, exercem influência no mundo inteiro. As escolas, segundo Gomes (2003), têm como objetivo o papel de cumprir a função de consumidores cientistas intelectuais, que são co-responsáveis pelas diversas transformações sociais.

Com a Lei 10.639/03 e a aprovação das DCNERER (2004), detalhando a implementação do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como da Resolução CNE/CP (2004), a política nacional assumiu o compromisso de uma política educacional inclusiva, que contempla a diversidade cultural e educação das relações étnico-culturais nas escolas, desencadeando uma mudança estrutural e reconhecendo a existência da diversidade e da desigualdade social. A legislação abrange princípios afirmativos relacionados às instituições de educação, como por exemplo,

[...] o reconhecimento da diversidade cultural e da desigual distribuição de oportunidades sociais entre diversos segmentos e grupos da população, a disposição positiva para a convivência democrática entre grupos e culturas e a efetivação da paridade de direitos sociais. Tais princípios, no contexto nacional, só poderiam ser colocados em prática por meio do desenho e da implementação de uma política para (e na) diversidade contrária à apologia da tolerância e ao mito da democracia racial. Esse conjunto viabiliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica no reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Representa também um passo a mais no processo de superação do racismo e de seus efeitos nefastos, seja na política educacional mais ampla, seja na organização e no funcionamento da educação escolar, seja nos currículos da formação inicial e continuada de professores (as), seja nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola. Com a realização dessa investigação pretende-se aprofundar a reflexão sobre as relações étnico-raciais nos sistemas de ensino e nas escolas e refletir sobre algumas indagações referentes ao processo de

implementação da Lei n.º 10.639/03 e suas *Diretrizes Curriculares* (GOMES, 2003, p. 08).

Toda essa discussão é para contextualizar a contribuição da licenciatura na formação das discentes e dos discentes, posto que ao deixar um curso de licenciatura, a aluna formada e o aluno formado estarão aptos a exercerem a função de professores e de professoras disseminadores de conhecimento, propiciando o espaço de protagonismo aos alunos e as alunas na busca pelo aprendizado. Na compreensão de Ribeiro (2019), esses novos profissionais são despertados para dominar a passagem efetiva entre o que aprenderam na teoria e o que ensinarão na prática.

Essa questão de teoria e prática é partilhar conhecimentos que são, na compreensão de Terezinha Oliveira et al. (2013), desdobrados em sala de aula, o espaço de produção e conservação do conhecimento. A escola é uma instituição que proporciona condições sociais de igualdade, pois o caráter desse espaço é científico, oportunizando o aprendizado, a formação intelectual real, para, assim, fazer frente ao desenvolvimento pessoal no convívio social. Oliveira et al. (2013), salientam que essa formação promovida no ambiente escolar só acontece por incumbência dos profissionais e das profissionais da educação. Esses atores necessitam ter clara sua função social, ou seja, trabalhar a promoção do conhecimento pelas discentes e pelos discentes que viabilizam transformações no seu cotidiano.

Para que todas as transformações tão esperadas, advindas do espaço escolar, aconteçam, faz-se necessário que os profissionais responsáveis transitam por essa realidade atual. E a formação dessas professoras, desses professores acontece justamente nas Instituições de Ensino Superior – IES, nos cursos de Licenciatura. E, quando foi dito que o conhecimento e a capacidade de argumentar fazem a diferença no ser humano, a ideia é justamente mostrar essa capacidade, presente nas universidades, para explorar esse lado do estudante e da estudante, dando-lhe oportunidades, condições e incentivos para ser seu diferencial enquanto futuro profissional, independente do curso escolhido (OLIVEIRA et al., 2013)

Trabalhar o ensino requer pensar no espaço ‘instituição escolar’ enquanto lugar de construção do conhecimento e formação de gerações que possam mostrar as transformações nas relações políticas, econômicas e sociais. E foi pensando nesse contexto que, ao discutir na presente dissertação alunos e alunas da licenciatura, a ideia foi contribuir para com o repensar do distanciamento entre teoria e prática. Em sala de

aula é a concretização do que se aprende nas universidades, e a professora e o professor, colaboradores e colaboradoras dos saberes produzidos, são atores nessa inter-relação entre educação e educando. Bernardete Gatti (2010) declara que é possível observar a timidez com que as propostas curriculares nos cursos de licenciatura vêm trabalhando. Os avanços são poucos, tímidos no tocante ao campo de trabalho que os profissionais e as profissionais, os educadores e as educadoras enfrentam na prática e, sempre que possível se faz necessário discutir, trazer oxigênio para renovar os conhecimentos acumulados.

Lembrar da função social do docente e da docente na escolarização, segundo Gatti (2010), é papel fundamental, pois as gerações que fazem parte desse período atual têm conhecimentos e valores que precisam ser vistos na prática formativa. As licenciaturas seriam possibilidades, momentos em que se pode proporcionar essas discussões, revisões, análises e debates construtivos, com o intuito de oportunizar aos futuros e futuras docentes uma educação diferenciada no que se refere à qualidade, pois a prática construtiva se faz em movimento, e não estanque (GATTI, 2010).

Aos olhos de Marly Pesce e Marli André (2012), a sociedade está em permanente mudança e, para a professora, para o professor isso é um desafio no que se refere à produção e à reflexão sobre o papel da licenciatura, voltada às exigências da contemporaneidade e suas transformações.

Diante do exposto, torna-se louvável recordar a importância das falas dos discentes; da contribuição em serem estas narrações ouvidas, bem como respeitadas, visto que esses discursos os representam socialmente na universidade, trazendo muito das suas vivências, seus grupos e suas crenças. Também é importante lembrar que disponibilizar atenção as discentes e aos discentes, no que esses expõem, tem como objetivo contribuir com seus discursos, fazendo com que sejam compreendidos e sintam-se parte integrante do núcleo universitário. Pesce e André (2012) recordam que a constância no campo científico, aliada ao empírico, faz com que o conhecimento se torne mais palpável, contribuindo de maneira ímpar na busca pelo aprendizado que move o ser humano enquanto criador ativo.

Pesce e André (2012) mostram que procurar valorizar a multidisciplinariedade equilibrada, acarretará na construção do pensar, na observação e nas reflexões de cunho analítico, ou seja, contribuirá na formação do indivíduo para que este responda às transformações apresentadas no mundo contemporâneo, por meio de suas competências e habilidades, sem esquecer que as escolas ganharam ânimo com a implementação da Lei

10.639/03, que destacou a importância da diversidade cultural, bem como de debates múltiplos.

Essa realidade foi possível, além dos esforços envolvendo políticas públicas, graças à atuação do Movimento Negro, que teve como meta a execução da educação voltada para as relações étnico-raciais. Passou, portanto, a ser reconhecida a necessidade de contar a história do país e a trajetória de seu povo. Trajetória essa que não há como ilustrar sem a presença maciça das vidas negras, suas lutas por superação que envolve a exclusão social, o racismo e muitas mortes, de acordo com as pesquisas de Gomes (2011, p. 111),

Várias pesquisas têm revelado a luta da população negra pela superação do racismo ao longo da história do nosso país. Uma trajetória que se inicia com os quilombos, os abortos, os assassinatos de senhores nos tempos da escravidão, tem ativa participação na luta abolicionista e adentra os tempos da república com as organizações políticas, as associações e a imprensa negra dentre outros fatores.

As investigações da pesquisadora recordam que com a desobstrução política e o processo de restauração da democracia, juntamente com inúmeras ações coletivas provocadas pelas negras e pelos negros, acarretou maior presença dessas vidas inseridas nas classes sociais, principalmente no campo identitário. Gomes (2011) mostra que essa atuação trouxe novas problematizações e reivindicações políticas junto ao Estado nas quais se questionam, inclusive, a posição neutra e, porque não dizer, omissa, à frente da formação educacional da população negra. O Movimento Negro, segundo a pesquisadora, defende que questões raciais necessitam ser vistas como elemento opressivo nas relações sociais e econômicas no país, uma vez que a educação formal está intimamente ligada ao crescimento do ser cidadão.

Nesse contexto, o debate sobre o direito à educação como um componente da construção da igualdade social passa a ser interrogado pelo Movimento Negro brasileiro e é recolocado em outros moldes. Esse movimento traz à cena pública, e exige da política educacional, a urgência da construção da equidade como uma das maneiras de se garantir aos coletivos diversos – tratados historicamente como desiguais – a concretização da igualdade (GOMES, 2011, p. 114).

Essa igualdade, para Gomes (2011), necessita atingir a todos pensando na diversidade e no respeito às diferenças existentes. O país também tem o dever, pelo passado citado, de reconhecer os direitos, sem cercear seus cidadãos aos diversos serviços

existentes, proporcionando discussões no que tange ao combate às discriminações e práticas preconceituosas.

No que diz respeito à diversidade étnico-racial e à educação em busca de igualdade, faz-se necessária, para Gomes (2011) a ampliação das políticas e programas para efetivação de ações afirmativas. Começando pela educação, outras áreas serão atingidas, como por exemplo: saúde, moradia, emprego entre outros. O retorno ao quadro educacional inclusivo espelha urgência. E Gomes (2011) argumenta que a Constituição Federal Brasileira de 1988 apresenta a educação como sendo um direito social, bem como o resgate dos direitos do cidadão beneficia o país, pois a intenção é ter uma educação que reconheça as diferenças, as discuta, compreenda e reproduza as práticas que garantam a totalidade dos direitos às vidas, as negras e não negras, mas com equidade.

Com a implementação da Lei 10.639/03 houve novas cognições e, na compreensão de Fernandes (1955), em específico, a licenciatura, tem por bem fazer o resgate entre o que é pensado e o que é praticado, o que se estuda e a procura por transformar em realidade o que foi investigado, efetivando a educação e seus agentes transformadores em prol de uma formação participativa e igualitária.

Sabendo que a licenciatura na graduação tem como um dos principais papéis instruírem o aluno, a aluna para a docência, ou seja, a função de professor, de professora, Boaventura Santos (2011) fala da preocupação ou necessidade de uma formação de excelência, que pense em preparar esses alunos e essas alunas da licenciatura para os quadros que se desenham, pois, somente repassar conhecimento não é o suficiente para ser professor ou professora. Há necessidade de apresentar a vida cotidiana e suas diferentes formas, de discutir valores, de provocar debates sobre cidadania, moral, ética, de discutir saúde física e psíquica e de polemizar a questão de orientação sexual e gênero, bem como a do antagonismo cingindo pluralidade cultural.

As alunas e os alunos de graduação em licenciatura nas universidades, num primeiro momento, são formados para capacitar outros profissionais. De acordo com Maria Silveira (2013), nesse período contemporâneo a formação necessita ser,

[...] mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação profissional para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e numa participação qualitativamente superior. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de se reinventar no mundo e para o mundo [...] (SILVEIRA, 2013, p. 19).

Em outras palavras, saber ler o mundo tal qual ele é, com suas diferentes falas e procurar estar em harmonia com esse novo modelo de sociedade, proporcionando diálogos menos compactos, engessados, e mais emancipatórios. Também é importante lembrar que as licenciaturas, por serem cursos que oportunizam inferências abordando críticas, necessitam levar os discentes à uma releitura dos conhecimentos produzidos em sala de aula durante sua formação, trazendo para esse espaço sua realidade social, vivência que será seu Norte quando profissional na área.

Para Maria Cunha (2013), escolher fazer licenciatura na universidade é ter como foco a contribuição para a formação de cidadãos em diversas frentes, pois ao transmitir conhecimentos, os docentes e as docentes estão dispostos a aceitar e abraçar as existências histórico-sociais e sua função integradora. Sem o professor, professora não existe ensino coletivo, não existe reflexão crítica voltada para o grupo social específico e, a difusão dos fenômenos culturais, econômicos e políticos serão diferentes, uma vez que a formação docente tem como um dos papéis, levar o discente, a discente a internalizar e produzir resultados na construção do conhecimento (CUNHA, 2013).

Percebe-se que existem novas exigências por parte dos diferentes grupos sociais, e a qualidade da educação que chega até as estudantes e aos estudantes necessita acompanhar essa realidade, pois além do que foi dito anteriormente a respeito da influência nos fenômenos culturais, econômicos e políticos, existem as exigências desafiadoras da vida da sociedade neste século XXI, como por exemplo, novos valores sociais e individuais. Clemente Juliatto (2005) expõe que estas exigências necessitam estar presentes na formação de caráter progressivo, a fim de acompanhar a presente evolução. A formação do docente e da docente, nesse período contemporâneo, tem novos desafios voltados à construção do futuro.

Embora se observe, nos nossos dias, crescente confusão cultural e ética, vai-se ampliando a consciência dos aspectos qualitativos da vida das pessoas, famílias e comunidades, no referente a novos direitos individuais e coletivos. Essas novas tendências têm de ser devidamente ponderadas pelas instituições educacionais incorporadas nos seus currículos para o condizente preparo da geração que a nova sociedade preconiza e clama. (JULIATTO, 2005, p. 41).

As novas e os novos profissionais formados, e no caso específico aqui tratado, as pessoas oriundas das licenciaturas, necessitam entender os desafios a que estão sujeitas. Buscar por conhecimentos e habilidades que os capacitem a estabelecer vínculos no

enfrentamento às situações adversas e que alcancem a sociedade em seus diferentes aspectos deficitários (JULIATTO, 2005). Faz-se necessário dispensar uma atenção mais próxima à questão dos incitamentos que impactam diretamente no ensino; é preciso, segundo Juliatto (2005), levar em consideração as reivindicações atuais e futuras no que diz respeito à cultura e ética que também estão em incessante construção.

Toda essa riqueza adquirida na graduação, Juliatto (2005) explica que é indispensável observá-la segundo a ótica do discente ou da discente. Para ele, as alunas e os alunos são o melhor termômetro no que se refere à educação, uma vez que são eles ou elas que experimentam e fazem valer o ensino, bem como suas manifestações serão refletidas no desempenho profissional dos licenciados (JULIATTO, 2005).

Deli Silveira (2019) argumenta que o sistema educacional vai além dos bancos das escolas, envolve as IES, grupos sociais, profissionais, meios de comunicação entre outros. Isso faz com que os discentes tenham uma familiarização maior com diferentes pensares e sua formação contemple outros dizeres e saberes, contribuindo com os avanços alcançados pela sociedade (SILVEIRA, 2019). Esses alunos e alunas a partir do momento em que se dispõem a fazer a diferença serão os e as licenciadas que garantirão o cumprimento do papel social da escola, dando suporte científico, com entendimento das teorias e práticas educacionais, capazes de influenciar positivamente na construção do cidadão pleno de seus direitos e deveres.

Assim, pressupõe Silveira (2019) que a professora e o professor, ao partilhar saberes com seus discentes, fazendo-o de forma diferenciada, está exercendo seu papel no campo escolar, tornando-se o docente, a docente um cidadão, uma cidadã que desempenha a função social instrutiva, que promove conhecimento científico e que privilegia a ascensão histórica e cultural de uma nova casta, nova linhagem de docentes, com um nível de conhecimento superior.

Ao se observar a questão do ensinar e aprender com abrangência no processo de educação inclusiva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007, p. 491) menciona que,

[...] é preciso que se compreenda como processos de aprender e de ensinar têm se constituído, entre nós, ao longo dos 507 anos de história de formação da nação. É sabido que aprender-ensinar-aprender, processo em que mulheres e homens ao longo de suas vidas fazem e refazem seus jeitos de ser, viver, pensar, os envolve em trocas de significados com outras pessoas de diferentes faixas etárias, sexo, grupos sociais e étnico-raciais, experiências de viver. Tratar, pois, de ensinos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos

de ser e viver, de relações de poder. Nós, brasileiros oriundos de diferentes grupos étnico-raciais – indígenas, africanos, europeus, asiáticos –, aprendemos a nos situar na sociedade, bem como o ensinamos a outros e outras menos experientes, por meio de práticas sociais em que relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas nos acolhem, rejeitam ou querem modificar. Deste modo, construímos nossas identidades – nacional, étnico-racial, pessoal –, apreendemos e transmitimos visão de mundo que se expressa nos valores, posturas, atitudes que assumimos, nos princípios que defendemos e ações que empreendemos.

Gonçalves e Silva (2007) informa que no Brasil existe uma preocupação em manter-se o que está institucionalizado enquanto processo social, e, nesse processo, não há espaço para outras raças. A escola se apresenta, portanto, como lugar de reconhecimento social. É imprescindível o envolvimento do universo educacional no processo de integração social, levando às alunas e aos alunos todo o sentimento de pertencer àquele lugar de crescimento pessoal. Para Gonçalves e Silva (2007) são necessários esforços por parte do educador, da educadora quanto à alegação de que há discentes incapazes ou sem interesse em aprender. O que existe são alunas e alunos oriundos de grupos marginalizados e estereotipados, e a docente ou o docente pode estar reforçando as relações que mantêm as desigualdades sociais, bem como as étnico-raciais, com este tipo de julgamento discursivo.

Aprender a ensinar é uma constância e esse processo se dá a partir do momento em que se tem mudança de atitude no modo de ver as sociedades, saber que estas são, falando em específico do Brasil, multiétnicas e pluriculturais (GONÇALVES E SILVA, 2007). A base do ensinamento acontece quando se trabalha a competência e a austeridade juntas; para ela, docente é parte fundamental em relação às tensões existentes no ensino/aprendizagem e, por exemplo, não cabe a um docente ou uma docente ignorar situações de discriminação social ou racial em sala de aula.

De acordo com o parecer de Gonçalves e Silva (2007), precisa-se tornar transparente a realidade da sociedade do país, uma vez que esta foi projetada para não discutir problemáticas quanto às questões sociais, culturais e econômicas relacionadas à diversidade étnico-racial, com um discurso de que no Brasil se pratica a democracia racial.

E, para ter sucesso em tal empreendimento, há que se ter presente as tramas tecidas na história do ocidente que constituíram a sociedade excludente, racista, discriminatória em que vivemos e que muitos insistem em conservar. A sociedade brasileira sempre foi multicultural, desde os 1500, data que se convencionou indicar como de início da organização social e política em que vivemos. Esteve sempre formada

por grupos étnico-raciais distintos, com cultura, língua e organização social peculiares, como é o caso dos povos indígenas que por aqui viviam quando da chegada dos portugueses e de outros povos vindos da Europa. Também os escravizados, trazidos compulsoriamente para cá, provinham de diferentes nações e culturas africanas conhecidas por pensamentos, tecnologias, conhecimentos, inclusive acadêmicos, valiosos para toda a humanidade. No entanto, esta diversidade não foi e hoje o é, com muita dificuldade, aceita. (GONÇALVES E SILVA, 2007, p. 493).

Gonçalves e Silva (2007) lembra que, por meio da educação inclusiva, é possível oferecer uma visão, diferenciada e multifuncional, de que a violência está justamente na colonização do ser humano, ao engessar seus conhecimentos. Os valores reais da educação necessitam ser discutidos para que não persistam as discrepâncias que, em muitos momentos, são percebidas e concebidas. Esse cenário necessita ser construído a muitas falas, muitas mãos e cores, defendendo o conhecimento e o estudo das relações entre os diferentes povos, pois a realidade não é apenas uma construção do intelecto, como se as desigualdades e discriminações estivessem ligadas apenas ao saber ler e escrever. Posicionar-se faz parte do pertencimento ao meio demonstrando ação ativa do ser, provando seus valores e objetivos, com novos delineamentos e desafios.

A autora observa que o corpo docente possua ferramentas para provocar o crescimento de suas alunas e alunos em diferentes aspectos, trabalhando o senso crítico do discente quanto à valorização da diversidade de conhecimento, do reconhecimento da contribuição dos diferentes povos e suas culturas.

Recordando que a licenciatura nas universidades tem o papel de formar docentes para uma linguagem inclusiva, despertando discussões com a intenção de valorizar o outro, dando-lhe a oportunidades de se posicionar, Luiz Alberto Gonçalves e Petrolina Beatriz Gonçalves e Silva (2000) sugerem lembrar a existência de um passado não tão distante, em que existia uma escolarização precária a respeito da inclusão social e racial. Com a presença dos movimentos e sua incansável voz, atualmente as universidades se abriram mais para a elaboração de pesquisas relacionadas às questões de injustiças sociais e raciais.

[...] encontramos os seguintes tipos de registro: a) produções acadêmicas voltadas exclusivamente para os problemas atuais da educação dos negros; b) relatórios resultantes de encontros regionais do movimento negro, dando atenção especial aos problemas da educação; e c) depoimentos de antigos militantes que combateram a discriminação racial em nossa sociedade, nos anos 20 e 30, e nos anos 50, falando do significado da educação para si e para a população negra em geral.

Embora cada um desses registros expresse épocas diferentes e, neles, os sujeitos falem de lugares sociais diversos, o objeto de que tratam é a educação dos negros e seus múltiplos significados. Criticam o *status quo*, e esta crítica tem contribuído para denunciar a falácia da igualdade de oportunidades para todos, que se supunha existir em nossa pujante civilização tropical. Em outros termos, o forte apelo ao presente que podemos encontrar nesses registros tem representado, tanto no meio acadêmico quanto no interior dos movimentos negros (do presente e do passado), uma reação aberta contra o mito da democracia racial (GONÇALVES; GONÇALVES E SILVA, 2000, p. 134).

Torna-se necessário fazer uma releitura do problema apresentado. O passado educacional e sua evolução deixaram de escrever outra história, justamente por falta de estratégias amparadas por políticas educacionais. Estratégias estas que poderiam contribuir de maneira diferenciada na educação brasileira, proporcionando avanços e a não criação das exclusões por meio das desigualdades sociais, respaldadas pela elite nacional (GONÇALVES; GONÇALVES E SILVA, 2000).

Essas discussões têm tomado corpo a partir dos espaços acadêmicos em seus debates que, tendo à frente os movimentos e, mais especificamente, em se tratando das questões étnico-raciais, trazendo para o âmbito da presente pesquisa, verificamos que o movimento negro tem apresentado resultados significativos para o desenvolvimento das vidas negras, podendo citar como exemplo, o desfecho recente – a aprovação do sistema de cotas raciais na UEM, com implantação no vestibular de 2020. Esse resultado, como outros igualmente significativos, é oriundo das somas de vontades entre a comunidade externa, educadoras, educadores, alunas e alunos.

Contribuindo com a discussão, Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000) mostram que os movimentos têm colaborado com os jovens no sentido de terem uma visão mais aguçada da realidade que os cerca, certos de que existe um distanciamento, em se falando de ensino, e uma continuidade na defasagem educacional. Estas e outras questões precisam ser mostradas, uma vez que é um problema antigo do Brasil, sendo cruciais as discussões das temáticas multiculturais. O autor e a autora acreditam que essa realidade, cujas discussões se iniciam no ensino de base, contribuem para o aumento de estudantes negros e negras nas universidades (GONÇALVES; GONÇALVES E SILVA, 2000). Também existem outras ações afirmativas que trabalham em busca da inclusão social como, por exemplo, os cursinhos pré-vestibulares para jovens pobres, negros e negras entre outros, reafirmando a necessidade da participação da comunidade civil e escolar em busca da transposição dessa triste realidade que a sociedade brasileira vive.

[...] O desconhecimento das experiências de ser, viver, pensar e realizar de índios, de descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, faz com que ensinemos como se vivêssemos numa sociedade monocultural. Isto nos torna incapazes de corrigir a ilusão da democracia racial, de vencer determinações de sistema mundo centrado em cosmovisão representativa de uma única raiz étnico-racial. Impede-nos de ter acesso a conhecimentos de diferentes origens étnico-raciais, e ficamos ensinando um elenco de conteúdos tido como o mais perfeito e completo que a humanidade já teria produzido. Tornamo-nos incapazes de perceber as vozes e imagens ausentes dos currículos escolares: empobrecidos, mulheres, afrodescendentes, africanos, indígenas, idosos, homossexuais, deficientes, entre outros. (GONÇALVES E SILVA, 2007, p. 501).

Com o intento de vencer essa realidade, é imprescindível superar o lugar comum e eliminar os preconceitos, é necessário compreender que há outros entendimentos nas entrelinhas dos textos ensinados em sala de aula e, portanto, um trabalho de reorientação semântica urge entre as docentes e os docentes. Os conceitos talvez sejam ensinados literalmente, ou melhor, dizendo: o que está escrito é seguro. Mas já se sabe que não é. No campo da educação, o ensinar vem acompanhado do apreender, do ouvir, do ver, do saber escutar, e as formas e meios que as alunas e os alunos utilizam para absorver o que lhes é passado é que são diferentes.

Gonçalves e Silva (2007), por meio de suas pesquisas, apresentam uma realidade pertinente, ao lembrar as diferenças entre os povos e suas culturas, oriundas de suas origens. Entre os povos indígenas, quilombolas e habitantes de territórios negros, conhecer não é sinônimo de inteligência somente, o corpo também fala, o físico demonstra, as emoções expressam e a espiritualidade concretiza as descobertas.

Corpos negros, brancos, indígenas, mestiços, doentes, sadios, gordos, magros, com deficiências, produzem conhecimentos distintos, todos igualmente humanos e, por isso, ricos em significados. Produzem também conhecimentos científicos, quando decidem realizar pesquisas deste cunho, que têm em conta as circunstâncias e suas condições de ser e viver (GONÇALVES E SILVA, 2007, p. 501).

Essa fala confirma que ensinar, bem como aprender, faz parte do conviver. Se não existe empatia, termo tão falado e tão pouco praticado, não é possível ter crescimento educacional, pois não há troca, não existem descobertas, cumplicidade, convivência. Esses termos podem parecer muito próximos, no entanto não devem ficar restritos apenas ao vocabulário, pois em seu sentido literal, muitas vezes, nem se ensina como se deve, e

quando se pratica a arte do ensinar e aprender sem compromisso há uma forte tendência ao ensino-aprendizagem sem se despir do que está radicado em seu próprio âmago, por exemplo, “você está errado ou errada, eu disse que é”, ou “eu estou falando”, “você não sabe o que diz”...

Fazer uma aluna ou um aluno redescobrirem seus valores e reconstruir seu ser, no entendimento de Gonçalves e Silva (2007), é proporcionar ao discente sua condição social, fazer valer seu passado e edificar a memória de seu povo, valores esses que são garantias postas na Constituição Federal Brasileira de 1988. Para a pesquisadora, aprender e ensinar voltados para as relações étnico-raciais consomem um longo tempo em se debruçar sobre os livros, em olhar além do que se vê na pessoa, em entender do contexto multicultural e se permitir aproximar da realidade do século XXI.

Essa realidade necessita ser investigada com olhares múltiplos e pontos de vista encadeados, pois, no Brasil, há uma diversidade histórico-cultural e ao ensino cabe trabalhar para que haja compatibilidade, para que haja igualdade (GONÇALVES E SILVA, 2007). Nesta linha de raciocínio, a história da educação sobre vidas negras no Brasil necessita ser recontada, mostrando períodos de exclusão, de resistência da população negra e a busca pela inclusão social, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988.

Para Jeruse Romão (2005), essas lutas perpassam pela conscientização do povo negro e pela redefinição do espaço escolar como lugar social. Essa redefinição representa um momento de valorização dos movimentos, que reorganizaram suas falas abraçando suas experiências educativas, em busca de apresentar a história não conhecida.

O princípio é ir além do que dizem as grades curriculares, pois existem muitos temas negros, diferentes das vidas negras, e a Lei 10.630/03 assiste aos profissionais, dando suporte para enriquecerem seus conteúdos escolares (ROMÃO, 2005). A ideia é apresentar essa dimensão das vidas negras, trazendo reflexões nas quais constam interrogações a respeito das exclusões históricas, o porquê da não realidade, ou meia realidade, a respeito das negras e dos negros e quais são os impactos dessas novas práticas na história nacional.

Quanto à aplicação da Lei 10.639/03, sua contribuição oficial científica, mesmo reconhecendo o pouco tempo das discussões existentes nessa linha, Romão (2005, p. 27) indica que:

Quando se tenta organizar informações sobre a história da educação dos negros no Brasil, fazem-se necessários dois procedimentos: o primeiro é reunir os poucos estudos voltados especificamente para o resgate dessas experiências, os quais emergem principalmente na segunda metade dos anos 1990. O segundo é realizar leitura atenta de estudos em História da Educação Brasileira, problematizando as informações, observando os materiais iconográficos apresentados e questionando a invisibilidade que se dá a esse segmento. Algumas reflexões parecem necessárias quando se tenta compreender a invisibilidade dos negros nas abordagens históricas em educação.

Na história brasileira é nítido o ocultamento da realidade educacional envolvendo os grupos vulneráveis socialmente. As lutas pela inclusão no processo de escolarização no final do século XIX e início do século XX deixaram marcas na nação brasileira e tiveram influência ímpar. Segundo Romão (2005), havia dispositivos do Estado que dificultavam o acesso à educação pública por parte dos negros e das negras, assim seus direitos não eram respeitados. Por esta e outras razões, vozes negras se levantaram demonstrando a necessidade do acesso à aprendizagem formal, compreendendo o saber escolar e, de posse destes saberes, os pertencentes a estes grupos excluídos poderiam usufruir dos seus direitos enquanto cidadãos. Mesmo assim, se faz pouco em comparação com a contribuição resultante dessas vidas (ROMÃO, 2005).

Romão (2005) fala que, no início do século passado, o espaço escolar cumpria o papel de veículo de ascensão social e lugar de discriminação, pois preservavam o continuísmo e a reprodução desigual, ou seja, instituíam o racismo estrutural. Como lembrado na pesquisa do IBGE de 2019, 55,8% dos brasileiros e das brasileiras são descendentes de negros, representando assim a maioria da população nacional. Logo, não é inconcebível acreditar em uma ideia de democracia racial, ao contrário, ela existe e foi radiada junto à sociedade dominante, por isso, se faz necessário discutir sempre que possível, a desigualdade social e a contribuição da educação para combatê-la. O IBGE também comprova em suas pesquisas que os negros e as negras representam 75% (setenta e cinco por cento) do grupo formado pelos 10% (dez por cento) de pessoas mais pobres no Brasil. Essa mesma sociedade negava o racismo e pregava a democracia racial, colaborando de forma singular com a continuidade da desigualdade entre a população negras e não-negra. E o Estado seguiu deixando de cumprir com seu papel, uma vez que se implementas sem políticas inclusivas, a história seria outra.

Mário Theodoro (2008) comenta que nos últimos 120 anos as políticas públicas pouco têm feito a respeito da evolução da condição social dos excluídos. E quanto às vidas negras, o grau de desconsideração é maior. O Estado, que poderia se fazer presente,

desarticulando os ciclos viciosos e, em contrapartida, fortalecer questões sociais a fim de promover a igualdade, pouco se envolve. Theodoro (2008) declara que reproduções de desigualdades sociais acontecem em vários níveis e as ações do Estado envolvendo iniciativas com investimentos são omissas. Essa omissão tem ligação com a falta de percepção da importância do tema, mas também envolve certa insensibilidade quanto à questão.

Theodoro (2008) deixa claro que constitui gigantesco e central o assunto, mas assim como o Estado, a sociedade se isenta de responsabilidade, mesmo sabendo que representa parte ativa dessa história em vários momentos e grandes setores resistem em enfrentar o problema real, por exemplo, a questão racial presente no meio educacional. Esse debate relembra Theodoro (2008), é uma contestação nacional envolvendo prós e contras e, como tal, necessita tratá-la a partir das políticas públicas, enfrentando a realidade das desigualdades sociais e raciais para a consolidação da temática. A desigualdade social é um desencadear de processos e combatê-la sem trabalhar a causa, trará resultados, infelizmente, limitados, arriscando dizer que tal intento pode estar comprometido, chegando mesmo ao fracasso (THEODORO, 2008). A ideia proposta seria enfrentar essa realidade atacando o tripé: racismo, preconceito e discriminação, com políticas de promoção de igualdade, e de acordo com Theodoro (2008), a inclusão da temática pode se dar por meio de ações de políticas públicas e fazendo-se cumprir a legislação ativa, e o campo propício para aplicar tais políticas são ‘os espaços educacionais’, como escolas e universidades.

Theodoro (2008) recorda que, apesar dos poderes constituídos atuarem, a ideologia da classe dominante desvaloriza e naturaliza as vidas negras como sendo uma classe inferior. Essa classe que impera, tem em seu discurso um conjunto de argumentos e crenças instituídas há anos e, dessa forma, apresentam-se com superioridade a partir de suas identificações de raças distintas.

A partir desse posicionamento, há justificativa e validação para a discriminação racial com visões do racismo individualizado e as vidas negras vistas como ponto negativo na construção da sociedade moderna. Theodoro (2005) apresenta a necessidade de se trabalhar o acolhimento de políticas públicas voltadas para a valorização da população negra, para que se quebre esse padrão básico e essas correntes que sustentam o trato diferenciado, isto é, a desigualdade.

A Lei no 10.639/03, já em vigor, é um instrumento importante no sentido da valorização do negro e de sua contribuição para a história e a cultura brasileira. Seu cumprimento, entretanto, depende também da ação do poder Executivo, fiscalizando as mudanças nos currículos escolares e atuando no aperfeiçoamento dos professores, de forma a estabelecer um novo perfil para o estudo de nossa história. Outras políticas de cunho valorativo, como a maior presença de negros nos meios de comunicação e em postos-chave da administração, previstas inclusive no Estatuto da Igualdade Racial, em tramitação no Congresso Nacional, poderiam ser implantadas. O combate à problemática racial não será efetivo se não lograr uma mudança da mentalidade ainda largamente implantada em nosso país. Sem a efetiva importância da igualdade como valor, o reconhecimento da diversidade na formação nacional, e a condenação de racismos e preconceitos, nem a legislação em vigor será aplicada em sua plenitude, nem as políticas e ações de promoção da igualdade racial poderão ter o sucesso que delas se espera (THEODORO, 2005, p. 172).

Há de se considerar também de grande vantagem trabalhar a conexão entre a questão envolvendo desigualdades sociais e as raciais e, mais precisamente, discussões que circundam a pobreza e a prática racial. E o ambiente educacional, ao atentar para essas indagações, tendo a seu favor a lei, aguça o processo de mobilização para transformar a condição dos vulneráveis, vista como processo contínuo e progressivo, ou acomodar por parte de seus integrantes, em lugar de ser revisitado, e pensar em combater a pobreza, reduzir as desigualdades por meio de políticas que atribuam valores (THEODORO, 2008).

Essas políticas são de caráter universal e seu papel está diretamente ligado à redução da pobreza e ao combate às desigualdades sociais. Lembra que a educação, ao demonstrar o valor da diversidade, com a ampliação dos espaços para os menos favorecidos, com os programas de cotas, e seu papel enquanto ambiente de divulgação da diversidade cultural, fará com que o teto das possibilidades seja ampliado. Theodoro (2008) acrescenta que, por meio da educação, há uma progressão, que impacta nas condições de ascensão social. E, por conseguinte, um perfil diferenciado da elite brasileira, uma vez que não se pensa mais dentro do quadrado. Há uma diversidade e uma pluralidade de pensares e saberes, contribuindo com,

[...] maior equidade racial, desnaturalizando o preconceito e valorizando a presença negra nos diversos espaços e posições sociais. Em resumo, pobreza se enfrenta com um conjunto amplo de políticas de cunho universalista, tendo como pano de fundo o crescimento econômico e a distribuição mais equânime da riqueza. Racismo, preconceito e discriminação devem ser enfrentados com outro conjunto

de políticas e ações. Conjunto esse que, infelizmente, ainda está por se consolidar (THEODORO, 2008, p. 174).

Há longo caminho a ser percorrido, pois a história foi construída por séculos nessa vertente, e os obstáculos não são pequenos nem insignificantes. Assim, a adoção das políticas de combate à desigualdade social e racial é fundamental para que o país se eleve a patamares de ordem democrática, e as vidas não sejam quantificadas por aparência, poder aquisitivo ou aspecto físico.

Concluindo seu pensamento, Theodoro (2008) declara que o Brasil necessita de desenvolvimento expressivo em igualdade e oportunidades aos privados de bens e serviços. Precisa voltar seu olhar para o problema racial, engendrando uma nova etapa na vida da sociedade brasileira.

Portanto ao falar em mudança social e tendo como linha a formação superior nas licenciaturas e discutindo o pensar dos discentes a esse respeito, tem-se como resposta a soma de esforços e experiências que levam a entender o papel do saber, oriundo do ambiente educacional, como meio de socialização da criança, do jovem e do adulto. A escola auxilia, com sua função socializadora, e o professor, a professora, de posse de seus conhecimentos científicos, contribui com diferentes visões e diálogos de possibilidades culturais múltiplas, respeitando e discernindo as diferenças e a pluralidade de conhecimento.

Com efeito, ao verificar todas essas especificidades e particularidades das licenciaturas entendeu-se que elas seriam um lugar interessante de verificar como as pessoas negras percebem a universidade, uma vez que a formação para o ofício docente, prepara ou deveria preparar as pessoas para terem uma visão mais aguçada de si mesmas e do mundo a sua volta.

CAPÍTULO III – EXPERIÊNCIAS VIVIDAS: apresentação e análise dos dados

3.1 PERTENCER, REPRESENTAR E EXISTIR: vivências negras na Universidade Estadual de Maringá

A construção do perfil da população negra no Brasil detém relações com aquilo que está preconizado na Constituição Federal Brasileira de 1988; O Art. 5º apresenta que “[..] Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza... [...]”. Para o caso brasileiro, em específico, o dispositivo constitucional parecer corroborar o mito da democracia racial. É de acreditar que o intuito da Carta Magna era outro ao definir que todas as pessoas são iguais perante a lei. Com efeito, na prática as desigualdades provenientes da origem, da cor e de gênero são inúmeras na sociedade brasileira. A Constituição Federal Brasileira de 1988, certamente, busca garantir que todas as brasileiras e todos os brasileiros tenham tem seus direitos preservados, como por exemplo, sua cultura, crença, liberdade de expressão, toda essa riqueza está voltada para o capital cultural.

A atuação como docente permite notar que essas premissas ainda não fazem eco junto ao corpo estudantil negro. A cultura de parte destas pessoas quando não é obliterada é deturpada. Situações capazes de potencializar o processo de distanciamento das alunas negras, dos alunos negros da escola, no que diz respeito, a um sentimento de pertencimento ao espaço escolar. A inclusão igualitária da cultura negra, bem como das vivências de pessoas negras no horizonte da organização escolar poderia criar um ambiente mais receptivo a discentes negras e discentes negros.

A acadêmica Zuri do curso de Ciências Sociais acredita na participação ativa dos alunos e das alunas nesse contexto:

[...] quando estudante do ensino fundamental e médio eu acreditava que o que aprendia era o máximo que tinha para aprender, bastava estudar o que recebia e estava de bom tamanho. Ir para a escola era muito parecido com um lazer, prazeroso por encontrar os amigos e aprender para finalizar o ano (risos). Mas hoje percebo que ensino e aprendizagem mexe com o nosso interior. Começamos o ano de um jeito e encerramos de outra maneira. Estando num espaço educacional que existe porque eu enquanto aluna existo, com novas informações somadas as que já tinha [...]

Essa fala representa dois momentos de uma vida: primeiro uma adolescente envolvida com suas realidades que a idade lhe apraz, e em um segundo momento, uma

jovem que pensa o quanto esse período é importante para o crescimento pessoal, pois ela pertence àquele espaço social educacional que existe, justamente por conta de seu eu, com sua vivência, conhecimentos e culturas adquiridas até então. Zuri ao dizer, “*Mas hoje percebo que ensino e aprendizagem mexe com o nosso interior*” remete a pensar para quais pessoas a escolar é voltada. Em geral, a cultura escolar está em consonância com a cultura da elite, portanto, pessoas socializadas nesta cultura tendem a sentir mais a vontade no ambiente escolar do que aquelas pessoas socializadas em outras culturas. Nesta direção o capital cultural familiar se configura em um ativo importante, senão fundamental para o sucesso e ou fracasso escolar. O desenvolvimento de uma cultura escolar mais ampla pode ser fator decisivo para a formação de um espaço mais acolhedor a pessoas de diferentes origens.

As pessoas negras quando na condição estudantes nos diferentes níveis de ensino percebem que nem sempre o seu capital cultural é considerado válido e ou está em consonância mínima com a cultura escolar. Situação que alimenta a adequação ou o distanciamento. Entende-se aqui que nenhuma destas alternativas seja a ideal. A inserção de conhecimentos provenientes das vidas negras para a educação é para Amado Luiz Cervo, Pedro Bervian e Roberto da Silva (2007) elemento fundamental para que o capital cultural de outros grupos sociais também seja reconhecido pela e valorizados pela cultura escolar.²²

O aluno Danso, do curso de Letras começando o diálogo fazendo um questionamento:

[...] será que a questão do conhecimento não está muito engessada, posta num quadrado e tem que ser o que ali existe? E tudo o que não estiver naquela gaveta, deixa de ser conhecimento. Existem tantas informações, tantos pensares que ainda não foram respondidos, e isso tudo é conhecimento, ou seja, se o ser humano é um processo de criação, suas ideias também estão em processo, não tem um ponto final dizendo acabaram as descobertas. Eu acredito muito nessa nossa capacidade em aprender sempre, nesse nosso partilhar os conhecimentos e a partir de então enriquecer sempre. Somos uma linda e promissora mistura de ideias [...]

As considerações Cervo, Bervian e Da Silva (2007) permitem pensar que o conhecimento do sujeito está intimamente ligado a capacidade de assimilação e a partir desses saberes múltiplos, dá-se o crescimento pessoal e social. Essa situação está implícita

²²Para aprofundar no assunto, leia a referência: CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Nesse livro os autores debatem o capital cultural mais a miúdo.

nas falas da aluna e do aluno participantes da pesquisa. O espaço social da educação move alunos e alunas a pensarem dessa maneira por meio dos conhecimentos adquiridos advindos daquele espaço, bem como os empíricos que foram amadurecidos, e pensar Universidade é ter em mente esse crescimento.

Tendo em vista esse estado de coisas é que foi proposto pensar educação universitária a partir da experiência de pessoas negras, visando contemplar o modo pelo qual essas vivências são afetadas, considerando os efeitos da colonização que se fazem vigentes até hoje em consonância com o mito da democracia racial, os quais assolam as vidas negras em aspectos gerais, bem como no que se refere à desigualdade em termos de acesso à educação, sobretudo a superior. Assim, a análise da pesquisa tem como prioridade apresentar os dados respondidos pelos discentes dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Maringá – UEM, no recorte temporal de junho de 2019 até junho de 2020.²³

Quanto aos alunos e alunas participantes da pesquisa, faz-se necessário lembrar que os nomes apresentados são pseudônimos, para garantir o anonimato dos discentes. A entrevista teve a participação de um público bem jovem, mesmo sendo discentes do último ano de graduação. Como informado anteriormente participaram da pesquisa 6 discentes das licenciaturas em Ciências Sociais e Letras da Universidade Estadual de Maringá – PR (UEM). As pessoas que participaram do estudo possuíam à época idades entre 21 e 25 anos e contribuíram com o presente estudo por meio das entrevistas e das respostas às questões elaboradas.

Outro Olhar: a vida na universidade segundo discentes negras e negros é uma pesquisa que pode ser situada, em primeiro lugar, quanto aos quesitos do pensamento do ser humano, como ele se estrutura, a quem atinge, quais influências são possíveis a partir de uma manifestação; e, em segundo momento, quanto à contribuição da palavra, do expressar esses pensamentos, das narrativas dos desejos/anseios, do colocar-se verbalmente enquanto pessoa ativa. Lev Vigotski (2001) diz que se expor é contribuir com o grupo ou grupos, a começar pelos conhecimentos adquiridos, auxiliando no entendimento/compreensão dos problemas ou conflitos sociais, suas relações

²³Essa data final foi prejudicada pelo momento de pandemia vivida em todos os países, e não diferente no Brasil, vindo a suspender as aulas presenciais na graduação e pós-graduação por tempo indeterminado, bem como o fechamento do campus por conta do Plano de Contingência da Fiocruz diante da pandemia da doença COVID-19. Por essa razão, as últimas entrevistas não puderam ser realizadas haja vista o não retorno dos alunos e das alunas quando contatados por telefone, e-mail e mensagem eletrônica.

interpessoais, objetivos, interesses que os unem, sentimentos e identidades, tendo como meta o crescimento mútuo.

Trabalhando questões envolvendo pensamento e linguagem, Vigotski (2001) em seu livro *A construção do pensamento e da linguagem*, afirma que colocar em ação o pensamento é materializá-lo e a linguagem é internalizar o que é dito, trabalhando o discurso de forma interior e dando a esse discurso sobrevida com ações enfáticas. Assim, essa pesquisa tem por propósito contribuir com ações que possam dar visibilidade aos discursos dos discentes e, futuramente, materializar esses discursos, multiplicando-os junto ao meio social em que vivem, contaminando outros grupos sociais como, por exemplo, comunidades escolares.

O fato dos alunos e das alunas participantes da pesquisa serem bastante jovens, e aprovados no vestibular logo que saíram do ensino médio é uma característica que demonstra um perfil que rechaça algumas falas de que o estudante negro ou a estudante negra não tem a mesma condição intelectual de outros estudantes, conforme observado por Romão (2005), como se identidade, gênero, cor ou condição social fosse o termômetro para medir entendimento, capacidade de abstração ou de saber. Vigotski (2001) argumenta que, ao falar em saber, o julgamento é o de que esse saber constituído tem a ver com a construção social do indivíduo e suas relações originais. Para tanto o ser humano se desenvolve a partir da construção dialógica com seus pares, tendo como busca um objetivo comum.

O estudo comparativo da memória humana revela que, mesmo nos estágios mais primitivos do desenvolvimento social, existem dois tipos fundamentalmente diferentes de memória. Uma delas, dominante no comportamento de povos iletrados, caracteriza-se pela impressão não mediada de materiais, pela retenção das experiências reais como a base dos traços mnemônicos (de memória). Nós a chamamos memória natural, e ela está claramente ilustrada nos estudos sobre a formação de imagens eidéticas feitos por E. R. Jaensch²⁴. Este tipo de memória está muito próximo da percepção, uma vez que surge como consequência da

²⁴Erich Rudolf Ferdinand Jaensch. Psicólogo alemão, nasceu em Breslau em 1883 e morreu em Marburg an der Lahn em 1940. Depois de estudar física e matemática em Göttingen, tornou-se aluno de GE Müller e Hermann Ebbinghaus, a quem dedicou seu primeiro livro (1909). Em 1913 ele foi nomeado para uma cadeira de filosofia em Marburg e fundou o Instituto de Psicologia. Nos estudos de Jaensch *Eidetic Imagery*, 1930, *Imagens Eidéticas* são métodos tipológicos de investigação; sua importância abrange a psicologia da infância, a teoria da educação, a psicologia geral e a psicofisiologia da personalidade humana. Eidética, segundo a Filosofia, pertencente à essência abstrata das coisas, dos sentidos idealizados, por oposição ao que existe realmente. Segundo a Psicologia, é pensamento segundo o qual algumas pessoas têm a capacidade de evocar eventos passados ou imagens de coisas já vistas.

Para aprofundar o assunto, consulte a literatura: JAENSCH, Erich Rudolf. *EIDETIC IMAGERY*. New York, Harcourt, Brace & Co., 1930.

influência direta dos estímulos externos sobre os seres humanos. (VIGOTSKI, 2010, p. 32).

Isso significa que coexiste no ser humano o acúmulo dos conhecimentos. Os participantes e as participantes do estudo de caso, quanto ao gênero foram 03 (três) homens e 03 (três) mulheres, imprimindo a importância dos gêneros no quesito educação e também contribuindo com questões socioeconômicas, pois a mulher deixa de ser companheira e passa a ser componente na construção de uma nova sociedade, de acordo com as pesquisas de Fúlvia Rosemberg e Nina Madsen (2011). Ou seja, não está a sombra do homem, é copartícipe, lutando para a construção de uma sociedade mais igualitária, mesmo sabendo que o patriarcado ainda impera. Esse sistema sociopolítico que insiste em colocar o homem em situação de superioridade a outros gêneros, dando-lhe plenos poderes e privilégios, e mesmo com os avanços, os desafios não diminuiram.

[...] dentre os progressos das mulheres alcançados no campo da educação está o aumento do número de mulheres na graduação e pós-graduação, como estudantes, pesquisadoras, docentes, bem como o maior acesso das mulheres à programas de fomento à pesquisa. Os indicadores analisados pelas autoras apontam para a continuidade de melhor desempenho das mulheres na educação, embora identifiquem indícios de que o “hiato de gênero” em favor das mulheres venha perdendo força. Apesar dos avanços históricos na área da educação, em 2009, mais da metade das pessoas que não sabiam ler eram mulheres; dentre essas mulheres analfabetas, a quase totalidade tinha 25 anos ou mais e quase a metade residiam no Nordeste. Tendo como referência estudos governamentais, que abrangem o período 2004-2009 [...] [...] o progresso das mulheres na educação brasileira ocorreu, dentro de limites, particularmente no plano da justiça redistributiva, e conviveu com marcantes desigualdades etárias, étnico-raciais, regionais e socioeconômicas. Por muitos anos, a ONU Mulheres (antigo Unifem) vem apoiando a incidência das mulheres pelos seus direitos e fornecendo assistência técnica para o fortalecimento e apoio às ações governamentais pelo cumprimento dos compromissos com normas e tratados internacionais que garantam esses direitos (ROSEMBERG; MADSEN, 2011, p. 13).

As transformações ocorridas são visíveis, e a sociedade brasileira, nas últimas décadas, tem demonstrado apoio, com alguns constrangimentos, pois as demandas são reais e as mulheres têm ultrapassado as fronteiras que iniciaram no campo educacional, atingindo outros níveis. Também é visível que a plenitude no exercício dos direitos das mulheres não é real. Por exemplo, existe desigualdade nos direitos sexuais, na ascensão profissional, e a violência de gênero é um fato, há questões étnicas e raciais etc.. Essas dificuldades indicam que os desafios estão presentes no dia a dia, em pleno século XXI,

demandando avanços no que se refere às políticas públicas (ROSEMBERG; MADSEN, 2011).

Como as participantes e os participantes são bem jovens, esse fator colaborou de forma positiva no tocante a participação nos eventos da IES, nas pesquisas, nos grupos de discussões acadêmicas, nos congressos na cidade, na região e mesmo em outros estados, nos seminários, assembleias, entre outros. Marco Teixeira et al. (2008) diz que o ingresso na graduação universitária implica em uma série de mudanças que estão além da profissionalização. Para Teixeira et al. (2008), mudam-se as amizades e o meio social; o jovem deixa de pensar como adolescente e passa a agir como adulto, estabelecendo outras prioridades, outras parcerias, outros desafios e encontrando outras dificuldades.

Para Jafari, discente do curso de Ciências Sociais

[...] além dos nossos desejos, nós partilhamos nossas angústias, alegrias e lágrimas também. Por diversas vezes, em reuniões nós choramos com nossos companheiros e companheiras, sentimos as dores, consolamos e somos consolados, dividimos o que somos, o que temos e o que não temos (risos). É muito bom ter com quem dividir esses momentos, crescemos juntos a cada dia, a cada ano

A acadêmica Ayana, do curso de Letras falou das diferenças que sentiu do primeiro para o quarto ano na UEM

[...] como a gente muda, amadurece, se torna outra pessoa. Não estou falando somente na idade. A maneira de ver o mundo e principalmente este espaço educacional está muito diferente na minha visão de hoje em comparação a de quatro anos atrás. Aquele desejo louco de fazer tudo ao mesmo tempo e ter respostas imediatas vão se acalmando, adquirindo novas perspectivas, novas falas também são incorporadas no nosso universo social e assim vamos crescendo como alunas e alunos e como pessoa. Já não penso mais que “eu” posso fazer, penso que “nós” podemos; nós alunas e alunos, nós profissionais, nós enquanto sociedade... E isso é muito bom, saber que não estou sozinha nessa luta [...]

Tudo isso faz com que esses jovens busquem se integrar socialmente com outros pares que constituem parte do contexto atual, despertando relações satisfatórias e gerando crescimento em suas relações interpessoais (TEIXEIRA et al., 2008). Essa realidade de responsabilidades ou autonomia não impede o jovem universitário de administrar a vida. Ao contrário, contribui no quesito formação e administração da realidade e das metas

traçadas para esse novo ser humano, que está se descobrindo como partícipe da sociedade em construção da qual figura como componente ativo (TEIXEIRA et al., 2008).

Aliada a essa questão de responsabilidades, integração e formação em relação aos desafios que os estudantes enfrentam, há a questão dos alunos e alunas que trabalham. Segundo o trabalho de campo desse estudo de caso, entre os entrevistados, entrevistadas há discentes com dupla jornada, que estudam e trabalham. Nessa perspectiva, Sílvia Manfredi (2007) aponta que o desenvolvimento da pessoa está ligado às informações e elementos base que ele, ela traz consigo, e estes o estimulam de acordo com o contexto que vivencia, fazendo com que busque por seu lugar na sociedade. Em sendo assim, o trabalho é uma forma de garantir meios para se colocar como sujeito ativo no mercado, esse mesmo sujeito que também é estudante à procura de crescer intelectualmente, mesmo que isso requeira algum sacrifício (MANFREDI, 2007).

Ao analisar a questão envolvendo os discentes que trabalham e estudam, é oportuno dizer que, de posse de habilidades e conhecimentos que o ensino lhes proporciona, estes estão equipados para a civilidade, a política, ou melhor, a educação se faz presente para o desenvolvimento do ser humano em todos os seus aspectos, tanto o individual quanto em grupos. Barone (2015, p. 5-6) argumenta,

Educação é atividade complexa, que deve ser compartilhada entre família, escola e outras instâncias sociais. Os objetivos educacionais são múltiplos e podem ser sintetizados nos quatro pilares apontados pela UNESCO para a educação no século: aprender a conhecer (que está relacionado ao domínio das linguagens e da cultura, entre outros aspectos), aprender a fazer (relacionado ao desenvolvimento de habilidades e à transformação do pensamento em ação), aprender a ser (à formação da identidade, à iniciativa e à autodisciplina) e aprender a conviver (à cooperação, à solidariedade, à sustentabilidade e à valorização das diferenças).

Seguramente as etapas de formação do jovem possuem seus pilares e cada um deles, delas tem sua função e peso. Barone (2015) afirma que o meio educacional procura contribuir com o aprendizado e ação, recorrendo a estratégias, itinerários e metodologias no intuito de alcançar o proposto: conhecimento para a formação do cidadão, repertório condizente com a realidade vivenciada pelas discentes e pelos discentes, discursos atualizados e, entendimento que leve ao crescimento intelectual em cada etapa da vida (BARONE, 2015).

Dos 06 (seis) alunos e alunas participantes, somente 01 (um) não trabalha e os outros e outras 05 (cinco) trabalham – distribuídos os que trabalham, tem-se: dois alunos

e três alunas. A carga horária semanal está dividida em: 1 = 20 (vinte) horas; 3 = 30 (trinta) horas e 1 = 40 (quarenta) horas.

GRÁFICO - 1



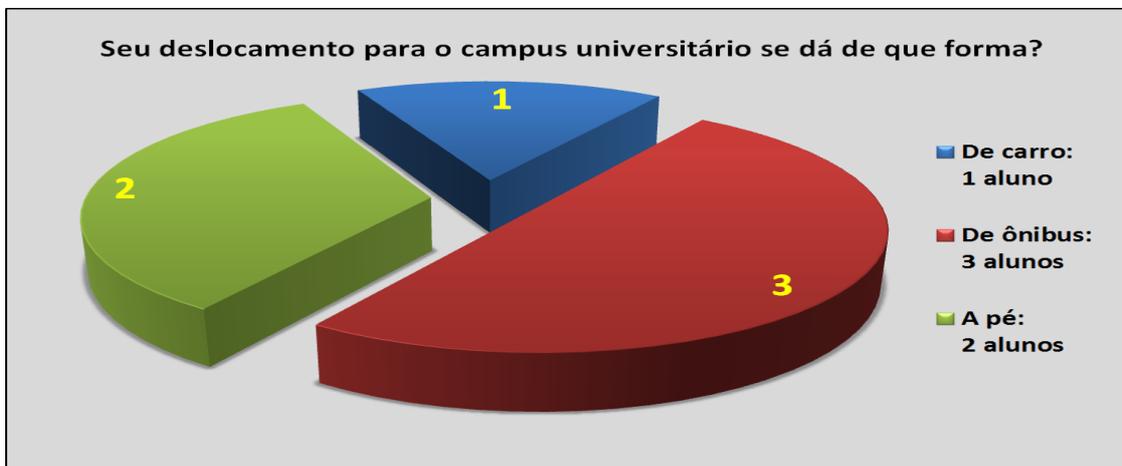
Fonte: O autor.

Das pessoas que trabalham uma é concursada na Prefeitura Municipal de Sarandi, município vizinho a Maringá, atuando em área diferente do curso que frequenta na UEM. Outra das pessoas entrevistadas atua na área de comunicação na cidade de Maringá. No caso destas duas pessoas é possível vislumbrar um padrão de rendimentos que pode lhes oferecer algum tipo de independência em relação à família, por exemplo. Situação aparentemente diferente das outras três pessoas que participaram deste estudo, estas são estagiários na própria UEM os rendimentos provenientes desta atividade não permitem entrever nenhum tipo de independência, por exemplo, em relação à família. O apoio financeiro familiar é no mínimo importante para a manutenção destas pessoas na universidade.

Esta situação reflete nas informações arroladas no gráfico 2 sobre o deslocamento das pessoas de suas residências até a universidade. O tempo dedicado ao deslocamento implica diretamente nas condições físicas e mentais com as quais o estudante, a estudante vai à sala de aula. A título de exemplo, se a pessoa trabalha oito horas por dia e tem que enfrentar uma hora de deslocamento até o local de estudo e depois mais uma ou duas horas para chegar a sua casa ela já dedicou de onze a doze horas do seu dia para essas atividades. Reduzindo drasticamente o tempo de descanso e de estudo, pois a vida de estudante universitário o tempo de estudo não se restringe a aquele em sala de aula. Dentro da amostra desta pesquisa tem-se a seguinte situação quanto ao deslocamento para o campus universitário, 02 (dois) dos alunos e alunas se deslocam a pé, pois moram

próximos à UEM, 03 (três) alunas e alunos utilizam o transporte coletivo e 01 (um) aluno vai para a universidade de carro.

GRÁFICO - 2

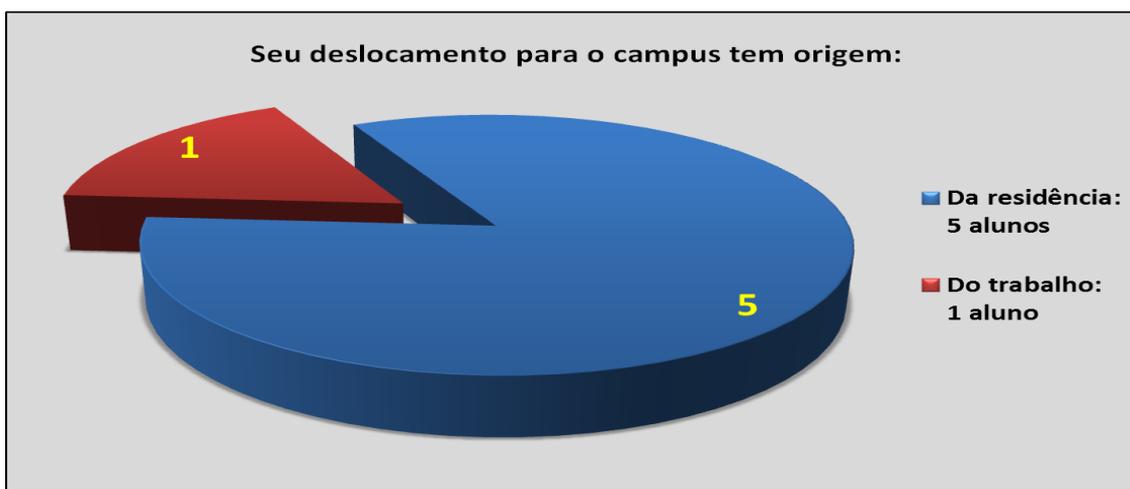


Fonte: O autor.

Das várias possibilidades de interpretação e avaliação destes dados, tendo em vistas os limites desta pesquisa cabe informar que a Zona Sete bairro onde fica a UEM tornou-se, devido à fixação da universidade ali, uma região privilegiada, ou seja, um local de imóveis valorizados, aluguel alto. Os bairros limítrofes seguem padrão semelhante em sua maioria. Assim, as pessoas que colaboram para com este estudo residem em bairros relativamente próximos, mas não bairros exatamente vizinhos a UEM. A exceção a este esquema explicativo está na Vila Esperança que apesar de vizinha a UEM ainda mantém valores de imóveis e aluguéis relativamente acessíveis se comparado ao entorno. Todas as pessoas da amostra moram com os pais. Logo, aquela projeção realizada com os dados do gráfico 1 não corresponde a realidade empírica, pois mesmo as duas pessoas com ocupações que permitiam vislumbrar alguma independência seguiam à época das entrevistas morando com os pais.

Ainda sobre este tema foi possível elaborar o gráfico 3 acerca do deslocamento para a universidade, se este partia da residência ou do trabalho, as respostas foram: 05 (cinco) se deslocavam de suas residências e 01 (uma) do trabalho.

GRÁFICO - 3



Fonte: O autor.

O percurso escolar das pessoas entrevistadas também foi algo que se procurou traduzir em um gráfico. Acerca do questionamento sobre os espaços educacionais que essas alunas e alunos frequentaram durante o ensino fundamental e médio, eles e elas responderam: 05 (cinco) em escola pública e 01 (um) apenas em escola privada.

GRÁFICO - 4



Fonte: O autor.

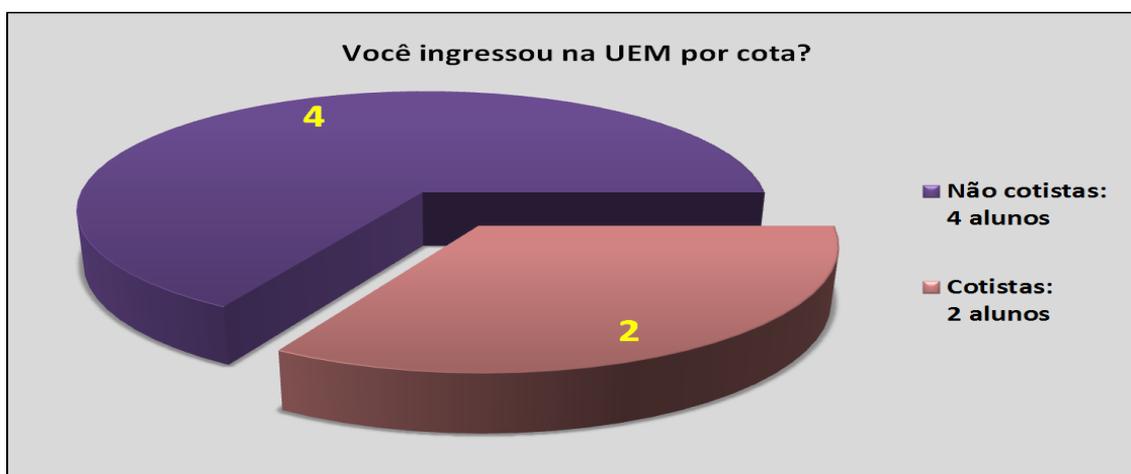
Esta informação é das mais relevantes, a circunstância encontrada na amostra remete a realidade que boa parte da população negra frequenta o sistema público de ensino, portanto, mais sujeita aos impactos do sucateamento do ensino público. A informação segue relevante porque ela alimenta a visão de que as políticas afirmativas que garantam vagas de pessoas oriundas de escola pública nas universidades sejam

suficientes para diminuir a desigualdade racial no ensino superior. Fato que não se opera na realidade empírica entre outros motivos pelo simples fato da escola pública não atender somente a população negra.

O gráfico 5 que versa sobre a forma de ingresso das pessoas na UEM é elucidativo do argumento exposto anteriormente. Para saber a respeito do ingresso dos discentes na UEM, foi questionado como isso se deu, se por cota ou não. Deve anotar aqui que à época do ingresso destas pessoas na universidade a UEM não possuía políticas afirmativas com recorte racial, desta feita as cotas cá mencionadas são as cotas sociais.²⁵ As cotas sociais são em geral associadas a discentes oriundos de escola pública devido ao seu recorde de renda.

As repostas sobre como as pessoas ingressaram são bastante interessantes, no interior da amostra 2 pessoas afirmaram terem ingressados pelo sistema de cotas sociais e 4 pessoas não. Esta informação vem a reforçar o argumento que somente as cotas sociais, apesar de fundamentais, não são capazes de diminuir substancialmente a desigualdade racial na universidade. Ela atua diminuindo outras desigualdades, mas não necessariamente a racial.

GRÁFICO - 5



Fonte: O autor.

Gomes (2012) mostra que mesmo com os avanços no que diz respeito à pauta da educação para as relações raciais, ainda há muito para melhorar. Nos últimos anos houve também avanços significativos nas discussões envolvendo a questão da igualdade racial,

²⁵As cotas sociais existem na UEM desde 2010 - Resolução n.º 012/2010-CEP

de gênero, educacional. Uma dessas melhorias seria promover os debates a respeito das cotas raciais, que merece reflexões mais profundas por todo o Brasil. Para Zuri, acadêmica do curso de Ciências Sociais

[...] ser cotista não me faz diferente, faz ser importante para o meus... reconheço a necessidade das cotas e vejo que os benefícios são muitos. Igual a mim, acredito que existem outras pretas e pretos que sonham em estar na Universidade, sendo referência para seus familiares e amigos, mas as condições passadas não lhes proporcionaram esse ingresso e as cotas vêm minimizar erros contra nós negras e negros [...]

A intenção da pesquisa era a de abranger outros cursos da área de licenciatura, para além dos mencionados, Ciências Sociais e Letras, porém por conta da pandemia (SARS-CoV-2 – COVID19) foi impossível fazer novas entrevistas, conforme citado, e aqueles alunos e alunas contatados e contatadas não deram retorno as solicitações feitas por e-mail ou outros meios eletrônicos.

Dos discentes e das discentes que participaram da entrevista, 02 (dois) estudam no período diurno e 04 (quatro) no período da noite. Acerca do turno sempre é relevante destacar que a oferta dos cursos, em grande medida, independe da vontade das e dos estudantes e sim da instituição. Portanto, é viável inferir que o turno do curso ofertado atua sobre a escolha das pessoas antes mesmo do ingresso delas na universidade. Por exemplo, se a pessoa sabe que terá trabalhar durante os estudos sua tendência é optar por cursos não integrais e noturnos. Algo que escapa as possibilidades deste estudo, mas que fica como indagação é como a distribuição, a oferta de cursos por turnos se integral ou não torna ele mais ou menos acessível a população negra.

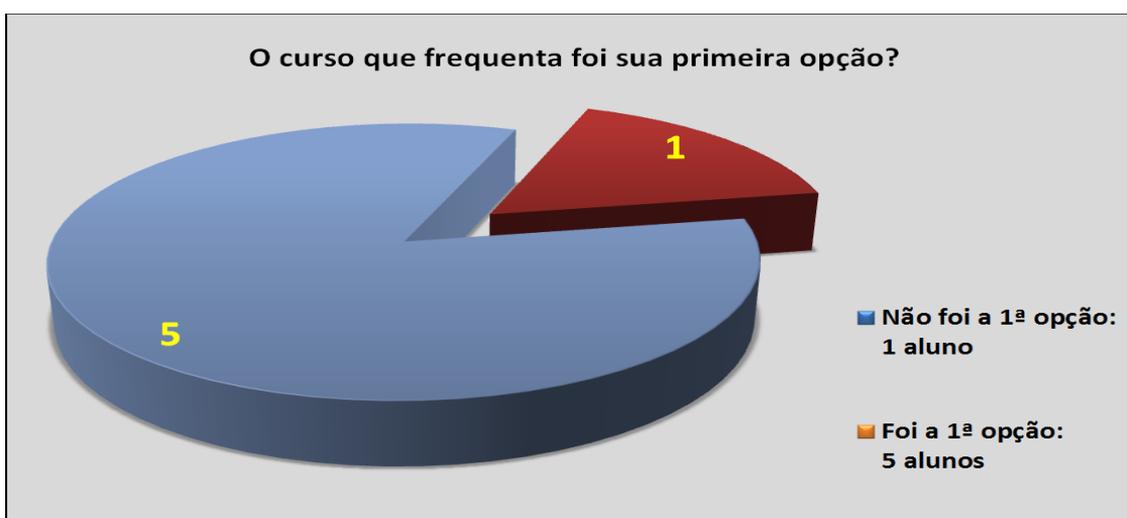
GRÁFICO - 6



Fonte: O autor.

Ao perguntar se a escolha do curso foi a primeira opção, responderam: 01 (não), não foi a primeira opção e 05 (cinco), sim, foi a primeira opção. Indagar se a escolha do curso se deu em primeira opção ou não ganha sentido neste trabalho por ser algo que pode indicar o conhecimento da pessoa acerca do curso. Este conhecimento sobre o curso de graduação pode ser um indicador do capital cultural da estudante e do estudante adquirido em casa ou na escola.

GRÁFICO - 7



Fonte: O autor.

O discente Danso que disse não ter sido sua primeira opção comentou que,

Num primeiro momento, pensando na área de humanas, mas cursos que pudessem dar maior amplitude na área de atuação, só depois que iniciei o curso pude perceber como ele é amplo, podendo o profissional atuar em várias linhas, e outras estão se abrindo de acordo com as novas tecnologias. E já respondendo a próxima pergunta, não cheguei a prestar vestibular para outro curso, apenas me questionava antes da inscrição.

É importante entender que essa escolha em se falando de estudos, ou seja, pensar em frequentar, ou não, um curso superior, é também uma ruptura na vida da adolescente e do adolescente vivendo sob as ordens dos pais, é o momento de se tomar uma decisão. A escolha do curso a ser frequentado é exclusiva da aluna ou aluno. O discente Bomani argumenta

[...] a identidade com o curso foi o primeiro ponto. Já gostava das disciplinas e das discussões geradas no ensino médio quanto à filosofia e sociologia, e na UEM poder expor as ideias de maneira mais concreta, ou mais sensível é uma realização [...]

Pode ter influência dos pais, porém quem vivenciará o dia a dia da Universidade é a discente ou o discente, por isso compreender que esse momento é uma divisão entre passado e futuro contribui com o entendimento de muitos porquês na vida da estudante e do estudante, pois essa transição do ensino médio protegido por certezas passa a ser marcado, no ensino superior por graus elevados de seleções, e uma delas de impacto imediato “futura profissão”. A discente Jendayi fala

[...] fui influenciada positivamente, e a partir das conversas, dos exemplos, do prazer que a pessoa mostrava, despertou em mim a vontade de fazer o curso, e foi a melhor escolha que fiz [...]

Outros e outras discentes participantes da pesquisa se posicionaram para Ayana:

Feliz e muito consciente, sim, foi minha primeira opção. Nunca pensei em fazer outro curso, me identifiquei com a grade. Antes da inscrição li a grade. As disciplinas me deixaram mais curiosa.

Por sua vez, Jafari diz:

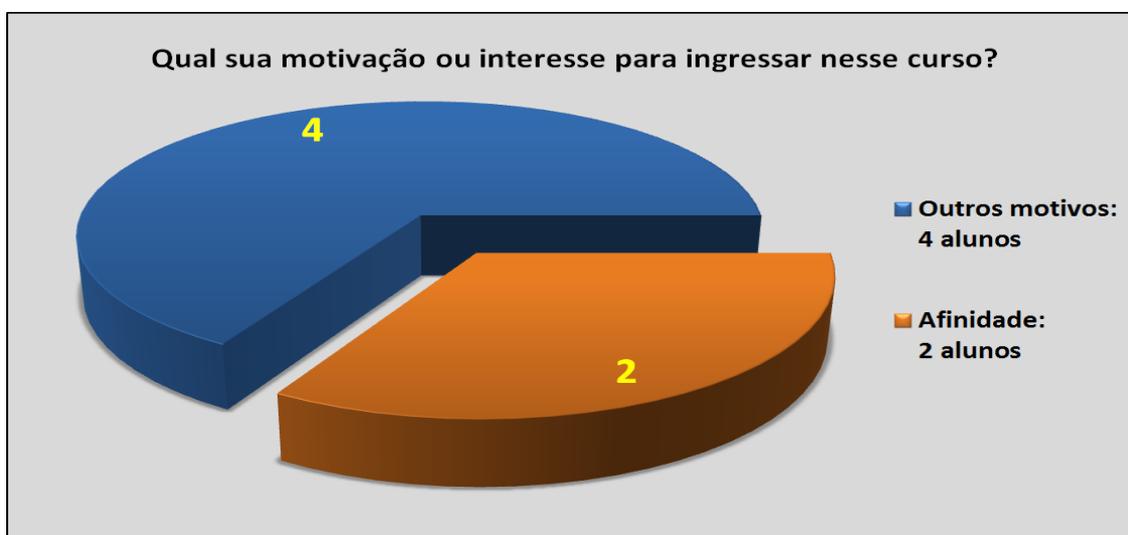
Primeira opção, sem sombra de dúvidas. Eu já queria muito fazer o curso, e desde o último ano do ensino médio, comecei a pensar nessa possibilidade o que se tornou realidade com a aprovação no vestibular.

Zuri afirma que

Independentemente do que me falavam eu pensava em fazer o curso, pois a escolha era minha e assim fiz. Após ingressar vi que tinha feito a opção certa. A realização é pessoal, não tem como transferir de pai para filho, de irmão para irmão, de amigo para amigo. Prestar vestibular dois vestibulares, mas para o mesmo curso.

Ao questionar as estudantes e os estudantes qual foi o motivo do interesse em ingressar no curso escolhido, a esta resposta 02 (dois) disseram que foi por afinidade e 04 (quatro) responderam que foi por outros motivos:

GRÁFICO - 8



Fonte: O autor.

As alunas e os alunos ao disseram que a escolha do curso se deu por afinidade, a intenção foi a ir mais adiante em temas pelos quais elas e eles de certa forma já alimentavam uma simpatia por princípios como política, questões sociais, por exemplo, desejavam compreender melhor a realidade social pela qual as pessoas passam nos dias atuais, e quem sabe poder contribuir de maneira positiva para minimizar os sofrimentos.

A aluna Ayana disse

[...] total afinidade com o curso. Sempre li muito. E vi no curso a oportunidade de ampliar essas leituras. A sociologia é apaixonante e discutir isso me levou a querer mais, a buscar um conhecimento que pudesse dar conta das minhas perguntas, dos meus anseios [...]

Jafari

[...] afinidade com a grade curricular do curso. No ensino médio eu gostava muito das aulas de filosofia e sociologia, tínhamos discussões e eu conseguia fazer parte daqueles questionamentos, pois também me questionava. Antes de me inscrever para o vestibular procurei fazer um feedback, olhei a grade e em uma mostra de profissões me vi no curso, assim prestar o vestibular com toda certeza do que queria [...]

Segundo as acadêmicas e os acadêmicos seguintes, a influência recebida ao longo da vida foi o grande fator motivador quando da escolha do curso.

O aluno Bomani expõe

[...] o interesse foi despertado no ensino médio. Falar em política, sociologia, isso me levou a querer saber mais do ser humano, a entender melhor o homem, onde este está no mundo e como nós somos definidos e posicionados”.

Por sua vez, a acadêmica Zuri argumenta:

Digo que foi por influência que tive durante o ensino médio. Eu já participava do meio negro, já era militante, mesmo de forma primária. Fui me aprofundando na vivência e o curso escolhido veio para dar sustentabilidade ao conhecimento empírico, assim a teoria e a ciência se juntaram aos conhecimentos absorvidos na adolescência durante o ensino médio.

Para Danso

Exemplo que tive em casa de dedicação pela profissão. A qualidade de profissionais me fez pensar em querer ser um deles, poder contribuir positivamente com a realidade do ensino, e quem sabe ajudar pessoas a serem melhores. Talvez seja muita ambição, mas é um desejo pessoal.

Ao trazerem esse ponto de vista para o estudo, abordando a questão da influência e do exemplo, os alunos e alunas fazem menção ao que é recebido ou passado de pessoa para pessoa podendo ser intrafamiliar, de amigos ou profissionais de uma mesma empresa. Claude Forquin (1997)²⁶ declara que valores culturais são transmitidos e estes são riquezas envolvendo conhecimentos, habilidades e valores que os acompanhará por

²⁶ FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. (Trad. Guacira Lopes Louro). Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1997. Forquin é professor da UFR de *Psychologie, Sociologie et Sciences de l'Education* da Universidade de Rouen, na França, desde 1.970. Suas produções científicas discutem economia, política, instituições sociais, escola, cultura, ensino e educação. A obra aqui apresentada traz questões voltadas para o ensinar e a cultura a ser transmitida que envolve a reciprocidade.

todo vida. Esses requisitos, entre outros, serão aperfeiçoados, outros apenas discutidos e outros serão esquecidos, mas farão parte dessas vidas, pois são bens adquiridos no coletivo. Para a aluna Jendayi essa questão da reciprocidade está bem clara

[...] como disse, fui influenciada e isso foi bom. Bons exemplos também precisam ser seguidos, afinal somos um conjunto e que esse conjunto possa estar o mais afiado possível para se ter bons sons, e esses sons possam chegar a outros ouvidos. Recebi e recebo bons exemplos, também quero transmitir os meus da melhor forma possível [...]

Quanto ao grau de satisfação para com o curso escolhido, em relação à grade curricular das entrevistadas e entrevistado participantes do curso de Letras, as respostas foram de que necessitavam de maiores discussões e menos reproduções, ou seja, na visão das alunas e do aluno poderia se trabalhar a partir do já existente e, buscando o diferencial, trabalhar a criatividade.

GRÁFICO - 9



Fonte: O autor.

O número de alunos frequentando as Universidades pelo Brasil é crescente, por motivos variados. Um deles são os programas federais desenvolvidos nos governos passados, que dão apoio aos menos favorecidos, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o **Programa Bolsa Permanência Prouni (PBP ProUni)**, O Programa Bolsa Permanência (PBP), **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**, entre outros.²⁷

²⁷ Maiores informações podem ser obtidas consultando Programas e Ações do MEC, disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoas>>. Acesso em: 14 mar. 21.

Esse aumento do número de alunos frequentando universidades também é decorrente do número crescente de Instituições de Ensino Superior por todo território nacional brasileiro dado início nos anos 2000, comprovado pelo Ministério da Educação. Esse cenário abrange jovens que trazem consigo outras realidades, falas e vivências diferentes de outrora, ou seja, um público mais questionador, mais ansioso por conhecimentos e também mais participativo.

Quanto observado nas entrevistas que a maioria das entrevistadas e dos entrevistados se disseram satisfeitos com o curso, a ideia desses alunos e alunas foi justamente mostrar isso. Eles estão na Universidade, sabem ou acreditam do que ela é capaz, mas querem sempre mais, não se satisfazendo com pouco. Isso pode ser observado na fala do discente Danso do curso de Letras

[...] esperava maiores discussões e menores reproduções, trabalhar a partir do já existente com uma fala diferenciadora. Parece que falta criatividade ou a uma padronização discursiva entre os professores. Existe uma base curricular, e como o nome mesmo diz, base e não somente o que ali está escrito, pronto. Os complementos são necessários, pois no dia a dia iremos encontrar diferentes situações de que precisaremos dar conta, e se não estivermos bem embasados cientificamente, somente vivência acredito que não supre a necessidade dos nossos ouvintes, sejam alunos, familiares, ou do grupo ao qual pertencemos [...]

As expectativas das estudantes e dos estudantes universitários também mudaram. Esses alunos e alunas buscam maior contexto, outras palavras envolvendo a realidade social vivida neste século XXI e, que o espaço social educacional possa contribuir com essas vidas negras e seus desafios quando formados. A acadêmica Ayana

A ampliação do conhecimento sempre é bem-vinda, mas o aprofundar e especializar no que se vê é muito importante. A contribuição da grade curricular irá nos ajudar em outros campos, como por exemplo, o estudo da linguagem, a qualificação sobre a língua portuguesa, tudo isso ligado a discussões atualizadas e vivenciadas no dia a dia das pessoas. Agora é bom lembrar que iremos enfrentar situações desafiadoras, nada pode ser romantizado. Existem dores, lágrimas, sofrimentos, mas também existem lutas, e falas vivenciadas, cabe a nós contribuir com nosso povo a partir do que aprendemos nos bancos acadêmicos.

Para a aluna Jendayia

Estou satisfeita pois sei que sou participante ativa dessa realidade, e com os conhecimentos adquiridos na UEM sei que posso buscar novos para ampliar esses. A ciência não é fechada, bem por isso nós alunos temos o dever de crescer infinitamente. As disciplinas estão presentes para nos orientar, mas nós temos a missão de buscar mais. Se eu quero contribuir com algo profissionalmente, não posso parar, e o início já tenho, agora a obrigação é continuar a caminhada de onde meus professores pararam.

Por outro lado, a aluna e os alunos, do curso de Ciências Sociais, quando entrevistados, entrevistada em se tratando de grade curricular, disseram que as discussões são atualizadas, com falas diretas, indo ao encontro do que acontece na realidade. O aluno Jafari disse que

[...] as discussões são sempre atualizadas, não há meias palavras, pois, as falas vão ao encontro do que realmente aconteceu e está acontecendo, ou seja, os discursos são autênticos, são vivências. É a realidade e essa é existente no meio social em que nos encontramos. Aqui no espaço acadêmico também têm diferenças de classes, pessoas que não acreditam, outras que além de acreditar são guerreiras, e a grade auxilia nessas questões, pois para falar é necessário que tenhamos o que falar, mesmo que seja de material didático [...]

A grade curricular representa de maneira ímpar o curso escolhido, pois depende dela a estruturação, abordagens e pesquisas; o próprio funcionamento do curso de graduação, pois as acadêmicas e acadêmicos se pautam pelo que estudam a cada ano e ao término do curso têm noção do todo, justamente pelas provocações não engessadas advindas das discussões realizadas, procurando formar profissionais preparados para a realidade atual. Para a discente Zuri

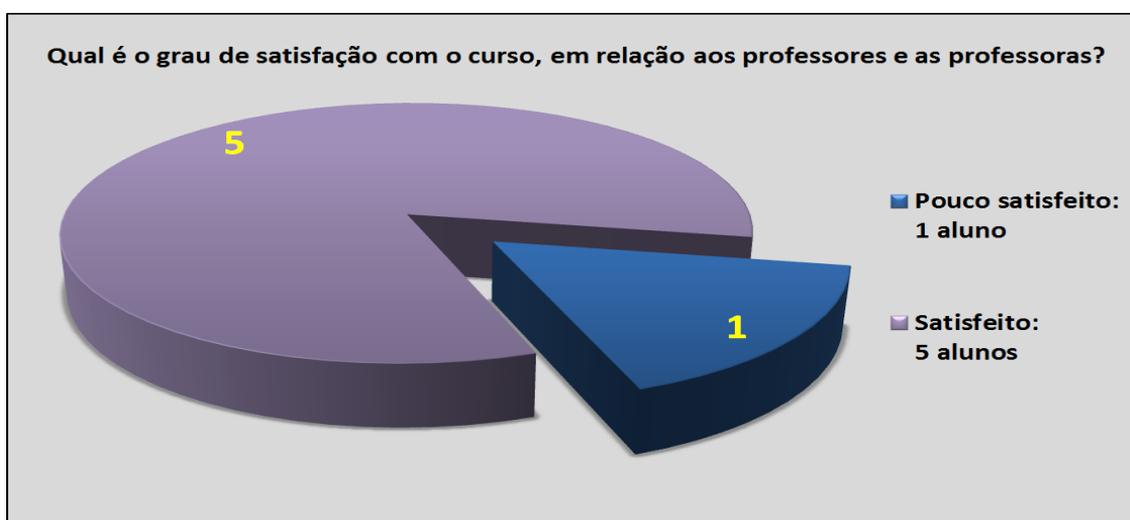
O conhecimento só é benéfico, e quanto mais o temos, mais podemos contribuir com o do outro. Esta é minha visão quanto ao aprendizado e o curso está me proporcionando isso, com os conhecimentos científicos determinados na grade, podemos inovar, trazer para o meio acadêmico realidades que vivemos ou vemos, ou nos relatam. A cada dia vejo que posso ter bem mais a falar, a discutir com vivência da fala, a partir do que vejo, ouço, leio e aprendo. A beleza da ciência é essa, há sempre algo novo a ser acrescentado, a ser discutido, a sempre um ponto de vista diferente do que nos apresentam, o importante é ter liberdade de expressão.

O acadêmico Bomani

As questões sociais precisam ser discutidas, colocadas às claras, falar da vivência do homem, mulher, falar do meio em que vivemos, da cultura, dos diferentes grupos, de questões relacionadas a gênero e classes. Das nossas alegrias, tristezas, lutas diárias. E este curso proporciona isso, temos uma base curricular e a partir desta contribuímos com outras leituras científicas e vivências complementares, tudo isso nos faz bem, nos faz sentir vivos e participantes do meio.

No que se refere aos professores e professoras do curso de Ciências Sociais, com relação à questão da satisfação, a aluna e os alunos se mostraram satisfeitos, porém com algumas ressalvas.

GRÁFICO – 10



Fonte: O autor.

A satisfação está relacionada às expectativas adquiridas, bem como no desempenho da discente e do discente no decorrer do curso, ou seja, o alcance de seus objetivos, os resultados positivos e quanto à eficácia na aplicabilidade do que aprendeu. Essas podem ser observadas na fala do discente Jafari ao comentar

[...] estou satisfeito. Há o que melhorar, é sempre importante, crescer, progredir, elevar o conhecimento; se for analisar friamente, nem todos os alunos e alguns professores estão engajados com o princípio do curso, ou seja, em que estágio o Curso de Ciências Sociais pretende chegar a partir de seus alunos? Como nós alunos representamos o curso, pois nossas falas vêm dos nossos ensinamentos, nossos professores são formadores de opinião e conhecimento e nós somos formandos, um material em construção [...]

Por sua vez Zuri destaca

Estou satisfeita. Há professores que traduzem seu discurso em prática há professores que o discurso não representa a prática. Têm sempre uma divergência ou outra. Existem os professores que mostram a realidade em suas falas, ações e reações, como por exemplo, em manifestações promovidas por alunos e lá estão eles, os professores dando apoio em nome de um princípio defendido no curso em sala de aula, se posicionando, mostrando na prática o que nós alunos devemos fazer, ser, praticar. Isso é maravilhoso, isso é gratificante, pois sabemos que temos em quem nos espelhar.

Bonami pontua

O curso proporciona condições aos alunos de discutirem suas realidades, por isso estou satisfeito. E os professores de posse do conhecimento, dão sustentabilidade para nós, eles despertam a compreensão nas diversas áreas do curso, sem contar que nos dá fundamentos para interagir com outros grupos falando de socialização, levando ao aproveitamento prático, que acredito ser o ideal na formação universitária.

As alunas e o aluno do curso de Letras, ao responderem a respeito da satisfação em relação aos professores, professoras e sua didática, apresentaram argumentações que necessitam ser vistas com atenção, existe uma percepção de que o crescimento estudantil não ser responsabilidade somente da docente ou do docente, é, segundo as discentes e o discente uma questão de comprometimento de todos.

A aluna Ayana declarou

[...] estou satisfeita uma vez que o curso também é o retrato dos alunos e não somente dos professores. Temos excelentes profissionais. Professores comprometidos, pesquisadores, inovadores e que falam conosco, ou seja, usam nossa linguagem, aquela que nós usaremos com o nosso futuro público, e isso é bom, pois não se pode fantasiar a realidade. Os conhecimentos são transmitidos, cabe a nós transformá-los em material sólido, compreensível aos nossos ouvintes [...]

Danso informa o seguinte

Digo pouco satisfeito porque para alguns professores a prática é diferente da teoria. Fala-se muito bem, tem conhecimento de causa, mas no momento em que há uma situação em que se pode mostrar para que serve o curso, um momento tangível, a realidade é outra, e assim perdem-se grandes oportunidades de mostrar a importância do curso. Explanam muito bem, a retórica é louvável, mas acredito que nós alunos iremos para a prática necessitando de algo a mais que belos

discursos, boas falas. A prática é mais concreta, mais sólida, mais verdadeira.

No tocante às questões sociais, é preciso falar da vivência das pessoas que preenchem esses espaços sociais, falar do meio em que vivem, da cultura, dos diferentes grupos, de questões relacionadas a gênero, política entre outros. E os cursos trabalhados na pesquisa proporcionam isso, ou seja, dão condições aos alunos e alunas de discutirem suas realidades. E os docentes e as docentes de posse do conhecimento, dão sustentabilidade e despertam a compreensão, levando ao aproveitamento científico/prático que faz parte do ideal na formação universitária.

A aluna Jendayi argumentou dizendo que

[...] a satisfação também tem muito a ver com a gente enquanto aluno. Não se pode esperar tudo do professor, nós devemos fazer nossa parte. Eu estou satisfeita, pois o que precisei até o momento foi oferecido. Também é preciso ver o que o Estado disponibiliza aos professores e o que ele repassa, acredito que tudo o que ele recebe, é repassado e chega ao curso, inclusive em vários momentos com dinâmicas e exposições inovadores [...]

Quanto à inclusão social, o Ministério da Educação (PORTAL.MEC.GOV.BR, 2009) em sua produção que trabalha a questão ética e cidadania apresenta o jovem como protagonista nesse contexto contemporâneo. O Ministério da Educação diz que há maiores dificuldades para esse público no tocante à sua inclusão e permanência na sociedade, pois mesmo sendo crescente a escolarização, há um pré-julgamento estereotipando esses jovens como, por exemplo, pessoas irresponsáveis, rebeldes, inexperientes e esquecendo-se das desigualdades e diversidades existentes que o meio impõe aos mesmos. Uma prova disso é o mundo do trabalho.

[...] é consensual o reconhecimento das transformações que atravessam o mundo do trabalho: novas tecnologias e modelos organizacionais, surgimento e desaparecimento de ocupações, novos requisitos para obtenção de empregos, aumento do desemprego em termos de volume e tempo de duração. Essas mudanças, entretanto, não afetam de modo homogêneo e nem ao mesmo tempo os diferentes países, regiões, setores produtivos e perfis de trabalhadores. (PORTAL.MEC.GOV.BR, 2009, p. 6).

Partindo do princípio de que a ideia é contribuir com a construção de uma sociedade mais democrática, faz-se necessário entender qual a relevância da aluna e do

aluno universitário em sua formação, e que esta lhe permita a inclusão nos mais diferentes meios sociais de maneira igualitária, fazendo desse cidadão e dessa cidadã, agentes ativos na estrutura socioeconômica, excluindo a reprodução nociva do racismo. Faz parte dessa luta educacional o combate à desigualdade racial, isso é inquestionável, pois sem mudança de comportamento e conhecimento, não se chega a uma sociedade democrática.

E ao questionar as participantes e os participantes a respeito do trato para com as pessoas, no tocante ao marcador identitário no Brasil e, em especial, aos aspectos raça e cor, os alunos e aluna do curso de Ciências Sociais com os quais trabalhei mostraram que o vivenciam no seu dia a dia.

O aluno Bomani entende que

[...] é importante ter ciência de que o trato diferenciado existe sim, de maneira clara ou velada ele está presente no nosso dia a dia. A questão identitária não é tratada com a seriedade que deveria ser tratada, pois a todo momento vemos reportagens mostrando o desrespeito e o crime racial; seja por parte dos poderes constituídos ou por civis essas transgressões sociais nos acompanham. Há os que procuram ocultar esses desmandos, impedindo o crescimento plural da cultura, cujas pluralidades só têm a acrescentar nas reflexões das pessoas, e dando suporte para as tão sonhadas mudanças de maneira homogênea [...]

E ao questionar as participantes e os participantes a respeito do trato para com as pessoas, no tocante ao marcador identitário no Brasil e, em especial, aos aspectos raça e cor, os alunos e aluna do curso de Ciências Sociais com os quais trabalhei mostraram que o vivenciam no seu dia a dia.

O aluno Bomani entende que

[...] é importante ter ciência de que o trato diferenciado existe sim, de maneira clara ou velada ele está presente no nosso dia a dia. A questão identitária não é tratada com a seriedade que deveria ser tratada, pois a todo momento vemos reportagens mostrando o desrespeito e o crime racial; seja por parte dos poderes constituídos ou por civis essas transgressões sociais nos acompanham. Há os que procuram ocultar esses desmandos, impedindo o crescimento plural da cultura, cujas pluralidades só têm a acrescentar nas reflexões das pessoas, e dando suporte para as tão sonhadas mudanças de maneira homogênea [...]

A forma de trato das pessoas entre si, da instituição para com as pessoas tem segundo as e os informantes posturas diferentes de acordo com o marcador racial. Bomani indica em sua fala que isso se procede de várias formas denotando que o caráter dissimulado é um dos preferidos. O gráfico 11 procura indicar como as pessoas da

amostra percebem se elas concordam com o trato das pessoas no tocante ao marcador cor/raça.

GRÁFICO - 11



Fonte: O autor.

As diferenças de tratamento são problematizadas da seguinte forma por Zuri

Acredito que, ao passo que se tem novas tecnologias, há uma certa democracia e divulgação dos trabalhos realizados junto aos menos favorecidos. Porém quanto ao trabalho realizado, em termos de ideias e transformações sociais estas estão aquém da realidade nacional, não atinge os que realmente necessitam, inclusive a questão de reconhecimento quanto aos direitos, estes não são debatidos, não são discutidos, não são disponibilizados de maneira a estar próximas de pessoas que são atingidas diretamente, contribuindo sim com a heterogeneidade no país. As transformações são recorrentes no mundo, as tecnologias, as organizações e tudo isso afeta as pessoas. Agora se não há um planejamento com políticas que possam auxiliar as pessoas, quando acontecerá a tão sonhada mudança de maneira que contemple a todos igualmente? Nunca. Pelo contrário, o que vemos é o aumento das diferenças, o desemprego, a desigualdade social, a intolerância e assim vai.

Jafari versando sobre o mesmo ponto argumenta

E existem muitas diferenças e desigualdades, conforme diz o texto acima não se tem homogeneidade, não se trabalha pensando no todo e menos no corpo igualitário. Tratar da mesma maneira significa esquecer o individual e lutar pela condição humana justa a todos, que possam ser compartilhadas e não para essa globalização desenfreada que reduz ao nada os povos. O curso proporciona condições aos alunos discutirem suas realidades. E os professores de posse do conhecimento, dão sustentabilidade para nós, eles despertam a compreensão nas

diversas áreas do curso, sem contar que nos dão fundamentos para interagir com outros grupos falando de socialização, levando ao aproveitamento prático, que acredito ser o ideal na formação universitária.

As falas mobilizadas caminham para além do ambiente universitário, contudo este está inserindo nesta dinâmica de perceber as diferenças de tratamento devido a condição de cor/raça.

As pessoas que participaram da pesquisa, do curso de Letras, ao comentarem acerca de marcador identitário, carregam em suas exposições a questão dos direitos humanos, de que muito se fala e pouco se faz já que as práticas igualitárias se apresentam com enormes diferenças, e essas diferenças saltam aos olhos se o que estiver em jogo for a questão do perfil na busca pela inclusão e permanência nos diferentes meios sociais.

Danso se expressa sobre a questão da seguinte forma

[...] o sujeito é considerado de maneira diferente estando dentro do contexto educacional enquanto aluno, e fora dele, com seus princípios e vivências culturais. Não consegui perceber esse contexto que vivenciamos na universidade lá no ambiente externo. Não há diálogo que nos dê capacidade para nos posicionarmos. Talvez tenha que partir de nós, mas não vejo espaço para que isso aconteça. Essa homogeneidade falada pelo Ministério da Educação que não existe, é bem real, pois sabemos das novidades tecnológicas, mas se nós não fizermos parte desse universo novo que se apresenta, por falta de condições financeiras, as exclusões só tendem a crescer, e as ocupações como dito, infelizmente não serão igualitárias nunca [...]

Danso denota que as dificuldades de diálogo entre mundo da universidade e o mundo externo. A universidade faz parte de mundo externo, evidentemente, contudo ele tem características próprias também, assim marcadores pouco efetivos no interior deste ambiente podem ser o contrário fora dele. Danso ainda indica distância entre as falas inclusivas e as práticas de fato inclusivas, tecnologia inclui quem afinal de contas, por exemplo.

As argumentações mostram pontos de vista pensados no momento atual e o que se apresentam para o futuro, sabendo que a questão do marcador identitário na sociedade os diferenciam em meio a um determinado espaço social.

Para Ayana

Estou pensando no horizonte que se apresenta. Estou concluindo minha graduação e vejo que as causas envolvendo a população negra, na verdade continuam em grande parte no papel. Aqui no campus em

momentos marcados, nos grupos de militância, existem exposições e lutas de resistência, mas no dia a dia, prevalece, mesmo que velada, a discriminação racial, a intolerância. Os parâmetros de justiça, de ética, solidariedade e relações sociais são timidamente revelados por um ou outro. Talvez o que nos falte é justamente alicerces. Boa base construída nos bancos escolares, fortalecendo nossa voz, e nosso povo; dando corpo ao grupo, e desfazendo a ideia de que se trata de movimento. Não se trata de movimento, mas sim de vidas, de pessoas, de gente consciente de seus direitos, seus deveres, suas angústias, necessidades, vontades. Pois somos um povo que foi afastado de sua religião, família, bens, valores, costumes, para dar seu suor, sangue e leite aos senhores, mas isso não se fala nas escolas. Eu sei que há debates sobre as questões étnicas e raciais em vários países pelo mundo, mas no Brasil nós negros somos um número grande, e porque hoje não conseguimos a tão sonhada igualdade. Ganhamos menos em termos de salários, as ocupações nos cargos também são diferenciadas, as seleções na disputa por vaga em empresas e nos concursos públicos em certos casos, ou para determinados cargos são injustas, e existem os que dizem que vivemos em um país livre.

Jendayi diz

Os negros apresentam desvantagem nos aspectos educacionais, como por exemplo, início tardio, falta de incentivo ou acompanhamento por parte da família, por inúmeros motivos, falta de referência familiar e social, falta de conhecer que há discussões sobre valor e dignidade pessoal, bem como não conhecem seu potencial, nem lhes são dados oportunidades para desenvolvê-lo.

Diante do exposto, é possível inferir que os alunos e alunas estão engajados, dispostos a fazer a diferença no seu meio. Considerando isso, ressalta-se que pertencer é mais que estar presente, é fazer-se presente e ter ações transformadoras. Sob o mesmo ponto de vista, Ana Paula Brandão (2010) argumenta que existe a necessidade de valorizar as manifestações e os conhecimentos a fim de reduzir o quadro preconceituoso e discriminatório disseminado durante a história brasileira. Brandão (2006) apresenta que existem demandas da população negra que não foram atendidas,

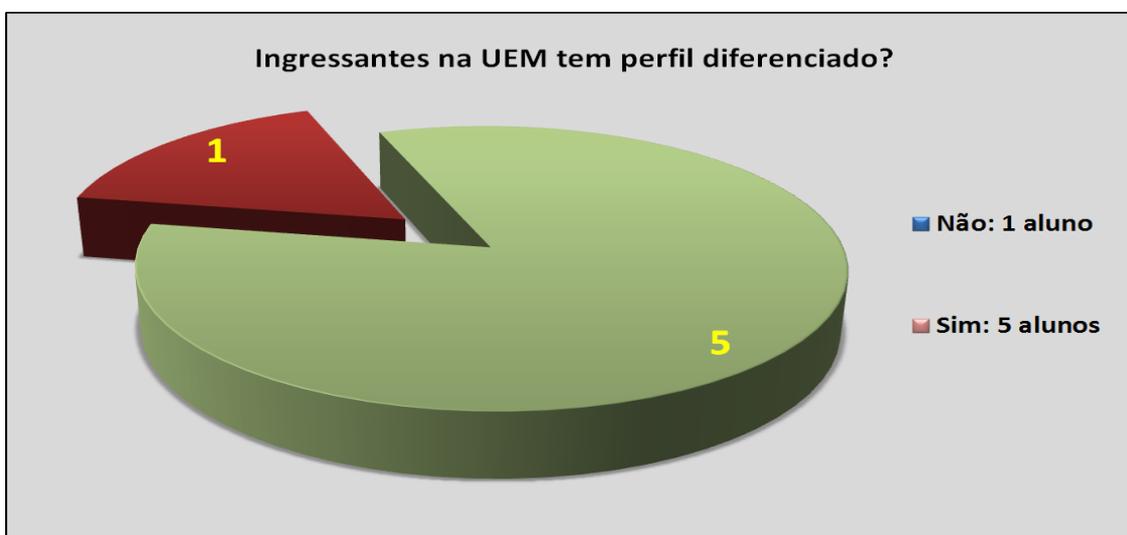
[...] na verdade, transcendem em muito esse estrito setor de nossa sociedade. A causa dos negros aponta para uma mudança no patamar de relacionamentos entre todos os grupos raciais, que, ao contrário do que prevalece nos dias atuais, deve ser regido por parâmetros justos, éticos e solidários. Por essa razão, temos plena consciência de que a luta contra o racismo, a discriminação racial e todas as formas de intolerância em relação às diferenças deve ser assumida como uma causa de todos os brasileiros e brasileiras, que de um modo ou de outro acabam sendo prejudicados pela persistência de relações sociorraciais

fundadas em alicerces sumamente assimétricos (BRANDÃO, 2006, p. 23).

Há uma fantasia dita da existência da democracia racial; necessita-se falar e mostrar a intenção da mensagem implícita e, em concordância com Brandão (2006), o projeto de abrandar, suavizar a questão racial está presente na fala e nas ações de quem detém o poder para tal. A elite euro-descendente fala da mestiçagem, mas não fala de vidas negras, da intolerância racial, da heterogeneidade, das origens étnicas não discutidas desde cedo nos espaços educacionais. E não trazendo a realidade para os meios em que se pode despertar conhecimento e entendimento, o passado vai ficando mais limpo das marcas físicas e culturais (BRANDÃO, 2006).

Para trabalhar o perfil, houve a necessidade de situar os discentes e as discentes quanto às perguntas, e a ideia foi falar um pouco sobre a escola pública, a realidade das profissionais e dos profissionais de educação e sobre pesquisas nestes espaços. Ao se perguntar a respeito do perfil das discentes negras e dos discentes negros ingressantes na UEM, se essas pessoas possuíam um perfil particular. Deste movimento se obteve o seguinte gráfico.

GRÁFICO - 12



Fonte: O autor.

Danso apresenta uma visão próxima a universalismo generalista, aquele que trata as pessoas como todas iguais, somente na retórica, pois na prática se tipo de visão igualitária é mobilizada justamente para destacar a diferença. Nas palavras de Danso

Não há perfil diferenciado a meu ver no ingresso há homogeneidade, são jovens negros e negras e brancos e brancas buscando conhecimento, são colegas de turma com a intenção de aprender. Olhe bem, eu digo ingressantes, deixar bem claro. As mudanças podem acontecer com o passar do tempo, agora, em que momento isso acontece é meio difícil dizer, pois todos nós, alunos, ao ingressarmos na universidade, bonito, tudo é novo, inclusive essa questão identitária. Às vezes me pergunto, será que não é o meio que nos muda? Não sei. Mas para mim no início tudo é igual.

Ao dizer que no início tudo é igual Danso longe de estar equivocado, permite pensar o quanto é difícil perceber que as pessoas partem de pontos diferentes de experiências de vida particulares. Visualizar que o sucesso e o fracasso estão, na maioria das vezes, para além dos méritos ou deméritos individuais não se configura em ação das mais simples. Notadamente, as pessoas que não fazem parte das elites, não compartilham da cultura da elite e, portanto, tendem a ter maior dificuldade em se afinar com a cultura escolar, uma vez que como já mencionado neste trabalho ela costumeiramente está em consonância com a cultura de elite.

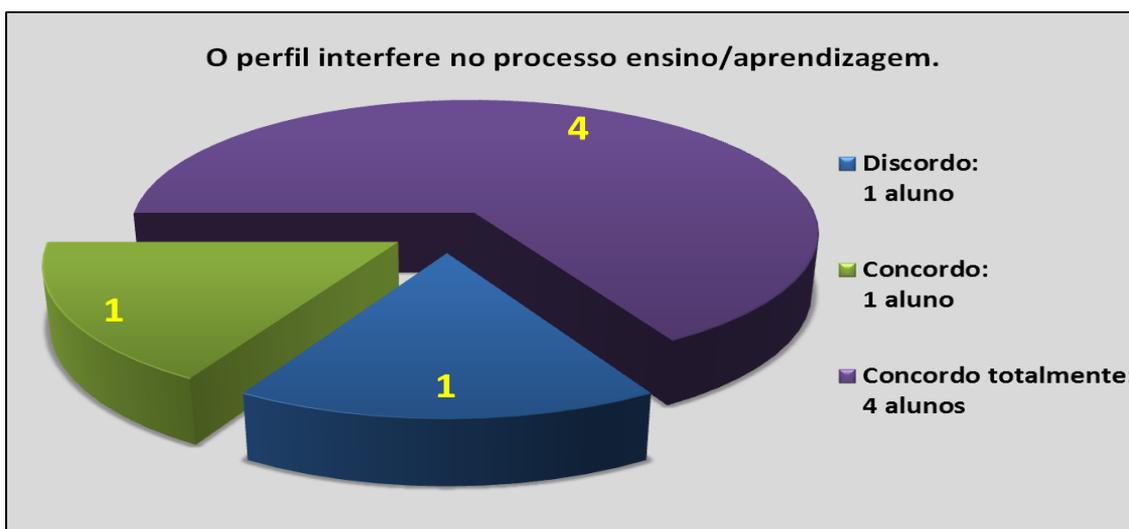
Jafari ao discorrer sobre a mesma temática vai em caminho distinto

A diversidade existe e isso é real, não há como negar. As experiências e origem familiar, religiosa, social, apresentam os alunos negros com características próprias e nossas trajetórias falam muito deste universo particular. E, ao tratar ou se postar de maneira diferente, ou se vestir, somos tachados, marcados, se as marcas não aparecem de maneira explícita, ela vem de outra forma, camuflada, oculta numa “brincadeira”, num esquecimento para um convite de uma festa particular, enfim, de algum jeito é marcada essa exclusão, essa diferenciação. Eu acredito sim que nosso perfil é diferente dos não negros, e eles sabem disso.

Para Jafari existem capitais culturais distintos, de forma que as pessoas ingressantes têm perfis diferentes. Tais diferenças perpassam cor/raça, gênero e classe. Jafari permite visualizar um tipo de formação que facilitou a ele perceber que as pessoas partem de pontos diferentes de experiências de vida particulares. Em tempo, quando se fala em particular aqui não se fala em algo descolado do conjunto, se trata do específico em articulação com o conjunto.

Ao questionar se o perfil das alunas e dos alunos da graduação interfere no processo ensino/aprendizagem, 01 (um) aluno discordou e 05 (cinco) concordaram que sim, há interferência. O gráfico 13 expõe esta situação.

GRÁFICO - 13



Fonte: O autor.

Entre as alunas e o aluno do curso de Letras há divergências de opiniões, a começar pelo discente Danso quando declara

[...] não vejo como interferência na questão do ensino/aprendizagem. A busca é muito do que quero para mim enquanto estudante. Consigo ver o que me oferecem e busco além do que me passam. Penso em ser melhor; portanto, vou procurar me superar a cada dia. Não digo que não há dificuldades, mas são sanáveis, e lá fora, no mercado de trabalho, não será diferente [...]

Desta feita, Danso se mostra relativamente coerente com a posição anteriormente exposta, se não diferença entre as pessoas ingressantes não haveria porque o perfil interferir no processo ensino aprendizagem.

Jendayi vai em direção diferente

Como mencionado na questão anterior, alunos oriundos de uma outra realidade social tem deficiências de conhecimento e de aprendizagem. Se você não tem base, é muito difícil adquiri-la em um momento que se trabalha pressupondo que o aluno já traga uma bagagem que lhe sustente nas aulas e o que lhe é cobrado no curso superior. Não há tempo para recuperar informações primárias, então o aluno deixa de compreender ou absorver muito dos ensinamentos, para conseguir concluir o curso.

Ayana segue em caminho próximo ao de Jendayi

Os alunos negros, ou não sabem ou não procuram saber o quanto podem contribuir com a academia partindo de suas histórias raciais ou

de vida, e lutam sempre para provar sua capacidade em comparação aos alunos não negros, que acredito eu, não necessitam se esforçarem tanto quanto os negros. Parece que a mesa está posta para os brancos e aqueles precisam lutar para sentar nos lugares vagos e, mesmo assim, podendo estar diminuído, como se fosse um favor; uma bondade, um grande reconhecimento.

Brandão (2006) argumenta que o meio social ao qual pertence o sujeito o ensina, assim se aprende com tudo, ou seja, tudo é fonte de aprendizagem e conhecimento para o crescimento mútuo. Não é somente por meio dos livros, segundo Brandão (2006) que se adquire conhecimentos, os saberes são encontrados nas mais diversas fontes, das mais diversas maneiras; o que se faz necessário é ter espírito multicultural e entender que perfis diferentes são fontes de enriquecimento cultural.

Para os discentes do curso de Ciências Sociais, no que diz respeito, a questão, estes entendem da seguinte forma, a começar pelo aluno Bomani ao defender seu pensamento dizendo que

[...] a questão não é cor da pele, é como essa cor é vista, é tratada. E quem a tem sente nos olhares, nos desvios de olhares, nas falas, nos gestos. Agora isso não significa que os negros e negras sejam menos capazes, o que muitos, infelizmente, pensam e acreditam ser assim. Gostaria de saber em que lugar está escrito que cor de pele influencia na capacidade intelectual. Mas o pior de tudo é que no meio escolar “fundamental e médio”, existem negras e negros que há muito tempo deixaram de sonhar, não acreditam na sua aptidão, no seu dom, na sua beleza, porque a própria sociedade se encarregou de roubar essa grandeza. E isso sim, pode refletir no espaço universitário, o não acreditar em si mesmo [...]

Zuri argumenta

Hoje o acesso de negras e negros nas universidades está melhor que em outros tempos a gente percebe nossa comunidade crescente. É o ideal? Claro que não, estamos longe disso, mas também persiste a descontinuidade dos estudos, é só observar o número de negros e negras que se formam. A meu ver, existe a necessidade de se aprimorar as discussões envolvendo as questões raciais dentro da universidade, pois as diferenças existem sim, e são claras. Por exemplo, não se falam em indicadores de índices com relação à população negra no que se refere à educação em questão, à saúde, moradia e mercado de trabalho, desta maneira fica difícil aparecer os indicativos de racismo e desigualdade social. De novo a velha e conhecida questão das políticas públicas, tão falada, mas pouco se faz.

Para Bonami e Zuri o perfil pesa no processo ensino aprendizagem. A forma como a cor da pele é tratada no ambiente escolar coloca essas pessoas como menos capazes isso influencia no processo ensino aprendizagem. A trajetória escolar acidentada sem continuidade da população negra em geral – reprovações, trancamentos, interrupções – pesam quando do ingresso das pessoas na universidade.

Lembra Brandão (2006) que a aparente democracia no que se refere às questões raciais tem seu começo na concepção de que coexiste a pacificidade entre os grupos raciais no Brasil. Porém, independente da aparência, os fatos apontam por caminhos divergentes, pois onde estão os debates a respeito das relações étnicas/raciais?

Estima-se que quase 900 milhões de pessoas – um sétimo da população mundial – fazem parte de algum grupo discriminado em seus próprios países. O mesmo relatório apontou que, desse número, cerca de 518 milhões sofrem algum tipo de discriminação e/ou segregação sistemática derivada de motivos religiosos, raciais ou étnicos. Por outro lado, os movimentos migratórios atualmente em ascensão em todo o mundo, bem como o avanço no processo de globalização econômica, financeira e cultural, vêm promovendo experiências de interpenetração de culturas (BRANDÃO, 2006, p, 23).

Um campo fértil para acontecer esses debates, discussões, diálogos, seriam os espaços escolares, iniciando pelas Universidades, pois de lá saem os profissionais que serão disseminadores de conhecimentos científicos adquiridos e formadores de opiniões. Essa interação pode ser vista como um avanço no que concerne à promoção da busca pelo alinhamento das questões étnicas e raciais no país.

As respostas dos entrevistados e das entrevistadas mostraram que há muito com que se trabalhar em relação às questões de discriminação e desigualdade étnico-racial nas instituições de educação, necessitando de uma política pública mais eficaz. E, quanto ao ensino/aprendizagem e o perfil dos estudantes, o aluno Jafari, do curso de Ciências Sociais, revela que

[...] essa situação de trato diferenciado, interfere de maneira ímpar, pois os que passam por essa realidade sentem-se, se não totalmente, parcialmente excluídos, e a exclusão, com certeza, atinge em algum momento a questão intelectual, pois o ser humano é uma obra interligada por diversos condutores. Um não está desligado do outro, agindo de maneira isolada, e isso pode levar ao desânimo, se não ao abandono da busca pela ciência, pelo compreender, sentir e repassar conhecimentos. As relações entre ensino/aprendizagem é uma questão de comunicação, interação, relacionamento. Se isso não acontece, este ensinar e aprender, a meu ver, estão comprometidos [...]

Para Zuri

Existem muitas questões, a começar pelos livros. Cadê nossa história contada real, essa história, que é atual e precisa ser debatida no campus. Há necessidade dessa temática ser levada para outros cursos, outras reuniões fora da militância, outros movimentos. Essa reconstrução tem por bem ser enfatizada, pois participamos da vida ativa do país, da vida econômica e social; somos cidadãos e nossa história é excluída claramente. Observamos em outros espaços acadêmicos que a fala ou é pouca, ou não há fala envolvendo questões referentes a políticas públicas. Seria um caminho. Por isso acredito que pode haver influência sim no ensino/aprendizagem.

Para Bonami

O meio estudantil é um espaço que contempla ou deveria contemplar a construção de ideias. Então a formação, pensada no diferencial, leva a reflexões no que se refere às divergências, às discriminações de gênero, raça, cor, deficiências, e é bom lembrar que em muitos momentos aos negros foram negadas suas manifestações. Essas negações, ou “esquecimentos” acontecem hoje no momento contemporâneo. As representações sociais acontecem em grupos. Agora, se há divisão, como falar de formação única? Simplesmente não existe e, para mim, o efeito reflete sim no ensino, reflete sim na aprendizagem, reflete sim na construção do conhecimento.

A fala de Jafari permite pensar que a ciência, o conhecimento a ser compartilhado, por exemplo, na universidade não possui a capacidade de dialogar com realidades sociais distintas acaba por afastar as pessoas. Zuri vai em direção semelhante ao questionar sobre onde está a história afro-brasileira, a história da população negra neste espaço de conhecimento. Zuri e Jafari cada qual a sua maneira sugerem que as pessoas precisam criar identificação com aquilo que aprendem. De modo, a existir certa necessidade de se reconhecer positivamente de alguma forma nos conteúdos. Nos últimos anos, sobretudo, estas discussões vêm ganhando espaço nas universidades. Esse movimento ocorre também por que nestes anos mais recentes um número maior de pessoas negras adentrou as universidades, esta presença reforça a necessidade de se repensar as práticas educacionais. Do vocabulário adotado a história que é ensinada como destacado por Zuri. O processo educacional não é uma mão de via única a presença de vivências diversas entre o corpo estudantil faz com esse agente do processo educacional também se repense como destacado por Bonami.

Observe-se agora a maneira como as pessoas do curso de Letras que participaram da pesquisa olham par esta questão da relação perfil com o processo de ensino e aprendizagem. A começar por Danso

Como disse, o ingressante é despojado de influências. Eu penso que estas influências podem ser adquiridas ao longo da caminhada. Então, num primeiro momento, não há interferência, o que pode muito bem mudar com o passar dos anos, pois o ser humano é influenciável e isso está claro para a ciência. Agora, dizer que de início podem acontecer mudanças comprometedoras no processo de aprendizagem, eu acredito ser muito primário; muito cedo para fazer essa distinção. Mudou, não mudou sua forma de aprendizado, poderia ser diferente, o ensino seria melhor; não sei. Também não sei dizer com precisão em que momento haverá essa interferência, mas acredito que esse é o princípio, nós iniciamos com uma estrutura a graduação e concluímos totalmente diferentes. Isso é fato.

A posição de Danso se mantém coerente com o anteriormente destacado, em sua visão não há diferença entre as pessoas ingressantes, portanto o perfil interfere processo ensino aprendizagem. Contudo, neste momento Danso indica que ao longo do processo, da vida na universidade o perfil pode ter alguma influência. A visão de Danso pode ser problematizada na direção de que mesmo havendo no momento de ingresso na universidade um ponto zero igual para todas as pessoas ao longo da vida universitária o perfil pode vir a influenciar tal trajetória. Esta observação remete a ideia de que quanto mais o capital cultural da pessoa esteja em consonância com a cultura escolar menor seriam as possibilidades desencaixe sendo o inverso igualmente viável.

Ayana, por sua vez, caminha em direção distinta

O momento atual, por si só, já influencia. Como não ser atingido por questões externas? É impossível. Ao ingressar na graduação acadêmica nós somos acelerados, somos atingidos por bombardeios de atividades, falas, pessoas e situações totalmente diferentes das que estávamos acostumados. É toda uma adaptação que precisa ser muito rápida. E, pensando nesse contexto, os alunos negros e negras, que já vêm de realidades diferenciadas, e isso também não tem como negar, é claro que podem sentir interferência no ensino/aprendizado. Não por não terem capacidade de acompanhar. Nada disso. Mas por vivenciarem um espaço preparado para os brancos, para os iguais, para os que nunca sofreram com questões de competitividade de maneira desigual, com pressões, com a obrigação de provar que podem tanto quanto os outros. Pessoas que nunca sofreram com a falta de valores básicos para viver. Sim existe influência na questão de aprendizado.

Ayana sintetiza de forma bastante enfática o desafio das pessoas negras na universidade atual que é o de vivenciar um espaço preparado para as pessoas brancas. Transformar tal realidade é desafio posto para todas as pessoas de visão e ação antirracista. Para Ayana não teria como este espaço preparado, destinado para pessoas brancas não ter influência sobre o processo de ensino aprendizagem de pessoas detentoras de outros perfis.

Ao dissertar a respeito do perfil dos alunos negros e das alunas negras que ingressam no ensino superior, e em sendo este um perfil diferenciado, se existe possibilidade de interferência no ensino/aprendizagem, ao pesquisar Maria Lopes e Maria Braga (2007) foi possível perceber que há outras interferências nesse quesito, pois as pesquisadoras propõem que é possível trabalhar ações estratégicas no tocante à promoção do estudo e da pesquisa voltada para a questão de exclusões, discriminação e desigualdades sociais evidenciadas nas instituições de educação e ensino. Pensando assim, as reflexões da aluna Jendayi, traduzem esse sentimento

[...] ensinar e aprender está ligado à relação entre professor e aluno, então, a influência existe sim e bem clara, pois essa relação trata de cumplicidade, se não há, o processo está comprometido. Quando se fala em ensinar, penso no professor que se expõe através da didática, seus conceitos científicos, sua preparação e capacitação e o aluno com seus conhecimentos vindos do meio em que vive e os adquiridos ao longo dos anos de estudo. Agora, aprendizagem depende de experiências construídas, acumuladas pelos relacionados vividos nos espaços familiares e nos educacionais, é um conjunto dos dois. Se o aluno vem com certa deficiência, seja ela emocional ou educacional, com toda certeza haverá interferência no processo. Acredito que o conhecimento é construído ao longo da vida, e atualizado durante ela. Se queimei alguma etapa, vou ter deficiência sim.

Segundo Lopes e Braga (2007), discussões são pertinentes para que se formulem políticas públicas eficazes, levando à valorização no que se refere à identidade, culminando não só na permanência de alunos negros e de alunas negras no ensino superior, mas também na formação de novos profissionais, que levarão à população, principalmente a negra, seus olhares, vozes e representação, refletindo e impactando de maneira positiva na vida e trajetória dessa juventude. (LOPES; BRAGA, 2007).

Relembrando que a pesquisa procura trabalhar, em sua problemática, as relações e interações segundo a visão das representações sociais e um dos seus objetivos é definir o que vem a ser identidade pessoal, durante a entrevista procurou-se saber qual definição as alunas e os alunos têm, num primeiro momento, a respeito desse tema. E, de acordo

com Holzer (1997), o ser humano tem conhecimento de seu identitário pessoal e este é exposto de acordo com o convívio em sociedade, culminando em interações que proporcionam uma troca mútua de vivências e saberes.

Ao se solicitar para o aluno e para as alunas do curso de Letras definirem identidade pessoal, obtiveram-se os seguintes posicionamentos. Para Jendayi

A identidade pessoal está relacionada ao autoconhecimento, suas habilidades, suas forças e fraquezas, pois nós estamos o tempo todo convivendo com elas e, a meu ver, o mais importante nossas origens. As raízes nos acompanham durante toda a vida. Ao nascer, os traços nos marcam seja no olhar, no ouvir, falar ou silenciar. Essas marcas mostram a base da qual originamos, é o suporte que nos mantém. A identidade pessoal é nossa defesa para enfrentarmos as lutas diárias.

Danso observa que

É uma questão bem complexa. Acredito que nossas relações se dão primeiramente a partir do olhar do outro, o que está a nosso redor fala também de nós, e depois, as oposições, o que nos leva a reconhecer as distinções uns dos outros e o reconhecimento de que sou diferente, de que ajo diferente, de que tenho meus valores e importância neste amplo mundo.

Pensar em identidade pessoal é pensar no entrecruzamento de circunstâncias e experiências sócio-históricas. Ayana indica esta situação de maneira bastante interessante

Dependendo do aspecto, esta tem a ver com o reconhecer-se, é uma localização em que nós nos encontramos enquanto pessoa. O que nos faz ser o que somos questão de personalidade. Acredito que trazemos influências familiares, do meio que crescemos e o acúmulo de conhecimentos absorvidos ao longo dos anos, fazendo de cada pessoa um ser único.

Falar em identidade pessoal implica em discutir o indivíduo e suas histórias, crenças, valores e como se deu essa construção cultural (MOREIRA, 2019). Sobre a mesma temática, a identidade pessoal, os alunos e a aluna do curso de Ciências Sociais, estes disseram o seguinte, a começar por Bonami

[...] identidade pessoal, posso dizer que é a forma como as pessoas se veem, se identificam como únicos num universo com tantas diferenças. Posso até ser parecido, mas sou único dentro do grupo a que pertença. É uma construção, um processo ao longo da vida. E, mesmo sabendo que cada pessoa tem seus princípios, a construção dessa identidade se

dá por meio das experiências adquiridas no conjunto. Nossos relacionamentos são marcados por espaços compartilhados, o que nos faz crescer, mas com princípios individuais que crescem com o do outro, isso é o resultado da mistura dos povos, das pessoas, dos indivíduos.

Jafari argumenta

Sou diferente, e esta diferença é que proporciona a grandeza das discussões, das relações, dos crescimentos, contribuindo com questões envolvendo a busca pela igualdade do homem e da mulher, o poder do sujeito na construção do mundo. As buscas pelas transformações também passam pela fala individual e pelo diálogo entre pessoas de culturas diferentes, que só tem a propiciar crescimento. Para que essa troca exista é preciso que entendamos que somos únicos, mas que o meu pessoal pode contribuir com o seu pessoal.

Zuri diz

A identidade pessoal é fator primordial na questão social. Ela é uma construção única, são as características particulares no processo da vida. Os processos sociais estão intimamente ligados, acredito eu, na questão de construção do outro, do meio, do mundo. As questões sociais falam de sentidos, e os sentidos só têm existência se houver entendimento, e esse entendimento é reflexo dos meios, do ser humano organizado, que tem bases, normas, princípios individuais e coletivos, porém todos voltados para a sociabilidade. Mas antes dessa sociabilidade, é necessário entender e respeitar o indivíduo com seus princípios e características próprias.

Recordando Bauman (2005), ao falar das referências que cada um traz consigo, é necessário ter claro que os discentes e as discentes entendem a importância do convívio em blocos, grupos, comunidades e sociedades organizadas, mas que também estão cientes de que existem as diferenças. As regras de agir nessas sociedades estão postas, porém não devem anular o ser humano construído ao longo de anos, décadas, essa construção se dá tendo por objetivo alguns pilares, tais como, defesa e segurança.

As relações sociais são de suma importância, e em se falando das relações na Universidade, especificamente das vidas negras, trazer essas falas e vivências, auxilia no entendimento das adaptações que as negras e os negros estudantes fazem para alcançar os resultados desejados enquanto alunos do ensino superior, o que pode ser observado no testemunho do aluno Bomani

“[...] são as relações estabelecidas, sendo estas diretas ou não, a partir dos indivíduos que compõem a sociedade. Nós humanos não nascemos

para viver isolados e, de acordo com o nosso desenvolvimento, vamos crescendo e acrescentando habilidades que absorvemos juntamente com as que temos. Trazemos conhecimentos das famílias, depois dos amigos do colégio, da turma das baladas, do trabalho e tudo isso influencia nossa vida, formando nossas relações e trocas de experiências [...]”.

Jafari assim comenta o tema

Amplamente? Bem, pode ser fenômeno que busca o entendimento mútuo, mesmo com as diferenças. A intenção é de entendimento, a compreensão, provocando essa realidade que conhecemos, os mais diversos espaços convividos por pessoas diferentes, mas que se interagem naturalmente, pois somos sociáveis. Este é nosso princípio. Acredito que relações sociais são momentos de evolução e criação de interações, e que essas interações estão contribuindo com o crescimento pessoal, concordando ou não com o outro.

As discentes e o discente do curso de Letras ao contribuírem com a questão, argumentaram da seguinte forma,

Para Ayana

É um conjunto de trocas de experiências, podendo ser entendidas como uma teia de relações com o outro. As relações sociais vão além da questão de raça, classe, gênero. Elas têm sua estrutura na própria história do homem e sua sobrevivência. É um instinto do ser humano.

Jendayi

Dizer de relações sociais é pensar em troca de conhecimentos, voluntárias ou não. São experiências, exposição do ser humano na sua melhor forma de se apresentar. Às vezes essas relações são as melhores possíveis, outras não. Mas independentemente do resultado, elas existem e acontecem. Isso não depende de nossa vontade, não temos domínio sobre essas relações, elas simplesmente acontecem a todo momento pois convivemos com outros seres humanos.

Quanto à questão de identidade pessoal e no que ela implica relativamente às relações sociais, faz bem lembrar quando Carneiro (2005) esclarece que a identidade é construída ao longo da história, é mais que sentir, é vivência. E para o acadêmico Danso

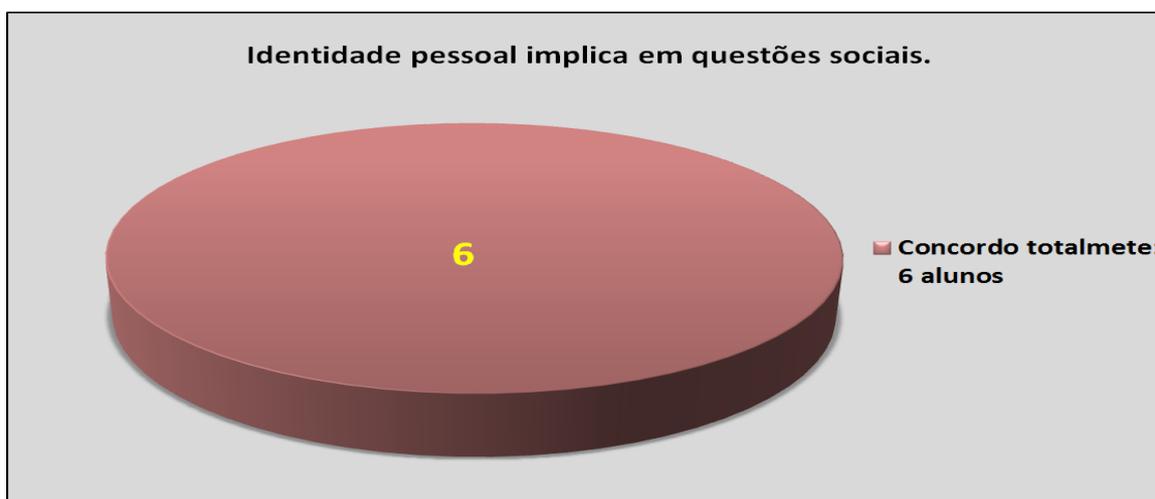
[...] somos um conjunto de ações, reações e sentimentos. Essa realidade que nos move é o resultado concreto do ser humano. Nosso dia a dia é feito de contatos com outros seres humanos e cada um com suas particularidades, que são compartilhadas com outros seres humanos. Nessa partilha também recebemos muitas ações, reações e sentimentos,

e transmitimos outros, que também são partilhados. Eu entendo que isso é uma engrenagem perfeita, que trabalha a favor do bem. Não estou falando dos resultados dessa convivência, mas sim dos conhecimentos adquiridos com ela [...].

Assim, as relações sociais, que são coletivas, acontecem a partir do indivíduo e sua história. Falando de vidas negras, objeto da pesquisa, não há como pensar que essa história tem origem na contemporaneidade e que esse período representa a história de vida de um povo. As falas das vidas negras, traduzem sua identidade pessoal e como elas são trabalhadas nas relações sociais (CARNEIRO, 2005).

Nessa linha de pensamento, os discentes e as discentes foram unânimes ao concordarem com a pergunta “A identidade pessoal implica em questões sociais”?

GRÁFICO - 14



Fonte: O autor.

De acordo com John Turner (1982)²⁸ a identidade pessoal é definida a partir do uso das identidades sociais a que o indivíduo é exposto, isto é, os conceitos adquiridos são pensados, burilados, vivenciados e somados, do resultado dessas experiências se tem a definição de sua própria identidade e como os outros o vê. A acadêmica Jendayi, do curso de Letras declarou

²⁸TURNER, John Charles. (1982). Towards a cognitive redefinition of the social group. In: H. Tajfel (Ed.). *Social identity and intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press. John Charles Turner (7 de setembro de 1947 - 24 de julho de 2011) [1] foi um psicólogo social britânico que, junto com colegas, desenvolveu a teoria da autocategorização. Entre outras coisas, a teoria afirma que o self não é um aspecto fundamental da cognição, mas sim que o self é um resultado de processos cognitivos e uma interação entre a pessoa e o contexto social. [2] A teoria da autocategorização foi desenvolvida como uma teoria complementar à teoria da identidade social, [3] e as duas teorias tomadas em conjunto são conhecidas como o social.

[...] um indivíduo que não se conhece, não sabe qual seu potencial de crescimento. Ele não consegue encontrar seu lugar e como se portar, faz pouco e recebe pouco. Se eu me conheço, sei até que ponto posso contribuir com o meio ao qual pertença, seja na família, no trabalho, nos laços afetivos e assim por diante; da mesma maneira que, se não me conheço profundamente como posso ajudar apresentando algo ao outro que possa contribuir positivamente, ou que possa ser favorável àquele momento. Isso é impossível de se acontecer [...]

Danso afirmou que

Não há como separar o eu sozinho do eu enquanto social, pois minha formação é um conjunto de influências recebidas. Essas informações recebidas convivem comigo e são refletidas nas minhas ações no momento que me faço presente nos mais diversos lugares, da mesma maneira que recebo novas informações para serem revistas por mim. Não ficamos pensando: com minha formação devo agir de tal maneira, ou devo falar do seguinte modo..., agimos e falamos a partir do que somos. Agora, o que somos é que irá dizer de nós, nas nossas ações. E a aplicabilidade ou não do que recebemos é que irá provocar consequências futuras.

Ayana argumentou

Concordo, sem sombra de dúvidas que a identidade pessoal é fator de influência no meio social pois, se a identidade pessoal é o reconhecimento do que sou, do meu interior, ao conviver com as outras pessoas, vou passar muito de mim, do mesmo jeito que irei receber muito da outra pessoa. Após isso, penso ser automático a absorção ou não do que acontece. Se me serve aplico, se não, deixo de lado. E o social se encarrega das mudanças.

Os alunos e a aluna do curso de Ciências Sociais, ao falar das vinculações existentes envolvendo a identidade pessoal e as relações sociais, apresentaram seus pareceres. Jafari mencionou

A identidade pessoal é a alma do ser. Se essa alma não conversa com outras, não há porque da existência. Entendo que tudo faz parte da nossa memória, que é viva e necessita ser ativa para não se perder os ganhos. Essas relações sociais são as atividades que movimentam a identidade pessoal ou a alma, como eu disse. Assim, continuamos a ganhar a partir das trocas e a crescer a partir dos ganhos, acredito que não exista outro jeito de acordo, é um dar e receber sempre.

Bonami comentou

Só não existe influência da identidade pessoal nas questões sociais se não houver convívio. Do contrário, o tempo todo teremos

consequências originadas dessas relações existentes. Para uns mais, por terem maiores facilidades nas relações sociais e, para outros menos, isso dependerá de como eu ou a outra pessoa se comporta, mas sim, sempre existirão implicações, e isso é muito bom pois são desses momentos que tiramos novas informações.

Zuri assim se posicionou

A questão é bem ampla, pois estamos em constante evolução, em constante mudança. Se tenho uma intimidade grande com meu ser, e reconheço que faço parte de algo maior, também sei que estou aprendendo desde o nascimento. Assim não tem como dizer que eu não influencio nas minhas relações sociais e que estas relações sociais não influenciam na minha vida. É um diálogo constante e eterno.

Existe o perigo do indivíduo se perder ao longo do caminho e não se reconhecer mais nessa interação. Quer dizer, a identidade pessoal é tão afetada que o indivíduo passa a ser o outro, seu pensamento, seus discursos, seus princípios deixam de existir e ele ou ela assume a identidade do dominante. Para tanto, importa saber que a identidade pessoal deve ser respeitada e reconhecida como espaço de diálogo nos momentos de debates sociais.

Essas discussões das questões sociais ganham notoriedade no meio universitário e, para saber da presença dessa prática, foi perguntado se nesse meio o espaço social é praticado de maneira que contemple os diferentes públicos. Para os participantes e as participantes essa realidade não existe e não há observância de oportunidades iguais para os diferentes grupos.

GRÁFICO - 15



Fonte: O autor.

Pensar grupos é entender que a construção destes são realizadas por uma ação conjunta, em que os participantes colocam em prática suas vivências e a histórias e, a partir dessa predisposição em fazer parte, aquele espaço social já não é mais o mesmo. Pois bem, entendendo que grupos são espaços sociais com discursos praticados por diferentes membros, num mesmo contexto histórico, cabe ressaltar que a identidade social também não tem como ser homogênea, por exemplo, identificar o grupo pela cor ou gênero, isso é impossível. No entanto a coexistência é possível de acontecer, e saber que essas práticas sociais contemplam de forma diferente os diferentes grupos, auxilia no sentido de entender que as identidades sociais estão em constante construção nesse processo de socialização.

O discente Jafari, do curso de Ciências Sociais, não acredita que no meio universitário o espaço social é praticado de maneira que contemple os diferentes públicos

[...] não acredito que hoje isso aconteça. O compromisso me parece estético e não intelectual. Existem alunos que se preocupam com a aparência, com o momento bonito em dizer sou universitário e esquecem de que estão se preparando para fazer parte de uma nova realidade, escrita por ele. Infelizmente esse contemplar não existe. Existe sim muita diferença [...]

Zuri enxerga a forma como espaço social é praticado da seguinte maneira

O público universitário é tratado de maneira diferenciada, isso é transparente, é fácil ver a desigualdade, a divergência. Por exemplo, os laboratórios das exatas e os das humanas, os recursos para atualizar

os aparelhos ou os computadores são iguais? As manifestações estudantis, são frequentadas por quais alunos? E esses alunos são vistos de que maneira pela administração da UEM? São vistos como pessoas que buscam melhorias para os alunos ou como baderneiras, pessoas que querem tumultuar, matar aula? Então é difícil dizer que o espaço social da universidade contempla os diferentes públicos. Para mim, não contempla.

Para Bonami

É primário dizer que isso acontece. O que posso dizer é que há tentativas de grupos, porém falar do espaço universitário como um todo, é ser muito ingênuo. Não acontece e acredito que para acontecer, demorará muito tempo, pois as pessoas não estão preparadas para sair do seu mundo perfeito, elaborado, bem pensado para si, para compartilhar com o diferente.

Vigotski (2004) declara que os espaços universitários são lugares de crescimento de personalidade, assim, a cultura nesses espaços sociais é diferente. Existem narrativas reelaboradas para que aconteçam no coletivo, mas as contradições de vivências permanecerão, por exemplo, ideias diferentes quanto as questões políticas, crenças, ideologias, entre outras, contribuindo com o crescimento pessoal. As alegações da acadêmica Ayana, do curso de Letras, são transparentes nesse sentido

[...] como falei, discordo totalmente uma vez que a linguagem não é a mesma para todos, e se a linguagem for, sua conotação não é. Se espaço social significa lugar de várias grandezas, influências e valores diferentes, mas com interações entre os participantes daquele meio, já cai por terra essa interpretação porque não existe interação, existem, sim, grupos e bem diferentes, o que não deixa de ser um incentivo para se buscar sempre mais [...]

A discente e o discente do curso de Letras, participantes da pesquisa, ao fazer referência ao questionado, foram bem categóricos. Para Danso

O público universitário por si só já é diferenciado, e este universo abrange pessoas com formações diferenciadas. Agora, falando da UEM, este espaço social é elitizado. Mesmo sendo um meio público, eu acredito que a universidade não atende por inteiro os seus alunos. Poderia citar muitos exemplos, mas isso não se faz necessário. Basta caminhar pelo campus e se veem as diferenças bem nítidas pois elas são transparentes. Existem os que acreditam ser superiores porque usam terno em sala de aula e nos congressos, jalecos que deveriam ser usados somente no laboratório, desfilam pelas passarelas.

Para Jendayi

Não contempla, e isso é bem fácil de se observar. São desenvolvidas atividades culturais e atividades de cunho inclusivas. Porém nesses congressos, seminários, palestras, ciclos de estudos, as discussões não ultrapassam as paredes das salas de aula, os auditórios. São reflexões que acabam por esquecidas porque não são aplicadas no dia a dia. São eventos muito bem organizados, com logística de dar inveja a muitas empresas, porém tudo acaba em um certificado de presença.

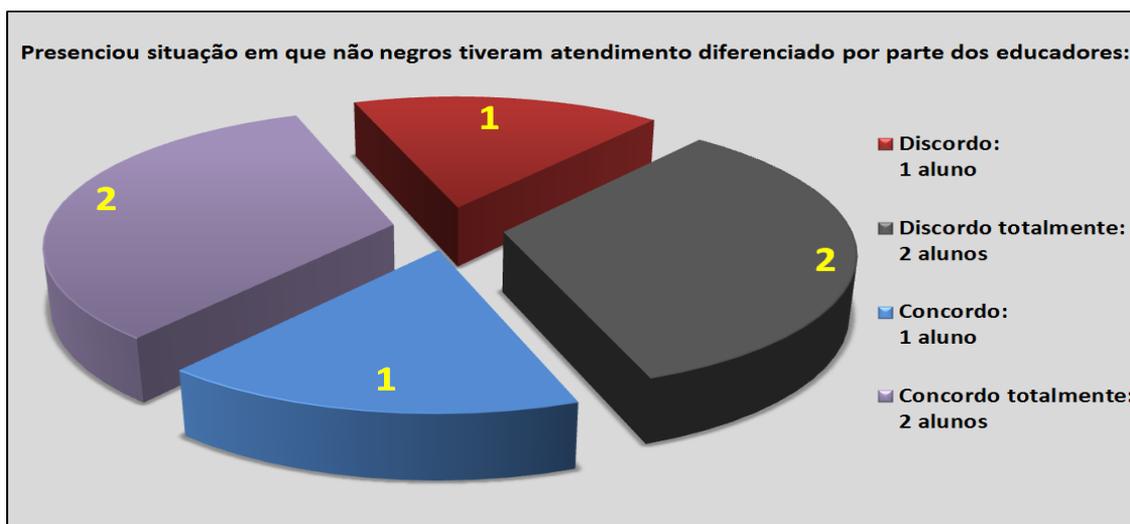
Entender que viver em sociedade não comporta pensar em uma única representatividade, é mostrar-se pronto para ultrapassar os limites da ideia uniforme, uma vez que os discursos são desiguais nos diferentes sistemas sociais. Não ser igual é ampliar o que foi aprendido em sala de aula, levando para outros espaços sociais os conhecimentos adquiridos, no caso do estudo, na Universidade, e assim fazer o seu papel enquanto discente, ou seja, dissimulador do conhecimento.

Carneiro (2005), descreve que as vozes precisam ter opinião nos espaços comuns, transformando-se em sujeitos políticos e atores sociais nos jogos das forças presentes. Por outro lado, existem interpretações que provocam desvios ideológicos, contribuindo com o aumento do racismo em busca de interesses particulares. Theodoro (2008, p. 134) diz que existe a “[...] manifestação de racismo – como uma ideologia que preconiza a hierarquização dos grupos humanos em função de sua cor, raça ou cor – [...]”. As justificativas são várias para esse tipo de manifestação, mas fica claro o desejo da exclusão, do não relacionamento no sentido de ligação, ou de fazer parte do mesmo grupo social.

Em se falando de racismo ou preconceito, um dos pontos mais importantes é a discriminação, a segregação, às vezes velada e outras explícita. Esta ação discriminatória, ou omissão dela, pode se configurar quando se faz distinção no trato para com uma pessoa ou grupo de pessoas, e no espaço educacional não é diferente. Conforme observa Munanga (2000), essas ações preconceituosas aparecem nas classificações feitas ao distinguir uma pessoa ou grupo por características, por exemplo, moreno, cabeçudo, tatuado, amarelo, negro ou negra, gordo ou gorda, branquelo, entre outros. Essas palavras não definem uma pessoa ou grupo, mas para quem está dizendo, sim, os define. A partir desses estereótipos são reproduzidas falas que mantêm o racismo em evidência, justificando a construção sociológica de uma categoria social dominante (MUNANGA, 2000).

Tendo como princípio esse pensamento, foram questionados os discentes e as discentes participantes da pesquisa, a respeito de situações envolvendo atendimento que pudessem demonstrar nitidamente o tratamento diferenciado, por parte das educadoras e dos educadores.

GRÁFICO - 16



Fonte: O autor.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 já citada em outros momentos, bem como o Relatório de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas apresentam de maneira categórica a importância do reconhecimento da igualdade entre os povos e, vão além, dizem que a discriminação é fator negativo para o crescimento econômico e social. Porém, a realidade atual não traduz o que a lei diz. O tratamento diferenciado está implícito no convívio, uma vez que a desigualdade social existe dentro das relações sociais, determinando lugares. Mesmo quando não presenciadas situações claras de diferenciação no atendimento aos alunos e alunas na Universidade, por parte das Professoras e Professores, os acadêmicos e as acadêmicas concordo que exista.

Zuri, acadêmica do curso de Ciências Sociais disse

[...] eu nunca presenciei, penso que no meu curso as falas trabalham no combate a essa realidade que existe sim [...]". O aluno Jafari argumenta "[...] até hoje não presenciei nada a esse respeito [...]". Justificando seu discurso, o acadêmico Bomani expôs "[...] o curso de Ciências Sociais traz discussões que mostram o que acontecem nos universos paralelos, e se prestarmos atenção no dia a dia, não é tão difícil de ver casos e mais casos da diferenciação no trato das pessoas [...]

O aluno e as alunas do curso de Letras acreditam no trato diferenciado dentro da Universidade. A aluna Ayana, comunga sua dor

[...] é difícil saber dessa realidade, mas ela existe, e já presenciei uma fala mais preocupada, mais detalhada, mais alongada... Foi triste, foi dolorido [...]". A discente Jendayi declarou "*[...] não é tão difícil; se você for bom observador consegue ver situações recorrentes. Também não posso dizer que é intencional, mas que presenciei forma de tratamento diferenciada, isso é verdadeiro [...]*".

Para o aluno Danso essa realidade faz parte do próprio ser "*[...] as pessoas não agem iguais e os professores não são diferentes. É difícil, mas é uma realidade [...]*." Munanga (2003, p. 7-8) declara que existem maneiras distintas de ver e agir com racismo,

Criado por volta de 1920, o racismo, enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições, que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo. Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre "raça" e "racismo", o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

O racismo é entendido como algo naturalizado, próprio de uma hierarquia institucionalizada que tem a ver com o físico, moral, intelecto e cultural das pessoas marcadas, criando grupos sociais com características próprias que os definem como inferiores.

Procurando elevar o pensamento, abordando a inclusão social, foi perguntado as participantes e aos participantes se é possível trabalhar a organização dinâmica do ensino, voltada para a inclusão social nos campos universitários, de forma a contemplar uma discussão mais homogênea, e as respostas foram:

GRÁFICO - 17



Fonte: O autor.

O ensino tem toda uma dinâmica, e esta organização é pensada em contemplar discussões voltadas para a realidade atual. Mas, ainda, faz-se necessário trabalhar com políticas públicas que contemplem o maior número possível de situações vivenciadas pelas alunas e alunos universitários, particularmente, políticas públicas voltadas para vidas negras, o que hoje não se apresentam de maneira clara. As alunas e o aluno do curso de Letras se mostraram esperançosos e dispostos a trabalhar em favor dessa mudança. Para a discente Jendayi

[...] estamos longe dessa realidade. Mas sim! É possível trabalhar essa organização. A inclusão social é questão de diálogo, conversas, discussões, encontros, debates e levar a outros espaços esses anseios. É colocar na roda e dar visibilidade à questão; não deixar no anonimato e nem ficar somente na fala. A ação pode dizer muito mais do que somente o discurso [...]

Danso se mostrou confiante na transformação

É possível sim, a partir da organização dos que têm consciência da importância da inclusão social para o bem comum, para o conjunto, podemos sair dessa mesmice e partir para o crescimento do indivíduo. O homem e a mulher existem não para ser números, mas para dizer do sujeito social que faz história, contribuindo assim também com a história. Não é possível que estamos no mundo e nossa trajetória seja apenas passar alguns anos por aqui, sem marcar, sem auxiliar, sem contribuir com a nossa e a história do outro.

Por sua vez, a aluna Ayana disse

Quando queremos, podemos, o que precisa é o ensino se propor a contribuir com o desenvolvimento no que se refere à inclusão social, que este proporcione capacitação ao cidadão por meio de debates, uma visão mais ampla, inclusiva, coletiva e igualitária, e uma política pública que seja realmente aplicável, não somente no papel.

Munanga (2003, p. 14) defende que “É a partir da tomada de consciência dessas culturas de resistência que se constroem as identidades culturais enquanto processos e jamais produtos acabados”. Os desejos de transformação ganham corpo quando as identidades plurais trabalham juntas, apresentando o multiculturalismo em prol de uma educação-cidadã, que não para, mas se perpetua em busca de difundir a visibilidade de vidas invisíveis, por exemplo, vidas negras.

Os discentes e a discente do curso de Ciências Sociais, por conviverem com uma grade curricular que contempla conhecimentos dos campos de filosofia, sociologia, antropologia e ciência política, se mostraram cientes do processo.

Nas palavras de Bonami

Sim, é possível. Sabemos que os professores são formadores de novos profissionais e isso lhes dá o poder de contribuir positivamente com a diminuição das diferenças sociais, primeiro nas universidades e depois sendo multiplicadores do conhecimento, dando aos alunos o poder de replicar a fala e as ações. Ações que podem levar a mudanças concretas, isso está em nossas mãos: universidades e alunos, começando é claro por aqui.

Para Jafari

Existe a lei, existem representantes eleitos para fazer cumprir o que está no papel. Talvez o que falte é investimento na capacitação dos educadores. Fala-se muito em ação política, cultural e social, mas se pratica pouco. Sim, é claro que é possível trabalhar a inclusão social nas universidades de forma homogênea, mas os professores necessitam ter em suas mãos o poder de trabalhar essa educação inclusiva e não discriminatória.

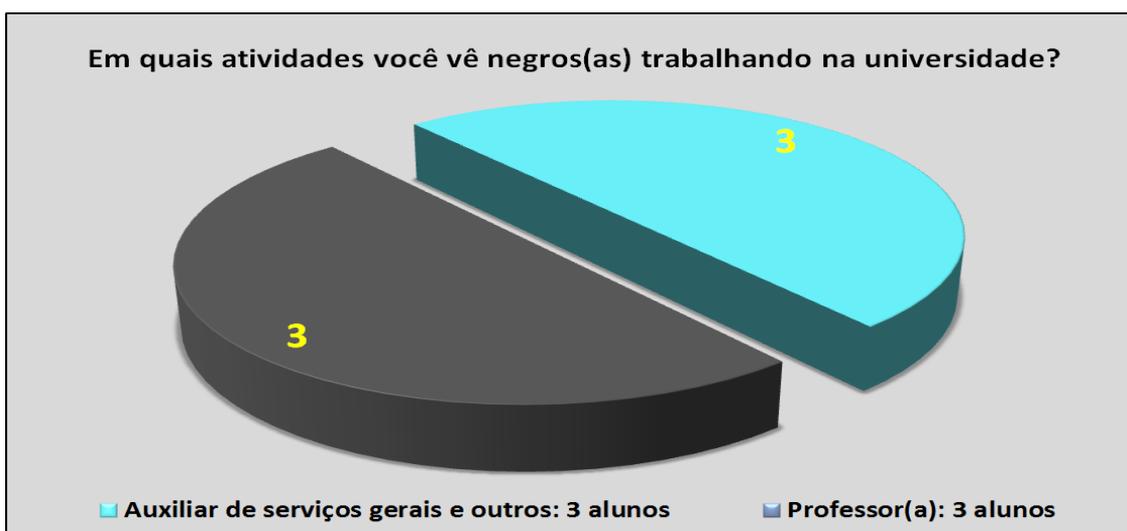
Segundo Zuri

Para que essa realidade aconteça por inteiro, as universidades necessitam reconhecer que são lugares de desafios para todos, professores e alunos e trabalharmos juntos. As práticas em sala de aula acontecem, e essas precisam se fazerem presentes no dia a dia do campus. As mudanças acontecerão quando as inclusões acontecerem. Quando os espaços físicos forem iguais aos discursos escritos.

Munanga (2003) argumenta que visibilidade ou inviabilidade dos grupos excluídos estão presentes em todos os níveis sociais. Ao pesquisar as profissões e quem ocupa os cargos respectivos, as provas tornam-se visíveis. Isso significa que a situação da exclusão social não faz parte do passado, mas sim de uma realidade que se perpetua ao longo da existência humana. Ao trabalhar com a pesquisa em um espaço educacional, a ideia seria ver um nível de inclusão mais homogêneo. Porém o reflexo que se vê é o da sociedade hierarquizada, o que é comum em uma cultura globalizada, atingindo a todos da mesma maneira (MUNANGA, 2003).

Buscando entender um pouco mais da realidade vivenciada dos alunos negros e das alunas negras da UEM, foi perguntado aos participantes desta pesquisa em quais atividades é possível ver as negras e os negros trabalhando na universidade, tendo como respostas:

GRÁFICO - 18



Fonte: O autor.

Retomando ao assunto de visibilidade ou invisibilidade das pessoas²⁹, esta pode estar ligada a própria construção social e a estruturação de classes, seja por conta das profissões glamorosas, profissões mais simples, posição social, cor, gênero, *status*, reconhecimento social, entre outros fatores, chegando a ser automática e quase imperceptível. O tratamento para com o outro também está ligado ao convívio social.

²⁹Essa realidade está ligada às classes de trabalhadores e trabalhadoras mais simples, com reconhecimento social quase que nulo, bem como remuneração não condizente com o serviço prestado (CELEGUIM e ROESLER, 2009).

Prova dessa realidade é a presença no discurso das participantes e dos participantes da pesquisa ao serem questionados sobre atividades em que são vistas negras e negros trabalhadores e trabalhadoras da UEM. O aluno Bomani declarou “[...] *no meu curso tem professor, agora no serviço administrativo a presença é rara. Acredito que o número é muito pequeno em relação ao tamanho da UEM [...]*”. A discente Zuri foi na mesma linha “[...] *não sei os outros cursos, mas no meu tem professores e isso me deixa feliz [...]*”. O acadêmico Jafari argumentou “[...] *o curso tem professor, e professor que se posiciona, isso é um grande diferencial [...]*”.

Kilomba (2019) esclarece que existe uma política de espaço e exclusão, bem como a cultura da normalidade do racismo. As violências, que são das mais diversas, acontecem e ela é estrutural e estruturante das relações sociais. Esse racismo é cotidiano e por isso parece ser normal sua existência. E, voltando à questão da visibilidade ou invisibilidade, Kilomba (2019) complementa sua tese dizendo que, na realidade, o que existe são políticas de invisibilização e de esquecimento, que colocam em jogo a ideia da solidariedade universal.

Em relação à questão da visibilidade, foi gratificante perceber que, para as discentes e os discentes questionados, os negros e as negras são visíveis, independente da área, cargo ou função que cada um ocupa no campus universitário, o que difere do que ocorre na sociedade extra muro estudantil. Essa sociedade que não consegue enxergar uma empregada doméstica, mesmo que esta cumpra uma jornada inteira na sua casa. Que não nota um gari ou coletor, que mantém a higiene dos lares ao recolher o que não serve mais. Que passa sem ver um porteiro que é o responsável pela passagem em determinados lugares. Que se surpreende com um advogado negro, que luta com mais dificuldade, já que nem sempre tem o mesmo número de clientes que um de igual capacidade, porém branco, independentemente do grupo para o qual presta seus serviços. Que olha com incredulidade um médico pela cor da sua pele. Que não se digna a dar um “bom dia” a um motorista de transporte coletivo ou ascensorista de elevador, entre outros tantos exemplos que podem ser dados.

Essa realidade não mudará sozinha, sem conscientização e ações coletivas. Para tanto, compete ao profissional da área de educação apresentar formas de se discutir a inclusão social, falar da desigualdade entre as classes, das diversidades étnico-raciais, de práticas sociais e vivências da população brasileira, isto é, realizar trabalhos seguindo o panorama da Lei 10.639/03, enquanto espaço prático pedagógico nacional. Nessa perspectiva, buscou saber dos acadêmicos, acadêmicas entrevistadas e entrevistados quais

metas podem ser tratadas, por eles e elas, quando formados (as) profissionais, pensando em uma sociedade mais justa.

As possibilidades apresentadas pelas discentes e pelo discente do curso de Letras ao responderem à questão, a começar pelo aluno Danso foi de que

[...] buscaria um discurso crítico, apresentando diferentes narrativas, literaturas, falas, exemplos reais como vivências de ontem, de hoje, pessoas que trabalharam e trabalham para isso acontecer e com resultados. Um trabalho voltado para uma sociedade mais igualitária já é realidade em alguns países. Talvez o que falta no Brasil é ação dos poderes constituídos e dos profissionais que tem nas mãos conhecimento e amparo legal [...]

A aluna Jendayi relatou que

Nunca me questioneei quanto a isso, não havia pensado nesta questão, mesmo estando quase no final do curso. Acredito que começaria pela base, levaria minha fala, minhas experiências de maneira mais efetiva. A prática fala mais que a teoria, é nisso que acredito. Vejo que na UEM, por ser um meio público, é mais fácil se articular, mas no meio privado isso não acontece.

Olhando o panorama atual, a aluna Ayana comenta:

Trabalharia cotas sociais, valores profissionais, independentemente da cor, raça ou gênero. Precisamos incluir o público que vive à margem da sociedade. Faz bem à universidade ter essa cara diversificada e passar isso aos alunos, assim nós profissionais, de posse desse conhecimento, poderemos contribuir de maneira diferenciada.

O papel das profissionais e dos profissionais negros e negras ao saírem da Universidade deixa de ter um caráter empírico, necessitando ser empregado o conhecimento adquirido ao longo dos quatro ou cinco anos de estudo na graduação. Essa mudança, ou seja, do senso comum para o científico, também implica em consequências palpáveis, e nesse momento quem argumenta é o profissional. Suas reflexões servirão de exemplo para outras vidas negras. Ponderando e mostrando-se comprometidos com o cenário atual, o entrevistado e a entrevistada do curso de Ciências Sociais, disseram o seguinte.

Zuri

Sempre é bom lembrar da cor. Trabalharia questões raciais, comportamento social, poder aquisitivo dos menos favorecidos,

vulnerabilidade social... Discutir o reconhecimento do racismo, machismo, a importância da liberdade de expressão, saber escolher para a vida, ser crítico com conhecimento de causa. Falar da vida que dá vida, que traz vida.

Jafari

Nós falamos tanto em homogeneidade, os negros e os brancos com os mesmos direitos, reconhecimentos. Eu começaria por aí, falando de direitos, de leis, de amparo, de políticas, não esquecendo da prática. Também lembro que estar presente nas lutas é um excelente começo.

Gomes (2012) diz que a Lei nº 10.639/03 foi aprovada e está no Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Agora, o que se discute são as ações práticas voltados ao trabalho com as questões de educação das relações étnico-raciais por parte das secretarias de educação de todo o país. Será que elas conseguem atingir seu público? Estabelecer planos de formação para os docentes e as docentes a respeito de questões afro-brasileiras? Será que trabalhar o conceito de ética e inclusão está dando conta da realidade social nesse período contemporâneo? Os Projetos Político-Pedagógicos (PPP's) das escolas quanto às inclusões, ganham corpo e estão em evidência? São questões como essas que as discentes e os discentes formandos enfrentarão, e de acordo com Gomes (2011, p. 8),

No entanto, dada a responsabilidade do MEC, dos sistemas de ensino, das escolas, dos gestores e dos educadores na superação do racismo e na educação das relações étnico-raciais, as iniciativas para a concretização dessa política carecem de enraizamento. A sua efetivação dependerá da necessária mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais etc.

A lei nº 10.639/03 representa um grande avanço, possibilitando reflexões na educação brasileira, talvez a necessidade de uma ação mais efetiva esteja em implementar políticas públicas advindas dos Estados. Essas ações são sempre lembradas pelo Movimento Negro e outros movimentos sociais que trabalham nessa frente. Essa implementação nos espaços educacionais de forma homogênea por todo país, leia-se educação básica e educação superior, pode estabelecer o início do processo de garantia dos direitos constitucionais voltados para a diversidade étnico-racial, o reconhecimento e a legitimação da questão racial trabalhada nas políticas públicas da área da saúde, do

trabalho, da terra, da juventude e de gênero (GOMES, 2011). O aluno Bomani ao falar de metas e discussões mais homogêneas, declara que

[...] primeiro, mostrar pé no chão, atualizando sempre o que está acontecendo na sociedade, por exemplo, as cotas sociais, o racismo velado, as exclusões por conta das escolhas de cada um, que é de direito individual amparado por lei, as diferenças e sua importância para se ter uma sociedade mais completa, mais fortalecida e os ganhos..., sempre se ganha vendo além do que nos é apresentado [...]

As ideologias existem e são inúmeras. O que precisa ser repensado é como essas ideologias podem ser trabalhadas a favor das vidas negras que se fazem presentes nessas interações do dia a dia. O campo de trabalho, conforme apresentado no estudo, tem lugar garantido nas discussões junto à educação de acordo com a lei. Assim, o papel do espaço educacional, seja no ensino fundamental, médio ou superior, necessita discutir junto ao seu público, formas de implementar essa realidade para acontecer a inclusão social, garantindo o que é de direito aos diferentes sujeitos, conforme diz Munanga (2003), oferecendo-lhes trajetórias, recursos e condições para o bem-estar, conforme decisões naturais de cada pessoa, respeitando cada indivíduo, isso também é trabalhar a igualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idealização de estar mais próximo de vidas negras que buscam diálogos e convívios no espaço social universitário norteou a pesquisa no sentido de entender como se dá o desejo de pertencer a um espaço de ensino e aprendizagem com práticas e conteúdos voltados a formação pessoas possuidoras de ampla tamanha diversidade cultural.

O objetivo foi investigar a autorrepresentação desses discentes e dessas discentes na Universidade Estadual de Maringá e compreender como essas estudantes e esses estudantes desenvolvem suas estratégias de resistência frente ao racismo estrutural e institucional que cerceia a entrada e permanência dessas pessoas no âmbito acadêmico, em que se faz vigente uma maioria esmagadora de público branco, evidenciando assim a disparidade educacional que perpassa as vidas desde o ensino fundamental e médio.

Os tempos atuais trazem associações frágeis nos laços humanos. Estas, por sua vez, dificilmente traduzem a imagem completa do sujeito, suas relações entre indivíduos ou seus grupos sociais e interesses individuais. Ao pensar no termo pertencimento, no sentido de união entre os indivíduos com desejos coletivos, princípios e desenvolvimento igualitário, essa ideia aniquila-se ao ver o que está acontecendo com as relações sociais atuais, isto é, não representam o significado do termo pertencer, que é o trato coletivo expressando valores culturais e raciais. E, na pesquisa ora discutida, a intenção é justamente reforçar esse coletivo, porém com um público específico: universitários negros e universitárias e negras, alunos e alunas da área de licenciatura da UEM.

Por que alunos negros e alunas negras da área de licenciatura? Primeiro, o curso de licenciatura tem como foco preparar profissionais para a área de educação. E a educação é espaço de diálogo, melhor dizendo, o ambiente propício para expandir conhecimentos dos mais variados possíveis, o lugar de coexistência cultural e educação inclusiva. Pelo menos é o que se espera. Segundo, ao trabalhar com vidas negras, o propósito foi resgatar discussões que falassem dessa educação inclusiva e como esses estudantes e essas estudantes veem a realidade social no ambiente universitário.

Reconhecer-se é um caminho percorrido ao longo da vida, e as escolhas para entender esse axioma dependem muito de como é a formação do indivíduo. Estar consciente da realidade que o cerca, é um dos pontos positivos, uma vez que a conquista é pessoal e intransferível. Esse reconhecimento está intimamente ligado à identidade pessoal que, conforme observado pelos participantes e pelas participantes da pesquisa é

o processo de autoconhecimento, ou, saber de onde veio, suas origens, mantendo o alinhamento para enfrentar os embates do dia a dia. É considerável lembrar que as relações sociais acontecem tendo como ponto de partida a identidade pessoal, pois a visão do outro sobre você fará diferença no comportamento do conjunto. Se os valores do **eu** (grifo nosso) estão bem definidos, estes valores irão influenciar na decisão final do grupo ao qual está pertencendo.

Há de se observar que essa identidade pessoal ganha existência nas vivências adquiridas em conjunto, desde que compartilhadas e fundidas com as experiências das demais pessoas. O ser diferente não é descrédito, ao contrário, é marcador identitário que concede variações interpretativas, bem como o crescimento advindo dessas variações. Por conseguinte, a identidade pessoal tem função de destaque nas questões sociais existentes. A identidade pessoal se apresenta como edificação distinta no dinamismo da vida.

E por falar em vida e o olhar da estudante negra e do estudante negro na universidade, quando questionados, os participantes e as participantes alegaram que o perfil dos alunos negros e das alunas negras universitários têm muito a contribuir, pois se fala tanto em diversidade cultural e quando se faz presente essa diversidade, as diferentes histórias de vida não são contadas, não são partilhadas. Como bem observado pelos entrevistados, entrevistadas em diversos momentos as vidas negras recebem os lugares que sobram, lembrando da ideia de que a cultura pode ser interpretada como um sistema ideológico, com visão preconceituosa de que existe um perfil pronto e acabado, os outros não são perfis, portanto, não merecem ser discutidos. O ser humano da contemporaneidade não é análogo ao do passado, suas ações representam outros papéis que necessitam ser debatidos.

As pessoas atualmente têm maior noção do que acontece à sua volta e o que podem os atingir, positiva ou negativamente, auxilia no entendimento quando se discute vidas negras, uma vez que estas vidas estão lutando para se fazer valer o que dizem as legislações. Foi possível observar que as acadêmicas e os acadêmicos participantes do estudo estão cientes de sua contribuição, sabem o que querem, conhecem de seus direitos e deveres e, sua importância enquanto agentes participativos em prol da transformação dessas vidas.

Novas configurações precisam ser implementadas na educação. Uma delas é entender que os discursos necessitam de robustez articulada ao reforço das identidades e sua contribuição para o país. O ponto divergente não é a cor da pele e a raça e sim o

tratamento que é desigualmente distribuído às diferentes classes sociais. O racismo, assim enraizado e institucionalizado, faz com que muitos deixem de sonhar e os leva a desacreditar da própria história. Existe diversidade sim. Os perfis são diferentes. Mas a questão é que essas distinções não são vistas de maneira homogênea, conforme lembra o próprio Ministério da Educação.

Faz bem lembrar que hoje o acesso dos negros e das negras à universidade cresceu; é comum observar-se pessoas negras nos mais diferentes cursos no campus universitário, o que é muito bom. Porém isto está longe de ser o ideal, pois também são comuns as interrupções dos estudos, o que é facilmente comprovado pelo número de formandos negros e formandas negras. Essas desistências estão relacionadas a questões diversas, por exemplo, saúde, moradia, emprego, entre outras. Estes exemplos são sinalizadores da falta efetiva de um trabalho que envolva políticas públicas pensadas para o combate ao racismo e à desigualdade social.

Nesse teatro das representações, o espaço universitário parece estar comprometido com o que é agradável, diferentemente do que entendem os entrevistados e as entrevistadas. Para eles e elas a universidade deveria ser lugar de exteriorização do conhecimento, desenvolvimento de culturas fartas e inclusivas, levando os alunos e alunas a compreenderem, na prática, o que significa interação social. Mesmo sabendo que há cursos trabalhando falas inclusivas e em busca de combater as diferenças, alguns dos entrevistados e das entrevistadas foram categóricos ao afirmar que a realidade representada não é a mesma vivenciada. Observando o número de pessoas negras que trabalham na UEM, é possível encontrar um quantitativo reduzido de professores, professoras e um número não expressivo nos setores administrativos e serviços gerais, isto significa que se fala em inclusão social, mas, na prática, isto não é demonstrado.

Estratégias são possíveis de se trabalhar, e os alunos negros e alunas negras participantes do estudo, enumeraram algumas práticas realizáveis na vida universitária que podem ser úteis na busca da igualdade social. Entre elas, que haja um discurso mais crítico que corresponda a um posicionamento corrente, pois o país necessita de ações mais categóricas e menos romantizadas. Não esquecendo que o foco da pesquisa são vidas negras é imprescindível trabalhar a base do ensino, pois as falas empregadas no ensino fundamental e médio serão lastro de toda caminhada educacional, tendo a lei 10.639 de 2003 como amparo legal.

E falando em amparo legal, ao alterar a LDB, a lei 10.639/03, propaga a temática de história e cultura Afro-Brasileira e Africana, o que já é uma vitória do Movimento

Negro. Trabalhar essa temática no ensino fundamental e médio constitui um resgate no caminho de promover a igualdade entre as pessoas, independentemente da cor, raça ou gênero, inclusão social, diversidade cultural, revelando o comprometimento dos profissionais e das profissionais da educação com o desenvolvimento do ser humano em sua integralidade. Respeitar as diferenças, ao discutir a lei comentada, proporciona aos discentes e as discentes a liberdade de expressão e de pensar na tentativa de se chegar à homogeneidade dos direitos.

Igualmente não há como deixar de discutir política. Uma política inclusiva, a começar pelas políticas públicas. Que possam estas reconhecer os direitos dos quais as vidas negras foram e são privadas, e apresentar para a sociedade uma atualização do que está oculto, do não dito, dos direitos individuais e das diferenças que são saudáveis para o crescimento multifacetado.

E, percebendo que no país existe uma elite que busca se aproximar do discurso eurocêntrico torna-se cada vez mais necessária a valorização das vidas negras, sua identidade e sua cultura, pois o devaneio da democracia racial é também uma forma de violência que alimenta a discriminação. Acreditar que essa democracia racial existe, não abre espaço para que se concretizem ações efetivas para implementar as relações que promoverão o desenvolvimento pleno e as conquistas sociais pelas vidas negras, isto é, enquanto o racismo, sendo este furtivo ou explícito, existir no campus educacional a democracia racial será apenas uma utopia.

REFERÊNCIAS

Alunos estrangeiros falam sobre aspectos de seus países. Disponível em: <http://noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23746:alunos-estrangeiros-falam-de-aspectos-de-seus-paises&catid=986:pagina-central&Itemid=210>. Acesso em: 30 jun. 2020.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites - século XIX.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma Filosofia do Ato Responsável.** São Carlos: Pedro & João, 2010.

BARONE, Paulo Monteiro Vieira Braga. Os Desafios de Uma Pátria Educadora. In: **Revista Textual/Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.** v. 1, n. 21 (jun./2015). Porto Alegre: Sinpro/RS, 2015 p. 04-21. Disponível em: <https://www.sinprors.org.br/wp-content/uploads/2018/05/junho2015_completo.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Identidade.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Vida para Consumo.** A transformação das pessoas em mercadoria (Trad. Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1993.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58. Disponível em: <<http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A Pesquisa Qualitativa Fenomenológica: interrogação, descrição e modalidades de análise. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. (Org.). **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 45-46.

BOURDIEU, Pierre. **Algumas Notas Adicionais Sobre o Dom.** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Zouk, 2007a.

_____. **Escritos de Educação** [NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.)] **Pierre Bourdieu. Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.

BRANDÃO, Ana Paula. (Org.). **A Cor da Cultura – Modos de ver – saberes e fazeres**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

_____. (Org.). **A Cor da Cultura – Modos de fazer – saberes e fazeres**. v. 4. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa Do Brasil. Brasília. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 07 jun. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <<https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. **Programas e Ações**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-aco-es>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. **Programa Ética e Cidadania Construindo Valores na Escola e na Sociedade**. Protagonismo juvenil. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2009-pdf/2183-4-inclusao-social-juvenil-pdf/file>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1º, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário da Oficial da União**. Brasília, DF, 19 mai. 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BUTTNER, Anna. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 21-27.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro Como Não-ser Como Fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro>>

como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf.>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CARVALHO, Lílian Amorim. **A Cor do Vestibular no Paraná**: na trilha de um novo caminho pela efetivação da educação étnico-racial. 2017. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá, 2017.

CELEGUIM, Cristiane R. J. et al. A invisibilidade social no âmbito do trabalho. In: **Revista Científica da Faculdade das Américas**. São Paulo. v. 3 n.1. 2009, p. 1-19. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/18935497-A-invisibilidade-social-no-ambito-do-trabalho.html>>. Acesso em: 20 mar. 21.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CUNHA, Maria Isabel da. (org.) **Pedagogia Universitária**: Energias Emancipatórias em Tempos Neoliberais. São Paulo: Junqueira e Marin, 2013.

DA COL, Anderson Bosso; DA SILVA, Gislaine Rosa; GOBBATO, Marcelo Alessandro da Silva. **O Processo de Ocupação do Campus-Sede da UEM de 1969 A 2013**. Disponível em: <www.sites.uem.br/planodiretoruem/estudos>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Declaração Dos Direitos Humanos Desde Uma Perspectiva de Gênero. Constituições ao 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Documento nº E/CN.4/1998/NGO/3. Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas - Genebra (com revisões). Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/cladem.htm#:~:text=I.&text=Todos%20os%20seres%20humanos%20t%C3%AAs,nascimento%20ou%20qualquer%20outra%20condi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

DENTZ, Schirlei Russi Von; VALLE, Ione Ribeiro. Estudantes Negras Universitárias e a Herança Cultural Escolar. In: **Revista Grifos** - n. 41 – 2016, p 191-218.

DOS PASSOS, Joana Célia; DO NASCIMENTO, Tânia Tomázia; NOGUEIRA, João Carlos. O Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro: São José, Um Estudo de Caso. 2016. In: **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol. 29, n.º 57, janeiro-abril 2016, p. 195-214. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Forense, 1970.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. 2. ed. Mexico: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para La Educación de Adultos en América Latina e Caribe, 2006.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf>. Acesso em 25 nov. 2020.

FERNANDES, Florestan. (1955). Comunicação e Debates. **Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia**. São Paulo, SBS, 23 e 24 de junho de 1954, pp. 319-321 e pp. 325-328.

_____. **O Negro no Mundo Dos Brancos**. São Paulo: Saraiva, 1972.

_____. **A integração do Negro na Sociedade de Classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. **As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200013>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2011.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. (Trad. Guacira Lopes Louro). Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1997.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GATTI, Bernardete Angelina. **Formação de professores no Brasil: Características e Problemas**. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, out.-dez. 2010, p. 1355-1379. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES. Luiz Flávio. **Constituição Federal Brasileira**. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Educação, Identidade Negra e Formação de Professores/as: Um Olhar Sobre o Corpo Negro e o Cabelo Crespo. **Educação e Pesquisa**. v. 29 n. 1. São Paulo, jan./jun. 2003, p. 167-182. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 1º jul. 2020.

_____. Diversidade Étnico-Racial, Inclusão e Equidade na Educação Brasileira: desafios, políticas e práticas. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** – v. 27, n. 1, jan./abr. 2011, p. 109-121. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971>. Acesso em: 11 dez 2020.

_____. **Práticas Pedagógicas de Trabalho Com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei nº 10.639/2003**, 1. ed., Brasília: MEC; Unesco, 2012, p. 7-17. (Educação para todos; 36). Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260516>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil étnico-raciais no Brasil. In: **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), set./dez. 2007, p. 489-506. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745/2092>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 15, Set/Out/Nov/Dez 2000, p. 134-158. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GROSGOUEL, Ramón. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1. Jan-abr 2016, p. 25-49. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 nov. 2019.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: **Revista Território**. v. 2, n. 3. jul-dez 1997, p 77-85.

INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 28, ano 10, 1998, p. 39-54.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Censo 2019**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

JANET, Pierre. **L'évolution psychologique de la personnalité**. Paris: A. Chahine, 1929.

JULIATTO, Clemente Ivo. **A Universidade em Busca de Excelência**. Um Estudo Sobre a Qualidade da Educação. Curitiba: Champagnat, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro (RJ): J. Zahar; 2001.

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de Educadores Ambientais Para Estudo Do Meio e Pertencimento**. Dissertação (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba 2004.

LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana. (Org.). **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-266078813>>. Acesso em: 20 out. 2020.

MAFFESOLI, Michel. **A Contemplação do Mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: história e debates no Brasil**. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002, p. 197-217,

MOREIRA, Carina Maria Guimarães. Cultura Popular Negra e Subalternidade: uma análise do espetáculo Zumbi de João das Neves. In: **Revista Brasileira de Estudos da Presença**. Porto Alegre, v. 9, n. 1, e78813, 2019, p 1- 26. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-266078813>>. Acesso em: 17 maio 2020.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras Negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento. In: OLIVEIRA, Iolanda. (org.). **Relações Raciais e Educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: LPP-UERJ/DP&A Editora, 2003, p. 9-14.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude - Usos e Sentidos**. 1. ed. São Paulo. Ática, 1988.

_____. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ**, 05/11/2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 1º dez. 20.

_____. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso? In: **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8 jul.–out. 2012, p. 06-14. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/246/222>>. Acesso em: 03 dez. 20.

_____. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, dez. 2015, p. 20–31. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00020.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 20.

No Dia da Consciência Negra, UEM Aprova Cotas Raciais Para Vestibular. Disponível em: <http://www.asc.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24172:no-dia-da-consciencia-negra-uem-aprova-cotas-raciais-para-vestibulares&catid=986:pagina-central&Itemid=210> Acesso em: 30 jun. 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.). **Pierre Bourdieu. Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Terezinha; VIANA, Ana Paula dos Santos; BOVETO, Lais; SARACHE, Mariana Vieira. Escola, Conhecimento e Formação de Pessoas: Considerações Históricas. In: **Políticas Educativas**. Porto Alegre, v. 6, n.2, 2013, p. 145-160. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/45662/28843>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

PAIXÃO, Marcelo. **A Dialética do Bom Aluno**: relações raciais e o sistema educacional brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. Disponível em: <<http://archive.thedialogue.org/PublicationFiles/PREAL%20-%20A%20Dialectica%20do%20Bom%20Aluno%20-%20Paixao.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Cultura de Consciência Negra. Pensando a construção da identidade nacional da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). UERJ, 2000.

PESCE, Marly Krüger de; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. Formação do Professor Pesquisador na Perspectiva do Professor Formador. Form. Doc. In: **Revista de Pesquisa sobre Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 04, n. 07, jul./dez. 2012. , p. 39-50. Disponível em: > <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>>. Acesso em 10 jul. 2020.

RAPCHAN, Eliane Sebeika. Sobre o Comportamento de Chimpanzés: O que antropólogos e primatólogos podem ensinar sobre o assunto? In: **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 33, 2010, p. 227-266.

RIBEIRO, Mayara de Souza. **O Ensino de Fração em Curso de Licenciatura em Pedagogia: um estudo em duas IFES. 2019**. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação, Matemática e Tecnologia). Programa de Pós-Graduação em Educação, Matemática e Tecnologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Org.). *História dos Jovens 2: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 71-160.

ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação dos Negros e Outras Histórias**. Brasília: MEC/Secad, 2005. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011.

RUBIM, Célia Aparecida Estevo. Formação de Professores: **Conteúdos de Textos Disponibilizados Pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2009 – 2015)**. 2018. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2018.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo**. Uma Reflexão Sobre a Prática. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANSONE, Lívio. Da África Ao Afro. Usos e Abusos da África na Cultura Popular e Acadêmica Brasileira Durante o Último Século. In: SANSONE, Lívio. *Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2003. Disponível em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em: 13 maio 2020, p. 103-138.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Séc. XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade, 2011. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Florestan Fernandes e a Educação. In: **Estudos Avançados**. vol. 10. n. 26. São Paulo. Jan./Abr. 1996, p. 71-87. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 15 ago. 2020.

_____. O Curso de Pedagogia e a Formação de Educadores. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 2, jul./dez. 2008, p. 641-660. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em 15 ago. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVEIRA, Deli Vieira. **Avaliação Da Aprendizagem Dos Conteúdos Escolares: Concepções, Tendências e Problematizações**. 2019. 225f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2019.

SILVEIRA, Maria Leda Costa. **Perspectivas de formação no Curso de Licenciatura em Química do IFSC: Da Tradição Técnica ao Discurso Emancipatório**. 2013. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

TAVARES, Rosana Carneiro. O sentimento de Pertencimento Social Como Um Direito Universal. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis, v.16, n.108, 2015, p.179-201.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira et al. Adaptação à Universidade em Jovens Calouros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. Volume 12. Número 1. Janeiro/Junho 2008. 185-202. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pee/v12n1/v12n1a13.pdf>>. Acesso em: 18 set. 20.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008, p. 15-43. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_Livrodesigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

TRINDADE, Gestine Cássia. O Livro História Da Educação: Da Antiguidade aos Nossos Dias, de Mario Alighiero Manacorda: Difusão e Influências no Campo da História da Educação no Brasil. VIII Congresso Brasileiro de História da Educação. Caderno de Resumos - Comunicações Coordenadas – 24.06.2015. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/8cbhe/resumos/pdf/c_coord/cc32.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TURNER, John Charles. (1982). Towards a cognitive redefinition of the social group. In: H. Tajfel (Ed.). **Social identity and intergroup relations**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 283-293.

UEM – 50 Anos. Sobre a UEM. Disponível em: <<http://www.uem.br/a-uem>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

UEM cria Universidade Aberta à Terceira Idade. Disponível em: <http://www.noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12531:uem-cria-universidade-aberta--terceira-idade&catid=986:pgina-central&Itemid=210>. Acesso em: 30 jun. 2020.

UEM Resolução n.º 012/2010-CEP. Disponível em <http://www.scs.uem.br/2010/cep/012cep2010.htm>, acesso em 29 mar. 2021.

VAZ, Ana Carolina de Sousa; ANDRÉ, Bianka Pires. Construindo Identidade no Espaço Escolar: percepções de professores sobre o sentimento de pertencimento dos seus alunos e a construção da cidadania. **COLOQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO, 2015**, Rio de Janeiro, Anais...Rio de Janeiro: CEDUCE, 2015. Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO_EV047_MD1_SA7_ID575_19052015193150.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2020.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.) **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

VIGOTSKI, Lev Semyonovitch. (2001). **A construção do Pensamento e da Linguagem**. 2. ed. (Trad. Paulo Bezerra). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).

_____. **A transformação socialista do homem**. Tradução de: Nilson Dória para o Marxists Internet Archive, Julho de 2004. Outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>>. Acesso em: 20 mar. 21.

_____. **A Formação Social da Mente.** O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. (Trad. José Cipolla Neto, et al.) São Paulo: Martins Fontes, 2010.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista (semiestruturado), para levantamento de dados dos alunos e das alunas participantes da pesquisa.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 – Qual sua idade:
- 2 – Gênero: masculino feminino outros
- 3 – Estado civil:
 solteiro(a)
 casado(a)
 união estável
 divorciado(a) ou separado(a)
 viúvo(a)
- 4 – Se casado(a), ou vive em união estável, qual a profissão do(a) cônjuge?
- 5 – Você trabalha?
 Sim
 Não
- 6 – Se trabalha qual a sua carga horária de trabalho semanal?
 20 horas 30 horas 40 horas outros:
- 7 – Tem filhos? sim não
- 8 – Se tem filhos, quantos por idade
Até 1 ano: _____
Entre 1 e 05 anos: _____
Entre 06 e 10 anos: _____
Mais de 11 anos: _____
- 9 – Seu deslocamento para o campus universitário se dá de que forma:
 carro próprio
 carona
 ônibus
 moto
 bicicleta
 a pé
- 10 - Ao vir para a aula, você se desloca:
 de minha residência
 direto do trabalho

11 - Estudou em escola pública ou privada?

- apenas em escola pública
- a maior parte em escola pública
- a maior parte em escola privada
- apenas em escola privada

12 – Você ingressou na UEM por cota?

- sim
- não

13 – Em qual curso de graduação está matriculado:

14 – Seu curso é:

- diurno
- noturno

15 – O curso que frequenta foi sua primeira opção?

- sim
- não

16 – Se não, já havia prestado vestibular para outros cursos?

- sim
- não

17 – Qual a sua motivação ou interesse para ingressar nesse curso

- já trabalhava na área
- afinidade com a grade curricular do curso
- por influência de alguém
- não passei no curso pretendido
- outra:

18 – Qual o grau de satisfação com o curso, em relação às disciplinas:

- muito satisfeito(a)
- satisfeito(a)
- pouco satisfeito(a)
- insatisfeito(a)

19 – Qual o grau de satisfação com o curso, em relação aos professores, professoras:

- muito satisfeito(a)
- satisfeito(a)
- pouco satisfeito(a)
- insatisfeito(a)

20 – Ao falar em inclusão social,

[...] é consensual o reconhecimento das transformações que atravessam o mundo do trabalho: novas tecnologias e modelos organizacionais, surgimento e desaparecimento de ocupações,

novos requisitos para obtenção de empregos, aumento do desemprego em termos de volume e tempo de duração. Essas mudanças, entretanto, não afetam de modo homogêneo e nem ao mesmo tempo os diferentes países, regiões, setores produtivos e perfis de trabalhadores (PORTAL.MEC.GOV.BR, 2009).

No Brasil, esta realidade é marcante quando se fala no trato das pessoas, no tocante ao marcador identitário e, em especial ao aspecto raça/cor.

- concordo totalmente
- concordo
- concordo parcialmente
- discordo totalmente
- discordo
- discordo parcialmente

21 – Os(as) alunos(as) negros(as) ingressantes no ensino superior na UEM tem perfil diferenciado dos não negros(as)?

- Sim
- Não

22 – Se a resposta acima for sim, este perfil interfere no processo ensino/aprendizagem.

- concordo totalmente
- concordo
- concordo parcialmente
- discordo totalmente
- discordo
- discordo parcialmente

23 – Para você, o que são relações sociais?

24 – Defina identidade pessoal.

25 – A identidade pessoal implica em questões sociais?

- concordo totalmente
- concordo
- concordo parcialmente
- discordo totalmente
- discordo
- discordo parcialmente

26 – No meio universitário o espaço social é praticado de maneira que contemple os diferentes públicos?

- concordo totalmente
- concordo
- concordo parcialmente
- discordo totalmente
- discordo
- discordo parcialmente

Neste cartão há uma escala de 1 a 7, na qual o número 1 significa pior avaliação e o número 7 melhor avaliação, podendo marcar os intermediários (2, 3, 4, 5, 6)

27 – Já presenciou situação em que não negros, não negras tiveram atendimento diferenciado por parte dos(as) educadores(as).

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Discordo totalmente

Concordo totalmente

28 – É possível trabalhar a organização dinâmica do ensino, voltada para a inclusão social nos campos universitários, de forma a contemplar uma discussão mais homogênea.

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Discordo totalmente

Concordo totalmente

29 – Em quais atividades você vê negros(as) trabalhando na universidade.

- Serviço administrativo
- Professor(a)
- Auxiliar de serviços gerais (limpeza, manutenção do espaço externo, entre outros)
- Nunca observei, ou vi

30 – Se você não vê negros(as) trabalhando no campus, por quê?

- Nunca necessitei dos serviços destes(as)
- O número deve ser muito pequeno
- Realmente não há
- Outros motivos: _____

31 – Você como profissional negro/negra da área de licenciatura, trabalharia quais metas para uma sociedade mais igualitária?

- Discussão quanto as cotas sociais
- Reconhecimento do valor enquanto profissional, independentemente da cor
- Trabalharia questões voltadas para os assuntos acima, a fim de tornar isto possível
- outras